

Denise Guimerães Bottmann

PADRÕES EXPLICATIVOS NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Dissertação de mestrado  
apresentada ao Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas  
da UNICAMP, sob orientação  
do prof. dr. Nicolau Sevcenko

Esta exemplar corresponde a  
edição final de tese defendida  
por Denise G. Bottmann  
e aprovada pela comissão julga-  
dora.

Campinas, 16/05/85

Nicolau Sevcenko

Campinas, 1985

A Lole

e Lai

Agradeço, e muito, a Michel Debrun e Maria Lúcia Lamounier.

## Í N D I C E

### Seção A

Introdução	2
I	5
II	13
III	20

### Seção B

I	24
II	37
Conclusão	125

Referências bibliográficas	129
----------------------------	-----

As notas se encontram ao final de cada item. Para evitar notas supérfluas, ao lado das citações no texto virá entre parênteses o número da página onde se encontra a passagem citada. No caso em que o autor citado comparece na bibliografia final com duas ou mais obras, a citação no texto vem acompanhada das iniciais da obra ali referida. Haverá algumas exceções, por questão de estilo, em que o leitor será remetido a notas apenas bibliográficas. As indicações completas das obras citadas vêm arroladas ao final deste estudo.

Seção A

## Introdução

Uma vez observou Fernando Novais que seria interessante uma investigação conceitual do trabalho dos historiadores.<sup>1</sup> O comentário, vindo de um historiador, pareceu-me duplamente instigante. Primeiro, e modestamente, porque senti de certa forma justificada a proposta do presente estudo. Segundo, e principalmente, porque aquele comentário adquiria uma relevância especial frente à sensível lacuna a respeito da historiografia brasileira do século 19. Quantas vezes não nos ocorrem dar-nos por satisfeitos com o adjetivo "positivista", para designar meio século de produção historiográfica, aquele que vem estacar à soleira dos anos 30?

É nesse terreno que me proponho a estudar a posição específica de Capistrano de Abreu. A escolha recaiu sobre ele por entender que sua obra procede a um aggiornamento da historiografia do século 19 e condensa a heterogênea e complexa carga conceitual predominante na época.

Tal aggiornamento corresponde a uma resposta às exigências de cientificidade que, na época, começavam a se alastrar para os estudos sobre o mundo humano. Grosso modo, essas exigências de cientificidade referiam-se à tarefa de descoberta e ulterior aplicação sistemática das leis que regem os fenômenos do mundo humano, segundo certas regras de demonstração e verificação racional, a garantir um conhecimento verdadeiro da realidade. Tal ambição encarnava-se exemplarmente em correntes teóricas conhecidas sob a denominação genérica de positivismo.

O evolucionismo social, que já existia desde o século 18 como concepção ilustrada e, posteriormente, romântica do mundo, encontra na teoria termodinâmica dos corpos um alibi

teórico que lhe permitirá postular a existência de regularidades cientificamente demonstráveis de evolução do mundo humano e da história universal. Essa conjugação entre "dinamismos" referentes, um ao âmbito natural do mundo, outro ao âmbito social da espécie humana, passa concomitantemente a se utilizar dos paradigmas forjados no domínio das ciências naturais, passando a aplicá-los ao domínio das então nascentes ciências humanas. Assim, o positivismo como corrente teórica do século 19 vem a reunir na mesma ordem de questões fenômenos que, até então, alinhavam-se em ordens qualitativamente diversas entre si. Foi isso possível por meio de um procedimento bastante simples: a diversidade das coisas e dos fenômenos, ao invés de ser de natureza, como entre românticos, p.ex., converteu-se em diversidade de grau. É assim que temos a idéia estritamente positivista de que o mundo humano corresponde ao nível mais complexo do mundo natural, sendo possível dele termos um conhecimento verdadeiro organizado sob a forma de uma física social.<sup>2</sup>

Ainda genericamente, outro aliado teórico a se unir ao evolucionismo social encontrar-se-ia na fisiologia comparada e na teoria biológica da evolução das espécies. O chamado "darwinismo social" e seu mecanismo prático encarnado na idéia de uma generalizada struggle for life, tão correntes na literatura brasileira dos últimos decênios do século 19, poderia ser visto, então, como um amplo arcabouço teórico, sustentado internamente por maior ou menor número de vigas fisicistas, mais ou menos inspirado por um modelo termodinâmico ou, pelo contrário, por um modelo voluntário-finalista, que exceparia em larga medida a uma estrita concepção positivista.

É uma afirmação muito rápida aquela que sustenta que o positivismo diz respeito basicamente ao "fato". Ele pode nos

levar a alguns equívocos, principalmente se quisermos avaliar o impacto do positivismo, tanto francês como inglês, sobre a historiografia a esboçar-se como disciplina com pretensões científicas. A isso, ligam-se duas questões distintas:

- metodologicamente, é usual encontrar nos programas historiográficos da época a respeitosa reverência ao "fato". Corresponde a uma crença realista segundo a qual o conhecimento mantém, se racionalmente controlado, uma correspondência de verdade com seu objeto empírico. Assim, para o pensamento historiográfico, o "amontoamento de fatos" poderia facultar a extração, sob forma de legalidade científica, de relações causais constantes entre as coisas, às quais se subsumiriam os "fatos", enquanto expressão empírica das regularidades existentes no mundo humano.

- mas tal regra metodológica vem, por sua vez, subordinada a um imperativo maior, que poderia ser chamado de princípio lógico, que é o "aspecto universal das coisas".

Vou me estender um pouco mais sobre o tema, pois nos remete diretamente às preocupações da "geração dos anos 70", da qual fazia parte Capistrano de Abreu.

#### Notas

1. Na verdade, essa sua observação ele a põe em prática no belo artigo a que me refiro, "Caio Prado Jr. Historiador".
2. Para a acepção do positivismo neste estudo, as melhores fontes estão na sua formulação original. Vê preferencialmente Auguste Comte, em esp. seu Curso de Filosofia Positiva e seu Discurso sobre o Espírito Positivo. Interessante seria compulsar também o Théorie Analytique de la Chaleur, de Joseph Fourier, de grande impacto na física nas primeiras décadas do século 19 (aqui utilizada em sua tradução inglesa).



Ouçamos um historiador contemporâneo: "Eis um planejamento do século XIX. A história estuda fatos. Toda a ginástica do historiador é caçá-los em documentos lídimos. Toda a metodologia gira em torno do documento-viveiro de fatos".<sup>1</sup>

Agora ouçamos um historiador do século 19, em geral considerado o patrono da historiografia moderna: "...estão também enganados aqueles historiadores que consideram a história simplesmente um imenso agregado de fatos particulares e serem decorados. Daí se segue a prática de amontoar particulares sobre particulares, ligados apenas por algum princípio moral geral... a disciplina da história pode e deve se elevar, à sua maneira específica, de investigação e observação das particularidades para uma visão universal dos acontecimentos".<sup>2</sup>

Os dois historiadores praticamente não se contrapõem. Eduardo d'Oliveira França fals-nos da metodologia decimonônica. Leopold von Ranke fals-nos daquilo a que se destina tal metodologia. O que há de crítica em E.O. França refere-se à crença realista de que é possível conhecer objetivamente as coisas tais como elas são. Quando Ranke faz seu elogio - realista - às fontes mais puras e próximas dos acontecimentos estudados, é porque elas lhe servem de ersatz daquilo que já aconteceu e não mais se encontra presente.

Mas daí a identificar realismo e positivismo temos um pulo um tanto inexplicável. Já inicialmente a designação "realismo" pode significar várias coisas: por exemplo, se ater aos fatos tais como eles são, sem quaisquer referências não-empíricas (interpretações, teorias, imaginação etc.). Essa concepção simples de realismo, se exacerbada, é a que mais se ar-

proxima do positivismo: trata-se de buscar as relações entre os fatos, de conhecer o como e eliminar perguntas referentes ao por que e para que. Outra acepção do realismo o contrapõe ao nominalismo: segundo a chamada questão dos universais, o realismo defende que o conceito tem existência, seja própria e independente, seja fundamentada nas formas particulares das coisas. Uma terceira possível acepção do realismo, contraposto ao idealismo, é a que sustenta que o conhecimento independe de conceitos e categorias a priori. Para esse realismo, importa o dado como ponto de partida para o conhecimento, entendendo-se por dado o conjunto de fenômenos que se apresenta imediatamente para o sujeito do conhecimento. O "dado" aqui evidentemente não se confunde com o "fato". Tal posição epistemológica pode por sua vez ser "natural" ou científica: dado o conjunto de fenômenos para o trabalho de conhecimento, este poderá reproduzir a realidade (é o chamado "realismo ingênuo", ou deverá submeter o dado a séries de verificação ("realismo crítico"). Acrescente-se a isso que um realismo ontológico que pode eventual, mas não necessariamente, acompanhar esse realismo epistemológico sustenta que as coisas têm existência exterior e independente do sujeito. Quando se fala do "realismo historiográfico" predominante no final do século passado, e ainda vigente em diversas correntes contemporâneas, de modo geral está-se referindo a um realismo epistemológico e ontológico contraposto ao idealismo. Em outras palavras, equivale a uma posição que defende um modo de ser em si histórico das coisas e que afirma a possibilidade de conhecer (em geral, criticamente) a realidade objetivamente dada. Encontra-se no realismo historiográfico uma relativa margem para a abordagem de fenômenos não estritamente fáticos, tais como imagens, sen

timentos, consciência dos agentes históricos etc.

Este é um primeiro ponto que pode nos ajudar a deslindar a trama dos procedimentos historiográficos que vêm se elaborando na segunda metade do século 19. Estabeleço-o em poucas palavras: o realismo é uma posição epistemológica não conatural ao positivismo.

Outro ponto se refere ao arcabouço conceitual que reúne várias vertentes do positivismo realista. O positivismo inglês, representado no domínio da historiografia principalmente por Herbert Spencer e Thomas Buckle, afirma a existência de uma lei universal de evolução, que segue na direção crescente do simples ao complexo, do homogêneo ao heterogêneo. Enquanto que, para Ch. Darwin, a evolução, através do mecanismo da luta pela vida, era uma lei biológica a reger os destinos das espécies vivas, para Spencer ela é a lei geral da totalidade das coisas, desde o universo cósmico à realidade imediata e à psique humana. Essa unidade contínua no desenvolvimento de todas as coisas é uma idéia cara aos historiadores da época, e induz a considerar que tudo é histórico, ou melhor, que o modo de ser das coisas é ele em si histórico.

Tal cruzamento entre realismo e história universal, defendido principalmente pelos positivistas ingleses sob a influência de John St. Mill, apresenta à primeira vista algumas semelhanças com as posições sustentadas pela chamada escola histórica alemã. Mas logo se evidencia uma forte ressalva. Trata-se do seguinte: em grosseiros traços, o grupo de economistas que veio a formar a Escola Histórica pretendia se contrapor à economia política clássica, ainda com vieses mercantilistas, vigente na Alemanha na primeira metade do século 19. Hildebrand, Roscher, Knies, Schmoller, em meados do século, adotam inicialmente alguns postulados de Comte, e tentam impo-

mentar uma ciência econômica fundada no exame dos "fatos históricos". Contudo, logo a seguir separam-se radicalmente do ideário positivista francês, na medida em que vêm a afirmar a radical clivagem entre o conhecimento do mundo físico e o conhecimento do mundo humano. O conhecimento propriamente histórico diferiria absolutamente do conhecimento desenvolvido pelas ciências empíricas exatas, em contraste com o que sustentavam o positivismo inglês e o francês. Nessa perspectiva é que abandonam as leis estabelecidas na economia política com o auxílio dos métodos usados nas ciências naturais, por considerarem-nas desprovidas de valor explicativo para a compreensão do mundo humano.<sup>3</sup>

Quando se diz que Ranke sofreu influência da Escola Histórica, está-se a dizer que partilhava de suas convicções acerca da liberdade humana, capaz de elevar o homem acima do jugo da necessidade natural. Nas suas palavras, "...a principal atração da história reside no fato de que ela trata das cenas dessa liberdade" (60). Com efeito, é muito difícil considerar a Escola Histórica e os historiadores por ela influenciados como positivistas. É um equívoco talvez explicável pela eventual identificação entre positivismo e realismo, a que já aludi.

Esse período intelectual é, de modo geral, conhecido como o período em que na Alemanha se trava o debate entre positivistas e historicistas no domínio da teoria econômica. Tal debate, já num cenário intelectual mais amplo, culminaria no fim do século com as posições de Dilthey, Rickert, Windelband. Mas Roscher, Knies, Schmoller e, um pouco adiante, Wagner e Knapp já estabeleciam anteriormente, talvez por uma certa filiação kantiana, a divisão entre a esfera natural e a esfera humana. Tal divisão decorreria de uma faculdade exclusiva men-

te humana, a saber, a vontade livre, capaz de criar espontaneamente um estado cuja causalidade independe de qualquer vinculação temporal. Os seres humanos assim se mostrariam como seres capazes de autotransformação através dos novos valores que criam. A esfera humana adquire um tom imprevisível, devido precisamente a tal liberdade.

Se tivermos em mente que uma das características fundamentais das leis clássicas de tipo físico ou matemático é a previsibilidade por elas garantida, a liberdade associada à esfera moral e à imprevisibilidade das ações humanas ressalta um índice de irracionalidade irredutível, antecipadamente, a qualquer lei de comportamento. A concepção historiográfica de Ranke, por exemplo, mostra essa marca ao recusar ao conhecimento histórico qualquer caráter preditivo e ao lhe designar valor unicamente retrospectivo. Sua discussão com os "filósofos da história", em especial Fichte e Hegel, é suficientemente elucidativa a respeito.

No movimento de circulação e importação de idéias, predomina no Brasil o ideário positivista, seja em sua versão inglesa ou francesa. Mas o historicismo alemão também encontra receptividade. Em relação a Capistrano de Abreu, seus comentaristas geralmente invocam a influência da economia política e da historiografia alemãs, a par da influência da historiografia inglesa. Outra disciplina a marcar presença nesse conjunto é a então nascente antropogeografia, representada em particular por Ratzel.

Alguém já comentou que o evolucionismo temporal é, em Ratzel, substituído pelo movimento espacial dos fenômenos culturais.<sup>4</sup> Para ele, o "elemento universal" é o território, e o conhecimento do mundo humano deve se basear nas complexas leis que regem as relações dos homens com o seu meio físico.

Ainda segundo Ratzel, o homem é um ser natural, isto é, subordinado às leis impostas pela natureza, mas pode aceder à história, isto é, tornar-se um ser de cultura e civilização. Tal acesso lhe é facultado pela sua evolução social. Primariamente um fenómeno natural, a organização social dos homens pode vir a adquirir complexidade suficiente para torná-lo cada vez mais indireta e mediatamente dependentes da natureza. Em outros termos, a história se funda na capacidade de crescente controle e subordinação conscientes da natureza a finalidades humanas, através de meios institucionais e técnicos desenvolvidos pelos homens socialmente organizados.<sup>5</sup>

Com esses amplísimos traços esquemáticos, e voltando ao nosso autor, é difícil dar-lhe um rótulo que, por si, seja esclarecedor. Seguramente não é um positivista da escola francesa. Encontra afinidades no pensamento do tido como principal divulgador das idéias positivistas inglesas, Spencer. Ecos elementos característicos do historicismo alemão, avesso aos positivismos contiano e milliano. Nutre ainda o respeito pelo "fato" e seu ersatz, o documento, o que, de si, não atesta adesão senão ao realismo historiográfico. Acresce-se a isso que seu realismo não é de modo algum apenas descritivo: compõe-se da combinação entre leis naturais (físicas e biológicas) e leis culturais.

Finalmente, um terceiro ponto usualmente apontado como característica positivista é a preocupação histórica e sociológica com as grandes massas e os movimentos coletivos. Em contraste com a visão romântica sobre o papel do indivíduo e do herói na história, o positivismo cultivaria o gosto pelos conjuntos humanos: corresponderie, por exemplo, ao programa de "pôr o povo na história". Assim, não só o conhecimento dos grandes personagens é inútil, como também obstáculo e empeci-

lho para a historiografia (Buckle). Isso porque a unidade contínua do desenvolvimento histórico universal só poderia sofrer tropeços nas figuras empíricas individuais. Por outro lado, no interior do positivismo inglês, encontra-se um tom individualista e liberal, em sólido confronto contra o Estado. Ilustrativo a respeito é O Homem contra o Estado, de Spencer. Esse individualismo liberal, no limite a- e antipolítico, encontra alguma ressonância em aspectos à primeira vista obscuros para aqueles que afirmam o positivismo de Capistrano de Abreu. Pois como se explicaria, em sua História do Brasil, a presença simultânea de megotes de gente encarnados em coletividades e grupos sociais, e apresentação depreciativa das figuras individuais da política oficial e a apresentação exaltante de figuras individuais que escapem ao aparato burocrático-administrativo da estrutura colonial? O famoso ceticismo de Capistrano só encontra paralelo no elogio que tece aos indivíduos e líderes que agem "em prol da unidade nacional", acima das "questiúnculas do poder".

Contudo, essa contraposição indivíduo-coletividade não significa necessariamente uma contraposição entre concepção romântica e concepção positivista, como parecem sugerir alguns autores, como José Honório Rodrigues, Eduardo d'Oliveira França, Afrânio Coutinho, Vamireh Chacon ou Wilson Martins. Para a teoria da evolução, encampada pelas correntes historiográficas positivistas, a seleção da espécie se opera através do mecanismo da struggle for life: é ele que selecionará os indivíduos mais aptos para a sobrevivência, adaptação ao meio e evolução da espécie. Assim, o indivíduo deste ponto de vista é importante e se destaca da coletividade - sem por isso se converter no herói da história romântica. O programa de "pôr o

povo na história" pode então ser empreendido sob a condução dos seus elementos mais capazes: daí o papel do líder e do dirigente. O que define um tratamento positivista ou não-positivista em historiografia não é a ausência ou presença respectiva dos agentes particulares, mas a sua imbricação e relação com o conjunto social. A questão reside no tipo de valor atribuído ao papel individual. Por exemplo, de um ponto de vista positivista, esse valor se refere antes a uma capacidade energética de induzir ou acelerar uma determinada dinâmica externa e objetiva dos movimentos históricos: é o tipo de valor que Capistrano atribui, por exemplo, às instâncias secundárias de sua história, como a Coroa ou as metrópoles em suas disputas. De outro ponto de vista, o valor atribuído aos indivíduos é antes - digamos - "subjetivo": refere-se a uma capacidade de se encarnar subjetivamente a nível consciente sentimentos históricos e sentimentos coletivos difusos, transformando-os em regras de ação racionais prontas a serem adotadas socialmente pelos grupos e movimentos. É o tipo de valor que Capistrano atribui às instâncias primárias de sua história, como agentes racionais e voluntários (em contraposição aos elementos "espontâneos", como veremos) representados pelos missionários jesuítas e alguns líderes políticos.

Retomando conclusivamente os três aspectos, acima levantados, que por vezes poderiam ser considerados indicadores de uma abordagem positivista, temos que:

- a. não é o realismo (as fontes primárias como "dados do fato") que define o positivismo;
- b. a história universal, como concepção tanto de positivistas quanto de historicistas, diverge essencialmente entre essas correntes no que tange à sua racionalidade e previsibilidade;
- c. a relação indivíduo-coletividade pode ser concebida em ter



mas de forças ou de sujeitos.

Segundo esse esquema tosco, Capistrano pode ser indubitavelmente considerado um "realista histórico". Mas, como tentarei expor a seguir, seria muito difícil, se não impossível, tê-lo como positivista.

Concluindo o ligeiro inventário de alguns temas debatidos no século 19, quero adicionar uma observação. Há quem veja, como Carlos Guilherme Mota, na historiografia brasileira anterior aos anos 30 apenas a expressão de uma dependência cultural e "vínculos externos excessivamente pesados" (25). É uma questão delicada, mas insuficiente para nos dispensar do exame da produção da época. Gostaria de comentá-la muito rapidamente.

Quanto à "geração dos anos 70" e aos chamados intelectuais da modernização, entre os quais figura Capistrano, eu tento e considero que Richard Graham soube matizar adequadamente o referido movimento de importação de idéias. Cito-o: "É um erro considerá-los, como algumas vezes tem sido feito, como um grupo de intelectuais alienados e embasbacados ante os europeus... Na verdade, agiram com surpreendente, embora incognoscível, habilidade, estabelecendo um inteligente critério seletivo, pois antes de tudo adotaram idéias que pudessem produzir os efeitos desejados, atuando no processo de modernização no Brasil" (241). Sem entrar no mérito do conceito de modernização, e sem levar em conta a sugestão, feita pelo autor, de uma espécie de astúcia da razão a operar invisivelmente nessa "adoção de idéias", o que me parece interessante na passagem citada é a suposição de que houve, no processo de importação cultural, não exatamente uma subordinação passiva à imposição mecânica de um ideário estrangeiro, mas antes uma postura ati-

vs per parte dos intellectuais em questão.

### Notas

1. Eduardo d'Oliveira França (RH 7, 114).
2. Leopold von Ranke (59).
3. Schumpeter (II, III).
4. Herbert Baldus: "As obras do antropogeógrafo Ratzel, aparecidas nos dois últimos decênios do século XIX, formam uma espécie de reação contra o evolucionismo na Etnologia. O caminho de um fenómeno cultural pelo espaço interessa-lhe mais do que o pelo tempo" (20).
5. Friedrich Ratzel, Antropogeografia, em esp. II e III.

## II

Comentou certa vez Capistrano de Abreu a respeito de Frei Vicente do Salvador: "Seu livro afinal é uma coleção de documentos...mais histórias do Brasil do que História do Brasil". E Sérgio Buarque de Holanda acrescentou: "O que disse...Capistrano de Abreu do estilo de Frei Vicente do Salvador, quando compara suas frases a contes do rosário mecanicamente' debulhadas, estende-se também à maneira de narrar os fatos própria do frade historiador" (VP, 305, grifo meu).

O que significa remeter um determinado estilo a um tipo' de narrativa? Segundo Capistrano, certas narrativas só contam "histórias", isto é, não ultrapassam um nível de registro meramente documental ou, em outras palavras, não vão além da crônica... A distinção entre "histórias" e "História" invoca um programa historiográfico definido. Esse programa postula que não basta desfiar os fatos, uns após os outros. É preciso ultrapassar a "coleção", a mera soma das partes, e compô-los numa unidade outra, que constitui a História propriamente dita. Qual seria a alteridade dessa História em relação ao terreno infra-histórico das crônicas e dos registros documentais?

Encontra-se aí uma evidência de um tipo de procedimento' necessário e constituinte da historiografia, tal como se define modernamente, como uma disciplina com pretensões científicas. Para além, ou além, da confiança realista quanto ao conteúdo de verdade do documento, esse procedimento, que, mais que estilístico, incide na "maneire de narrar os fatos", respalda-se em duas ordens de razões:

a. pela definição do objeto em termos históricos, isto é, um objeto que passa, a partir de certo momento, a ter existência no e/ou para o mundo humano, sem que nunca anteriormente'

tivesse existido. Ou seja, é histórico o modo de ser do objeto. É nesse sentido que se pode dizer que, por exemplo, o modo de produção capitalista é histórico, a colonização do Brasil é histórica, as greves de 1919-1921 são históricas, e assim por diante. Esse objeto histórico, por sua vez, surge em meio a outros objetos, de maior ou menor permanência temporal, e mantém algum tipo de relação com eles. Além disso, o objeto histórico construído pelo investigador carrega atributos de sentido, de localização espaço-temporal na sua forma de ocorrência, de conexão com outros objetos, e de novidade no conjunto da experiência humana.

b. como novidade, isto é, como singularidade, esse objeto, dentro de um modelo de conhecimento racionalmente controlado, não oferece - por definição - nenhuma possibilidade de identificação positiva direta. A análise tem então de recorrer a procedimentos comparativos com regularidades constatadas ou atribuídas a classes de objetos. Dito de outra maneira, o modo de conhecer o objeto histórico (singular, e também por definição) terá de ser indireto, buscando isolar, por contraste e eliminação, a diferença específica sua em relação a outros objetos.

Assim, quer por imposição do modo de conhecer o objeto, que obriga ao recurso a conceitos genéricos elaborados em outras disciplinas científicas, quer pelo seu modo de ser, que o dispõe em conexão singular com outro objeto qualquer, o conhecimento histórico opera causalmente. Cumpre assim o postulado básico do projeto moderno de racionalidade científica, segundo o qual o conhecimento é o conhecimento por causas, a partir de um princípio demonstrável.

Não é aqui o lugar para se discutir se o conhecimento científico moderno necessariamente busca as causas por força de

uma limitação ou exigência da estrutura do nosso entendimento ou por ser a estrutura material do mundo ela mesma regida efetivamente por relações causais. Mas parece irrefutável e plenamente estabelecido que o conhecimento de tipo científico se funda na explicação e/ou compreensão das causas (ou estruturas) que afetam, determinam ou regulam um objeto qualquer.

Na medida em que tal exigência de cientificidade se apresenta também ao propósito de pensar o mundo humano em termos históricos, cabe então distinguir os vários tipos de causalidade utilizados no âmbito das chamadas ciências humanas.

Ors, por causas é possível entender tanto relações de causa e efeito que se sucedem temporalmente, quanto a relação causal de fenômenos com uma finalidade previamente postulada, como ainda relações de contigüidade e afecção simultâneas das diversas variáveis de uma estrutura, dinâmica ou estável. Evidentemente, são tipos de causalidade muito diferentes e praticamente excludentes entre si, ainda que suponham todos eles um tipo de correspondência entre coisas e fatores diferentes, temporal e/ou especialmente escalonados e distribuídos, de acordo com uma determinada hierarquia.

No caso particular de historiografia brasileira e na figura específica de Capistrano de Abreu, importa averiguar a que tipo(s) de causalidade ele recorre e atribui maior preponderância.

Tomando as três relações que referi acima rapidamente, objetos conectados entre si numa relação condicional de causa e efeito que se escoa numa sucessão temporal ("se...então") remetem a leis mecânicas, caracterizadas por uma assimetria temporal.<sup>2</sup> Os objetos aí postos se comportam entre si como num jogo de tensão entre forças, resolvido num determinado efeito qualquer sobre o objeto dotado de menor força mecânica.

São leis fundadas na física clássica que, aplicadas ao mundo humano, fornecem explicações causais deterministas. Um exemplo delas em Capistrano seria: na ausência de um princípio unificador, a quantidade de conflitos entre grupos sociais é inversamente proporcional à distância física ou geográfica entre eles.

Já outro tipo de causalidade pode envolver uma simultaneidade temporal entre dois ou mais objetos, que funcionem entre si como variáveis heterogêneas de uma mesma estrutura, dotada de uma capacidade de retroalimentação negativa do fator-efeito sobre o fator-causa, a fim de manter um determinado grau de estabilidade da estrutura (Wright, 36-37; Granger, 41-42). São leis homeostáticas, formuláveis em termos de função, que permitem a convivência de sistemas organizados segundo princípios heterogêneos. Em Capistrano, um exemplo desse mecanismo de regulação seria: o equilíbrio de uma estrutura (ou "organismo social") depende, entre suas variáveis, de um determinado grau de competitividade interna entre agentes particulares. Se esse grau de competição ultrapassar um determinado nível  $x$ , a estrutura torna-se instável e sujeita a desequilíbrios capazes de destruí-la. Essa variável sistêmica pode vir associada a outra variável, então causalmente acionada pelo excesso de energia gerado pela primeira, e que retroage sobre esta, funcionando como mecanismo de canalização do referido excesso e gerando conseqüente retorno ao nível regular de energia fornecido pela competitividade entre particulares, assim restabelecendo o equilíbrio conjunto da estrutura.

Como se vê, estes dois tipos de causalidade dispensam na explicação causal qualquer referência ao sujeito da ação, e aplicam-se estritamente a relações objetivas, sejam elas físicas, biológicas, econômicas, políticas ou psicológicas. Este-

belas leis a partir dos paradigmas das ciências exatas, tanto empíricas como abstratas, trasladadas para o âmbito das ciências humanas e nelas indiferenciadamente aplicáveis.

Um terceiro tipo de causalidade, pode-se dizer "finalista", remete à esfera do sujeito, da intenção e do fim postulado que orientam sua ação. Antes qualitativo que quantitativo, antes referido a valor e/ou sentido que a força ou função, é um tipo de causalidade que, nem por isso, deixa de estabelecer leis objetivas. Mas estas vêm respaldadas por um conteúdo estritamente humano ou, em outros termos, por uma lógica deliberada meios-fins. São leis forjadas e aplicadas segundo uma orientação teleológica atribuída a um sujeito de ação, e nesse sentido restritas ao âmbito da vida humana. Geralmente espóiam-se na distinção entre mundo físico e mundo humano. Mesmo que algumas correntes teóricas possam defender (como, por exemplo, o positivismo inglês) a existência de uma espécie de finalismo natural, ele independe de qualquer sujeito proposicional e é acionado mecanicamente, isto é, causalmente. Em contrapartida, uma causalidade finalista em sentido estrito depende de um sujeito que proceda a proposições de sentido, e assim remete à capacidade humana de os indivíduos se colocarem fins, podendo orientar deliberadamente suas ações de acordo com os fins postulados pela sua vontade. Aqui, a ação, cuja causa objetiva de um possível resultado, vem por sua vez desencadeada pela antecipação subjetiva desse mesmo resultado. Um exemplo de aplicação desse finalismo em Cepistrano seria: quanto mais previdentes são os indivíduos e grupos na avaliação prévia das futuras consequências de suas ações, maiores as probabilidades de uma organização adequada de seus movimentos e, com isso, maiores as possibilidades de seu êxito. É essa uma aplicação complexa, sobre uma pressuposição finalista, de

um mecanismo auto-regulador que age antecipadamente aos "factos", e que corresponde à busca de uma adequação entre fins postulados e meios de sua consecução.

De modo geral, no âmbito de conhecimento sobre o mundo humano, encontram-se teorias e estudos fundados tanto no paradigma das ciências da natureza, quanto na reivindicação de especificidade irredutível das ações humanas e seus resultados. Um exemplo rápido nos dá o positivismo, aqui entendido na sua acepção clássica: o conhecimento positivo da sociedade faz-se pelo recurso às regularidades de sucessão e similitude, compostas em leis derivadas da física especial dos corpos. Outro tanto exemplo, em contraste, é o fornecido pelo historicismo, que no limite defende a impossibilidade de qualquer conhecimento científico do mundo humano, devido à irrepetibilidade e imprevisibilidade das ações dos homens. Outra posição, um tanto intermediária, sustenta que é possível um conhecimento objetivo e racionalmente controlado do mundo humano, fundado em regularidades empíricas observáveis do comportamento dos homens e movido por sua carga ineliminável de imprevisibilidade, irracionalidade, desproporcionalidade entre ação, fim e resultado.

### Notas

1. Existem várias tipologias referentes à causalidade, sobre as quais não me estenderei. Creio que <sup>entre</sup> as mais percucientes encontramos a proposta por G.H. von Wright e a por G.E.-Granger. Nesse meu rápido esboço, não me atenho estritamente a nenhuma delas, pois levanta discussões e questões aqui impertinentes. Basta registrar que são bastante distintas entre si, aproximando-se apenas na caracterização da causalidade de tipo homeostático ou informacional. Para o uso específico neste estudo, ater-me-ei a uma distinção mais tradicional, de viés kan-



tiano, que estabelece uma causalidade segundo a natureza e uma causalidade segundo a liberdade, por julgá-la mais adstrita ao corpo conceitual da obra de Capistrano de Abreu. Os dois primeiros tipos de causalidade (mecânica e homeostase) cabem em certo sentido sob a acepção genérica de uma causalidade segundo a natureza. Já a causalidade finalista, por sua vez, será considerada como causalidade segundo a liberdade.

2. A referência a tal assimetria é uma simplificação do problema levantado por Wright (65).

## III

Capietrano de Abreu costuma ser situado entre as intelectuais cujas principal preocupação concerne à definição de uma identidade nacional. Quando jovem, participou da Escola do Ceará, na época aglutinada em torno da chamada "Academia Francesa". Como o principal centro intelectual de então era a Escola do Recife, ainda hoje a importância da escola cearense está em discussão: foi ela mera subsidiária da escola pernambucana, como afirmava Sílvio Romero, ou tinha autonomia e originalidade próprias, como defendia José Veríssimo? O que importa é que, nos anos 70 e 80, dá-se a intensa divulgação, e partir de ambos os centros, do positivismo, do evolucionismo e do criticismo: é a época do "modernismo", como se chamava José Veríssimo. Capietrano participa desse grupo "líder de Spencer, Buckle, Faine e Comte, e entusiasta de novas idéias" (Veríssimo, 345). Dedica-se à crítica literária. Logo se muda para o Rio de Janeiro, e é lá que começa a se dedicar a estudos historiográficos.<sup>1</sup>

Essa alteração nos seus interesses intelectuais, Wilson Martins tira uma interessante ilação: "...o criticismo só se realizava por meio do historicismo" (IV, 86, grifo do autor). Esse interesse pela historiografia, Cruz Costa apresenta-o como reação, tanto entre românticos como entre positivistas, à crítica racional de Aufklärung: aqui unidos por essas afinidades, "mergulham com entusiasmo na história" (RH 4, 528).

Capietrano escreveu muito, entre crítica literária, historiografia, etnografia, lingüística indígena, antropologia racial. Por uns, é tido como o grande mestre e melhor historiador brasileiro. Por outros, como escamoteador ideológico e ideólogo da burguesia, da monarquia e da oligarquia. Outros, '

menos afoitos, consideram-no intelectual de importância no panorama intelectual brasileiro. Exemplos de historiadores, entre muitos outros, são respectivamente José Honório Rodrigues, Pedro de Alcântara Figueira, Alice Canabreve.

É usual ser considerado, juntamente com a historiografia brasileira de segunda metade do século 19 até as primeiras décadas do século 20, um positivista. Ilustrativos a respeito são os comentários de E.O.França, C.G.Mota e Emília Viotti da Costa. Com este estudo, centrado unicamente em sua obra historiográfica, proponho-me levantar o trabalho de entrecruzamento conceitual a que procede Capistrano, no seu tratamento do material empírico primário selecionado (os documentos e a tradição "infra-histórica") e na sua resultante História. Para tal, será necessário investigar e destacar os tipos de causalidade invocados pelo historiador, tentando reconstruir as conexões e combinações efetuadas entre tipos eventualmente diversos de atribuição causal. Além do levantamento e análise da operação propriamente historiográfica, procederéi à avaliação do grau de coesão interna dessa história assim construída, em relação aos postulados, implícitos ou explícitos, de autor. Guia-me nessa avaliação a seguinte indicação: conforme tal coerência interna seja maior ou menor, é inversamente menos ou mais freqüente o recurso a elementos causais estranhos ao modelo teórico invocado pelo autor. Evidentemente, e aqui me guia uma indicação metodológica e uma bela amostra prática de Leo Strause, tentarei seguir a prudente regra de não pressupor antecipadamente a existência de alguma incoerência do autor e de buscar as razões de aparentes incompatibilidades de texto consigo próprio no esquema conceitual que o sustenta, mais ou menos invisivelmente.<sup>2</sup> Daí o caráter reconstitutivo do estudo que se segue.

Com esse propósito, dedico-me à análise minuciosa de seu principal trabalho, os Capítulos de História Colonial (1907). Paralelamente, esboçarei comentários comparativos com dois outros trabalhos seus, o Descobrimento do Brasil (1883) e Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil (1899, reelaborado em 1924). A sua Correspondência (1880-1927) será utilizada apenas pontualmente, para esclarecer ou ilustrar uma ou outra passagem.

Espere com isso estar de algum modo a atender minuscilamente o apelo instigante de Fernando Novais, que abre este estudo.

### Notas

1. Existe uma vasta bibliografia a respeito. Para o panorama social e cultural da época, ver, entre outros: Sílvio Romero, José Veríssimo, João Cruz Costa, Wilson Martins, Antônio Cândido, Brito Broca, Nicolau Sevcenko, Richard Erchen, Vamireh Chacon. Para aspectos biográficos de Capistrano de Abreu, ver Hédio Viana, Afrânio Coutinho, Pedro Gomes de Matos, Raimundo de Menezes, José Honório Rodrigues e Brasil Bendeckhi. Sobre suas posições políticas, ver principalmente sua Correspondência, suficientemente elucidativa segundo o senso crítico do leitor.
2. A belíssima e inspiradora obra de Leo Strauss me parece exemplar em seus procedimentos, principalmente ao demonstrar a prática e possibilidade, na obra de um autor, de convivência de elementos que à primeira vista podem parecer conflitantes e ambíguos. "Não há proteção mais eficaz contra a compreensão de qualquer coisa do que dar por conhecido, ou desdenhar sob qualquer outra forma, o óbvio e a superfície. O problema inerente na superfície das coisas, e só na superfície das coisas, é o coração das coisas" (14). Quanto à demonstração prática de L. Strauss, ver em esp. 17-62.

**Seção B**

## I

Segue-se agora a análise daquela que pode ser considerada sua obra-síntese, tanto pela sua abrangência temporal como pela consistência interna: os Capítulos de História Colonial, (1500-1800), escritos entre 1906 e 1907, por encomenda de Vieira Souto.<sup>1</sup>

A primeira coisa que salta à vista do leitor é a chave semântica que religa os Capítulos do título aos próprios capítulos em que se ordena a obra.

Os Capítulos não são apenas as seções ou divisões usadas na distribuição interna do texto; não são apenas capítulos no sentido usual da palavra. São realmente Capítulos, não da obra, mas da História (com H, como preza Capistrano) do Brasil. São as instâncias e os níveis tematicamente destacados, em ordem de complexidade crescente, da suposta realidade histórica que ele pretende reconstruir.<sup>2</sup>

Uma acepção recobre e ultrapassa a outra, e a que seriam capítulos de divisão interna de uma obra historiográfica se converte, desde o próprio título da obra, nos Capítulos da estruturação interna da História Colonial.

Lembra bem Pedro de Alcântara Figueira que o título de uma obra não é casual. Segundo ele, no caso de Capistrano, os Capítulos de História Colonial já por si atestariam da "manipulação ideológica" que os constitui, gritando bem alto as intenções de escamoteamento do real que movem o autor - em contraste com o título mais materialista e econômico (por extensão, menos ideológico) do livro de Antonil, Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas (Figueira, 190-191).

Não é essa minha motivação, ao inquirir do título e do ordenamento das matérias dos Capítulos. Mas, aproveitando o

note, apresento as impressões por eles sugeridas.

Se nos lembrarmos de que:

a. era uma preocupação comum à geração intelectual a que se filia Capietrano de Abreu no século 19 e 20 a construção de um passado histórico brasileiro, principalmente quanto aos traços e costumes de sua gente, como contributo racionalizado à constituição e definição de uma identidade nacional, fosse ela positiva ou negativa;

b. não era e ainda não é incomum a apresentação da história do Brasil a partir do movimento geral europeu de expansão ultramarina, independentemente da divergência entre as interpretações;

o que nos saltará à vista, na ordenação dos Capítulos, é a precedência, por ordem de entrada, dos Antecedentes Indígenas.<sup>3</sup> Seguem-se a eles os Fatores Exóticos.

O que se ressalta na mente do leitor é que, entre o que antecede e o que é exterior, há um vazio, um espaço em branco, que logo o leva a se perguntar: "antecedentes de quê? exteriores em relação a quê?". É claro, sabe ele, que esse "quê" implícito é a terra brasilis. Mas ela só é dita, adquire nome e torna-se algo quando é descoberta. Usando a clara resposta que dá J.H.Rodrigues ao leitor curioso: "a história começa com essa gente que chega e transforma a terra, e não com o indígena e seu habitat" (E, 33). Por ora, até o final do segundo Capítulo, não se trata ainda da história brasileira. Por que assim acontece, espero responder quando me detiver mais detalhadamente na construção interna das razões e argumentos que tecem cada Capítulo.

Até o terceiro Capítulo, que é quando chegam Os Descobridores, temos uma naturalidade que se furta ao histórico (Cap. 1) e uma historicidade ainda exógena que, ao longo de décadas,

prepare europeicamente sua arribação ao Brasil (Cap 2 e 3).

Assim, a primeira questão a se levantar, quanto à boa vontade de Capistrano em atender à já referida crítica de D'A vezac e Varnhagen seria: abrir uma História do Brasil com dois Capítulos que apontam cegamente para algo ainda "fora da história" corresponderá à convicção de que aqui se forja historicamente uma identidade?

Ora, é essa a questão fulcral de Capistrano. Desde seu primeiro Capítulo, ele dá as pistas sobre o ciclópico empreendimento de construção da brasilidade: é o produto de uma mescla entre o natural e o exótico. Porém, atenção: aqui esta mescla refere-se menos às raças - que posteriormente comporão o suporte empírico e material da mestiçagem, enquanto principal característica da brasilidade -, e mais ao estatuto de historicidade atribuído aos diversos elementos humanos que se encontrarão a partir do terceiro Capítulo. A mescla entre esses elementos é apresentada como uma fusão entre o natural, entendido não só como o ali-nato, mas como aquilo que ainda não ascendeu à ordem do histórico, e o exótico, que conjuga tanto o branco como o negro. O estatuto de historicidade atribuído ao exótico se distribui desigualmente entre seus dois componentes. O luso é que é o portador de história, e por isso tem uma história a ser contada: ocupa 7/8 do Capítulo. O africano ocupa 1/8 do Capítulo, e não por ter uma história a ser contada, mas por ser "igualmente alienígena" (54), carregado para ocupar o lugar material da história que o meramente natural não supriria: o trabalho.

Depois de entrados na História, isto é, do terceiro Capítulo em diante, é interessante notar que o Capítulo, dentre os onze que compõem sua história, de longe o mais extenso é o



b. que, no caso, esse eixo seja constituído de grupos humanos em relação ativa com o território.

Então, quando Capistrano aborda O Sertão e dedica-lhe mais de um terço do livro, é porque aí vê a mais completa expressão das lutas e conflitos que compõem sua história nacional. O povoamento interior deixa a ocupação da costa na sombra, a todos os respeito (113). É tal ênfase porque é assim que vão se formando os contornos efetivos do território. São os contornos da ocupação de facto que, posteriormente, serão reconhecidos de jure, pelo princípio do uti possidetis (175, 180), a valer nos tratados internacionais de demarcação dos limites coloniais em disputa entre Portugal e Espanha.

A Formação dos Limites, que se segue a O Sertão, ilustra a distância entre o trabalho prático de povoamento das terras e os longínquos interesses de Portugal, ao mesmo tempo que aponta a estrita vinculação entre eles. Distância, em primeiro lugar, acentuada pelas cores dramáticas e exaltantes com que Capistrano detalhadamente descreve a ocupação territorial, em oposição às cores neutras das pinceladas gerais com que traça a disputa das fronteiras coloniais entre Portugal, Espanha, França e Holanda. Vinculação, em segundo lugar, por ser afinal o direito de uti possidetis a valer na realização dos tratados. O Sertão precede de facto e de direito a formação dos Limites: a nova psicologia do colono, imbuída de "espírito patriótico" e "nacional" (97, 111), que nas Guerras Flemengas já decidiu a favor de Olinda contra Holanda, prepara n' O Sertão a base empírica que permitirá a legal definição do contorno do país.

Importa ressaltar que a ordenação dos Capítulos, temática antes que cronológica, não é indiferente. Insisto neste ponto, em contraposição à interpretação de José Honório Rodri

Sertão: ocupa mais de 1/3 da obra. Igualmente Os Caminhos Antigos partilham a tarefa de apresentar a empresa pioneira de desbravamento das matas e ocupação do interior, para além do "tênuo fio litorâneo".

Aliás, a exiguidade das costas brasileiras e sua insuficiente articulação é um tema a que alude Capistrano desde o início dos Capítulos. Claro está para ele que a força desse país que ele ama, admira e de qual espera realizações (C I, 63)<sup>4</sup> encontra-se na conjugação do vasto território que se expanda continentalmente - e não litoralmente - com os grupos de povoamento que adentrarem as regiões interiores. Tal conjugação território-povoamento, desde a fundação de Piratininga, significa para Capistrano a força da vontade humana, capaz de vencer a inércia provocada pela subordinação do homem ao meio físico. Trata-se de epopéia que envolve os combates e as vitórias sobre a geografia do território. Por isso o sertanejo vai aparecer como retrato ideal do novo tipo étnico brasileiro - mas como resultado histórico-ideal. E por isso ainda - por ser resultado -, vai interessar a Capistrano retratar os rumos e os movimentos que, empiricamente, levam ao resultado histórico, à síntese elaborada.

Esses rumos e movimentos, Capistrano encerna-os no jesuíta e no bandeirante. Que não surprenda o elogio épico dessas figuras nos Capítulos. O primeiro é o próprio fundamento da história do Brasil; o segundo é a causa eficiente do desbravamento da natureza. Se por um lado a ocupação das terras tem um preço a ser computado pelos horrores da violência bandeirante (116), por outro lado, ainda que fracassada, a obra missionária lança sementes de heroísmo patriótico (85, 102).

Os dois problemas que daí se levantam para a análise

gues, para quem nessa ordenação "se trata mais de distribui-  
 ção de matéria do que de periodização" (THB, 136). Continua e  
 le: "É claro que a divisão não obedeceu ao intuito de periodi-  
 zar...Ele...perceberia que o quinto e o sexto capítulos obede-  
 cem a um critério quase exclusivamente político-administrati-  
 vo, o primeiro a um juízo mais geográfico, os outros a dados  
 históricos, sendo o último apenas um título e nada mais" (THB,  
 136). O ponto em discussão é que, para J.H.Rodrigues, é neces-  
 sário um critério uniforme para que o ordenamento temático se-  
 ja significativo e aponta para uma síntese periodizada (THB,  
 134-137). O que eu defendo é que o ordenamento dos Capítulos  
 não é um alinhamento casual de matérias díspares. Seu orde-  
 namento temático se pretende referido, de modo mais ou menos  
 direto, aos planos e instâncias empíricas da realidade. Dessa  
 forma, a distribuição de matéria, realmente desigual e hetero-  
 gênea, obedece a uma hierarquização temática de sentido cres-  
 cente no grau de importância atribuída aos elementos. Essa  
 hierarquização, por sua vez, agrupa-se internamente por uma  
 periodização, também disposta em ordem crescente, finalmente  
 coroada por um balanço sintético do resultado histórico que  
 se apresenta por volta de 1800. Em outras palavras, é precisa-  
 mente este, e não outro hipotético ordenamento temático, que  
 permite a Capistrano apresentar os elementos de síntese para  
 sua periodização, extraíndo-os como resultante da realidade  
 empírica. Dificilmente poder-se-ia conceber outra distribui-  
 ção dos Capítulos sem prejuízo para a inteligibilidade de ca-  
 da um deles, nos seus nexos com o Capítulo precedente e o sub-  
 seqüente, nos seus próprios nexos internos e nos seus nexos  
 com o conjunto dos Capítulos.

Mesmo os Capítulos iniciais, que pareçam se manter em  
 compasso de espera até que se inaugure a história do Brasil

com seu descobrimento, mostram-se necessários como divergentes pontos de partida que confluirão para o mesmo alvo. De um dos pontos desloca-se da natureza para a história. Do outro ponto um deslocamento espacial transporta o projeto prometeico da história sobre a natureza. Num, passa-se da terra de ninguém à terra que finalmente recebe o nome Brasil, que andava dispa nível à busca de um destinatário (60). Aqui, a tarefa civilizatória assemelha-se à tarefa adâmica: dar nomes às coisas. Noutro, está-se a cumprir um plano histórico: andar sempre a Poente para chegar ao Levante (54, 57, 61, 169).

E não é de surpreender que alguns Capítulos se movem apenas ao longo de algumas décadas, enquanto outros recobrem vários séculos, e ainda que essa heterogeneidade temporal por vezes oscile num vai-e-vem cronológico: o tempo físico está subordinado à constituição temporalmente irregular dos traços especificamente brasileiros. Talvez alguém se decepione ao buscar, Três Séculos Depois, o fecho de outro dessa história. Terá aí a sùmula enxutissimamente articulada da obra de trezentos anos: grupos étnicos, moldados pelo meio físico e com pequena margem de autonomia em relação a ela, ligados entre si por instituições culturais mais ou menos comuns a todos, com sentimentos coletivos e uni-los superficialmente na sua versão ao estrangeiro, mas insuficientes para soldá-los integralmente numa unidade homogênea (199-200). Essa composição particular do esquema geral fundado nos três elementos meio, raça e instituição é, por sua vez, apresentada como indicador do insuficiente desenvolvimento propriamente histórico do país, tingida como vem de irredutíveis elementos naturais dispareadores.

Aqui introduzo em linhas gerais um dos principais pontos de discussão acerca do alegado positivismo de Capistrano de A

breu. Trata-se do esquema explicativo com que ele opera. Num encontro que me parece resumir emblematicamente o debate sobre a historiografia do período 1870-1920, E.V. Costa afirmava: "Para os historiadores desta fase a trilogia: meio, a raça e as instituições parece fecunda como esquema de interpretação" (4). Simetricamente inversa era a posição de A. Canabrava: "Parece claro que a trilogia meio, raça e instituições, ainda não fecunda a mente dos historiadores, no século XIX, como esquema de interpretação" (17). Segundo esta autora, Capistrano, o principal nome da época, não teria recorrido a tal esquema, pois seu tratamento das instituições não teria ultrapassado o plano empírico, sendo também "significativo que (nos Capítulos - DEB) nem um capítulo fosse dedicado ao negro e ao índio" (id.). Retornarei frequentemente a tais pontos, mas algumas observações me parecem aqui pertinentes.

Com efeito, se tivermos de falar em categorias explicativas predominantes em Capistrano, possivelmente elas não concordarão com categorias explicativas formuladas e aplicadas por historiadores contemporâneos. Em primeiro lugar, as suas categorias não se fixam no plano das relações políticas e econômicas juridicamente regulamentadas. No plano das instituições, pouquíssimas apresentam formulação jurídica que contemporaneamente atribuímos a elas. A própria legalidade e formalização jurídica são já, para Capistrano, formas institucionais de segundo grau. As instituições correspondem antes a relações de cooperação, associações, tipo de divisão do trabalho, língua, religiões, formas de partilha temporal e espacial do poder, sistemas militares de defesa etc. O fato de serem mesmo pré-sociais ou exclusivamente privadas (CHC, 199) não diminui seu peso determinante na formação do caráter nacional (CHC, 48-9, 54, 62, 93, 111, 159-160). Quanto às raças,

e que constantemente recorreremos, eles compõem o material empírico para a formação composta de tipos humanos específicos. É esta formação complexa, a partir de elementos simples, que me parece ser a efetiva categoria explicativa de Capistrano de Abreu: é ela a mesticagem. E são os tipos humanos (e não cada raça em particular), como resultado complexo e agente de manutenção e reprodução da trílogia meio-raça-instituição segundo uma dinâmica singular, que constituem o foco principal de atenção do autor. A trílogia apresenta-se indissociavelmente, e nenhum de seus elementos é tratado em isolado. É sempre o tipo humano, friso e repito, resultante de uma determinada, e não qualquer, relação interna entre os três termos que fornecerá a chave de inteligibilidade da história de Capistrano. Finalmente, quanto ao meio físico: realmente, pode ser mais evidente a conexão que ele estabelece entre o meio e os homens. Mas note-se que, nesta conexão, os homens em seu meio já vêm apresentados como povoadores e agentes de ocupação do solo: a influência climática ou geográfica é apenas um traço primário. Pode-se alegar com pertinência que, em especial no que se refere aos grupos indígenas, são tratados como raça diretamente subordinada ao meio físico geográfico imediato, redundando numa relação de dependência direta como esta um tipo de instituição muito simples e com fraco índice de coesão social. Mas isso parece significar, antes de mais, que, se há na trílogia indissociável meio-raça-instituição um elemento primário dotado de maior universalidade, é ele o território, efetado e composto por condições geográficas imediatas, mas não reduzido a elas. Vale notar ainda que são justamente os traços psico-sociológicos que adquirem certa autonomia e maior relevância na definição do tipo antropogeográfico, como agente com menor ou maior capacidade de se sobrepor à força restriti

va do meio.

Em outros termos, concordo com E.V.Costa quanto ao uso da trilogia meio-raça-instituição por Capistrano de Abreu. Parece-me mesmo irrefutável o uso explícito e quase que evidente em sua obra, e não só na obra estritamente historiográfica. Mas, por outro lado, tal trilogia sobrepõe-se como momento de segundo grau a um patamar conceitual primário. Pois Capistrano não se detém em extrair de uma combinação  $x$  da trilogia o resultado encarnado num tipo humano. Este resultado - o tipo humano - é invocado pelo historiador como indicador e classificador do grau de complexidade histórica que envolve aquele tipo definido. Caso o tipo humano em questão mostre uma preponderância de sua vontade combinada às suas faculdades racionais, que redundem numa "ação incorporada e inteligente" sobre o meio físico, ele poderá desenvolver relações sociais de certa autonomia frente às injunções desse mesmo meio: é o que Capistrano, seguindo Ratzel, chama de "povo civilizado". Caso as condições físicas do meio sejam por demais rudes e inflexíveis, ou, pelo contrário, por demais suaves e férteis, os homens serão impelidos compulsoriamente, ou, pelo contrário, não estimulados a nenhum esforço, manter-se-ão numa inércia, que significam uma subordinação imediata, direta e individual às exigências do meio: é o que ele denomina, ainda seguindo Ratzel, "povo natural".<sup>5</sup>

Em suma, a trilogia serve como função, isto é, como variável dependente em relação a uma dualidade básica constante. O papel específico de tal função é o de fornecer um amplo leque de variações e combinatórias na produção de novos resultados. Com isso, passa a ser usada como esquema diferenciador a ser aplicado aos objetos empíricos analisados. Estes, então, tornam-se suscetíveis de classificação, de acordo com uma es-

cala que os aproxima ou os distancia de um ou do outro conceito fundamental de avaliação e interpretação.

Que tal trilogia possa ser utilizada - como realmente o foi por vários autores - sem referência alguma a outro patamar conceitual, e considerada em si suficiente como esquema explicativo das sociedades humanas, leva à conformação de um modelo predominantemente mecânico, ao qual caberia adequadamente a designação de "positivista". Como exemplo, seria interessante compulsar o uso da trilogia meio-raça-instituição em Oliveira Vianna.

Gostaria de passar agora a uma apresentação um pouco mais detalhada de estruturação interna de cada Capítulo. Na medida em que, conforme tenho destacado, a ordenação é deliberadamente temática, cada um dos Capítulos traz os momentos que condensam a contribuição específica de cada setor tematizado à constituição da história brasileira. Além disso, cada Capítulo é rico de indicações quanto à amarração conceitual e ao quadro interpretativo do material empírico trabalhado. Assim, ao que me parece, a apresentação pormenorizada a que procedo a seguir será menos um "resumo" do que o realce de certas características: a saber, aquelas que, na argumentação do autor, fundam ou resultem da composição histórica efetuada.

Começo pelo primeiro Capítulo, não só porque talvez pudesse parecer sensato o conselho do Cavaleiro carroliano a Alice ("comece pelo começo, siga pelo meio e vá até o fim"), como também por sustentar que a ordem de seqüência dos Capítulos articula-se por razões nem sempre as mais evidentes: razões por vezes só discerníveis no interior de cada um deles. É o caso do exemplo já citado do caráter de necessidade, se não lógica, pelo menos apologética, da precedência d' O Sertão em relação à Formação dos Limites.



Notas

1. Quanto ao caráter sintético e ao propósito grandioso da obra, ver: primeira e indispensavelmente, a própria obra; J.H. Rodrigues (E), Paulo Prado (ESP), Alice Carnebrava (17). Por outro lado, quanto às suas dimensões reduzidas e sua estrutura "didática", ver Capistrano, em especial suas cartas a Guilherme Studert (C I, 171-176, 1906-1907). Quanto à ocasião de preparação e publicação dos Capítulos, ver J.H. Rodrigues (E) Aqui eles serão citados conforme a edição UnB, 1982.

2. Daqui por diante, passo a eliminar as cláusulas que condicionam e relativizam a atividade do historiador. Assim, no texto, a realidade não mais será "suposta", sua reconstrução, não mais "presumida", e assim por diante. Com isso, espero não sobrecarregar o texto, respeitar a intenção do autor e esperar que o senso crítico do leitor não veja aí adesão pessoal às teses comentadas. As expressões entre aspas, mesmo quando não acompanhadas de referência, geralmente são as usadas por Capistrano na obra em questão.

3. Lembro aqui a observação de D'Avezac, comentada por J.H. Rodrigues (E, 33): D'Avezac, nas suas Considerações geográficas sobre a História do Brasil, havia criticado a ordem dos capítulos, que se abria com a Europa, que Varnhagen deu: é a primeira edição de sua História Geral do Brasil. Considerada justa a crítica, Varnhagen altera na 2ª edição a disposição dos capítulos, passando a abrir a obra com a Descrição do Brasil. Ao que parece, e também segundo J.H. Rodrigues, Capistrano não ficou insensível à observação.

4. Esta é uma sua frase famosa, escrita em carta a Urbano Duarte de Oliveira, a 7-9-1895 (C I, 63). Comentando a situação política da República, expressa sua descrença numa "sociedade melhor". Em pós-escrito, acrescenta: "Ao pôr a data, arrependi-me do que tinha escrito. Amo, ...". Para Cruz Costa, essa declaração serve como prova contra seu igualmente famoso pessimismo: "Era Capistrano, um pessimista? Aparentemente era. Mas quem disse, como ele, 'amo, admiro o Brasil e espero dela' poderia ser, verdadeiramente pessimista?" (RH, 21-22, 543, grifo do autor). O que Cruz Costa não comenta são as razões da confiança de Capistrano, aduzidas logo a seguir na mesma carta: "Afim, os maus brasileiros passam, o Brasil fica" (id.). Veremos adiante que a admiração de Capistrano por Anto-

nil deve-se a que ele teria revelado o segredo do Brasil aos brasileiros: a natureza com suas potencialidades. Nesse sentido, amar ao Brasil apesar dos brasileiros reenvia a uma certa duplicidade conceitual.

5. Ratzel: "A denominação de 'povo natural' não indica um povo que vive na relação mais íntima possível com a natureza, mas antes um povo que, se se nos permite a expressão, vive sob o império desta...podemos afirmar que a diferença entre povo natural e povo civilizado deve ser buscada não no grau, mas no tipo de ligação que existe entre o homem e a natureza" (83, grifo do autor, negrito meu). "A civilização é independente da natureza não no sentido de completa libertação, mas no de uma ligação mais diversificada, mais ampla e menos impregnada" (id.). Nesse sentido, entende-se por que o sentimento nacional e patriótico é expressão de um nível superior de civilização: "Basta verificar que, junto com o progresso da civilização e com o crescimento das populações, vai crescendo a importância da vida econômica para se convencer de que a libertação da natureza não poderá jamais ser absoluta.. esta relação constitui exatamente um novo elo...que liga o povo ao seu território. Pode-se dizer ainda...que a civilização traz consigo o fortalecimento de uma ligação mais íntima entre a comunidade e o solo que a recebe" (81-82).

## II

## 1. Antecedentes Indígenas

A expressão não deve fazer pensar que aí se trate basicamente dos grupos indígenas existentes no Brasil, antes da chegada dos portugueses. O termo "indígenas" significa aí "autóctonos" ou "autóctones", e "antecedentes" correspondem ao conjunto de elementos físicos, climáticos e antropológicos então existentes.<sup>1</sup>

Estão presentes dez características encadeadas entre si: como em qualquer tratado de geografia física, encontra-se inicialmente a localização terrestre do espaço físico em termos de latitude, longitude, extensão e orientação Norte-Sul. A seguir, por ordem (já não trivial): as costas, as baixadas marítimas, o relevo físico, os rios, os planaltos, o clima, os tipos de vegetação, a fauna e, finalmente, os índios.

Leitor de Ratzel, Capistrano, ele mesmo um antropogeógrafo, pode ser melhor compreendido à luz da antropogeografia, "tão bela ciência como difícil" (C II, 38). Crítico da "estéril teoria do milieu" de Comte (26), Ratzel aponta a estreteza do conceito geográfico comtiano: este "...distingue apenas as influências do ambiente que têm origem na posição do território em relação ao Sol, ou seja, sua latitude" (23). A ordem dos fatores geográficos de Capistrano, desde a articulação litológica até a dispersão dos povos indígenas, segue o escalonamento que vinha se sabendo desde Ritter, em contraposição à teoria restrita do meio determinado pelas coordenadas geográficas: a ênfase passa a recair preferencialmente na especificação do território.

A construção do texto é articulada por derivação de um termo a outro. Quando um dos "antecedentes" não é diretamente

derivado do outro, segue-se a ordem de importância crescente do litoral para o interior.<sup>2</sup> Cada elemento é avaliado a partir de sua subordinação causal a um elemento anterior, sua maior complexidade em relação a ele, e sua determinação sobre o elemento subsequente. Com isso, tem-se que cada passagem dedica-se a cada elemento compõe-se de, pelo menos, dois elementos. Por exemplo, a formação dos planaltos, com seus chapadões e bacias fluviais, é resultante da interação entre as montanhas e os rios, antes apresentados cada um em isolado (44). Da mesma maneira, a derivação causal de um elemento determinado comporta, não só o elemento imediatamente anterior, mas o conjunto de elementos antecedentes, numa escala progressiva. Continuando o exemplo, os planaltos são então especificados, juntamente com suas bacias, o que enseja a Capistrano introduzir, ainda na mesma passagem sobre os planaltos, um novo elemento: a caracterização climática. Esta, tão logo é introduzida, adquire autonomia e passa-se à descrição climática do território, segundo a direção litoral-interior. Realizado o circuito descritivo do elemento climático, o autor retorna ao primeiro ponto de onde partira em sua descrição, retoma os fatores aí predominantes e introduz os tipos resultantes de vegetação. E assim sucessivamente.

É nítido o escalonamento a que procede, indo da determinação geográfica mais geral à particularização crescente, em ordem de evolução do inanimado para o animado, culminando nos homens. Vê-se aí o traço clássico genérico da geografia do século 19. Há uma seqüência mais ou menos ininterrupta, numa espécie de avanço na complexificação das formas de organização. Mesmo a geografia humana, já na proposta ampliada de Ratzel, enquadra todos esses elementos numa sucessão ordenada de derivação integrada e integradora, mas apresenta sempre um limite

primário insuperável no nível natural. Os grupos humanos, somente quando passam a um esforço consciente e transformador sobre a matéria da natureza, é que ultrapassam o nível estritamente natural da sobrevivência, então se organizando em Estados para a defesa do território. Aqui neste Capítulo, o elemento antropogeográfico aparece como grupo humano natural.

A escala da evolução natural, que comporta também o item social, virtualmente evolutivo, apresenta por fim os grupos indígenas. Na longa cadeia das coisas e dos seres, a forma final assumida pela evolução é a forma social, onde a natureza encontra seu ponto máximo. Depende dos homens aprofundar e acelerar seu processo de evolução especificamente social. No caso em apreço, e no que dependesse do empenho dos índios em cumprir tal tarefa de passagem à civilização, não foram os seus traços psicológicos  $x$  ou  $y$  que impediram o progresso. Se eram indolentes, eram também capazes de grandes esforços. O que os reteve na estrita naturalidade, o que os impediu de desenvolver formas sociais complexas foram justamente as relações de integração que mantinham com o meio físico (48). Nessa integração, o "principal efeito dos fatores antropogeográficos foi dispensar a cooperação" (48).

"A mesma ausência de cooperação, e mesma incapacidade de ação incorporada e inteligente", que "parece terem os indígenas legado aos seus sucessores" (49), serão freqüentemente retomadas como característica dos tipos étnicos resultantes da mastigação, nos Capítulos posteriores. Explicarão também, como veremos, a dificuldade de se construir uma unidade nacional sólida.

É este, em termos sumários, o modo - que poderia ser dito causal de tipo determinista evolutivo - que orienta a organização dos Antecedentes Indígenas da terra brasileira. O que

importa agora ressaltar são duas evidências do Capítulo, importantes pelo que ilustram da prática de Capistrano e pelo papel que ocuparão nos Capítulos seguintes.

A primeira refere-se ao seguinte: todos os elementos considerados são acompanhados de breves observações que julgam retrospectivamente de sua importância ou antecipam o papel que tal ou qual elemento desempenhará na futura história. É o futuro "papel histórico", é a utilidade ou possibilidade de aproveitamento de tal recurso, é a necessidade das construções humanas para vencer esse e aquele obstáculo, é a arte (entendida como o artifício técnico do engenho humano) para se contrapor ou complementar a natureza... Economia, política, etnografia, lingüística; navegação de grande e pequeno porte, exploração marítima e fluvial, exigências administrativas, integração do povo através dos estados: tudo o que advirá com o sistema de colonização acompanha desde já, passo a passo, a apresentação de cada Antecedente Indígena. A sua avaliação se faz segundo dois critérios interligados: a utilidade ligada à prosperidade econômica e a "significação histórica". Esta avaliação - presente com tal intensidade apenas neste Capítulo - pode ser vista como referência destinada a dar sentido a uma matéria em si despojada de significado. Em outros termos, apenas a invocação de um futuro valor histórico vem a revestir de interesse a matéria bruta da natureza.<sup>3</sup>

A segunda evidência do Capítulo é o papel central atribuído aos rios: são eles a verdadeira parte do cenário onde e através da qual se desenrolará a história colonial. Essa valorização pode se tornar compreensível do ponto de vista das dificuldades de transporte, comunicação, irrigação populacional e econômica num território com grande continentalidade. Como se tornará mais explícito no texto dos próximos Capítulos,

são essas as razões de Capistrano. E são os rios, por conseguinte, que ocupam a parte principal da influência e dos recursos do meio físico sobre os homens que si virão se instalar.<sup>4</sup> Por ora, antes de 1500, para os índios os rios fornecem apenas peixes. Mas sua importância futura já vem delineada, e é por isso talvez que surge a primeira tipificação de Capistrano. É o rio São Francisco, de "grande importância histórica" (43), que condense em si quase todos os rios do Brasil e torna-se a imagem deles (44). Não me parece fortuito que o primeiro tipo derivado da observação e da imputação de relevância causal seja fundado em critérios utilitários: ao lado da geografia física e da antropogeografia, já scena a economia política.

Como traço predominante do Capítulo que abre o espaço virgem em que posteriormente se inaugurará a história, tem-se então o encadramento evolutivo de elementos geográficos físicos e humanos. Nessa apresentação, os grupos indígenas ocupam o lugar superior e terminal da escala, sem ultrapassar o lugar designado pela natureza. Contribuem com o tipo negativo de "ausência de cooperação", mas a isso se reduz por ora o seu papel, na figureção natural.

## 2. Fatores Exóticos

O outro ponto de partida para a história colonial de Capistrano consiste nas duas raças que virão "povoar" o território já apresentado: uma como conquistadora, outra como escrava. Dos motivos e razões que levam à expansão ultramarina portuguesa, não é ainda aqui que se tratará. O que por ora importa ao autor é acentuar a historicidade lusa, empenhada em transitar da "idade média para a era moderna". A luta da sociedade civil, na figura do seu sujeito jurídico, o soberano,

no absoluto, contra o poder eclesiástico, arcava com as exigências inadiáveis da nova situação comercial, industrial, intelectual, a rasgar horizontes mundiais (51-52). Em contraste com o que sucederá no Brasil, aqui abundam as associações de grupos e pessoas morais: os privilégios dos cidadãos do Porto, discriminados um a um, são apresentados como feliz exemplo dos direitos que podem conquistar as associações civis. Sem dúvida, essa "evolução social" contrasta com a "inércia social" dos indígenas. É a existência ou inexistência, a força ou debilidade das iniciativas de ação incorporada que lhe serve de parâmetro de avaliação.

Contudo, também aí o empenho no desenvolvimento social é bloqueado pelo meio físico: a fertilidade natural dispensa a luta contra as condições adversas, tornando os homens pouco propensos ao trabalho agrícola. O caráter dominante do povo, duro e rude, o atraso da agricultura, a estrutura política dos três estados não são pois de molde a permitir uma plasticidade histórica (53). Prova-o a debilidade da instituição das Cortes, incapaz de se adaptar à próxima futura empresa colonial, sucumbindo ao impacto do seu sucesso, e só recuperando novo hausto após a transferência da Coroa para a colônia (idem).

Já a raça negra, a "nota alegre ao lado do português taciturno" e do índio escumbático" (54), cumpre figurar no Capítulo por ser, como o português, "estranho ao continente" e "igualmente alienígena". Como carga não traz nenhuma marca histórica. Sua marca é a constituição física apta às "rudes labutas que o indígena não tolerava", e sua sorte é ter uma "índole carinhosa" que lhe permitirá o acesso à casa grande colonial. Os traços da raça negra, exceto quanto à sua procedência geográfica, sua constituição física e seu caráter amoroso, são já apresentados do ponto de vista da história colonial.

O negro permite uma dupla operação a Capistrano:  
a. a demarcação da índole tipificada das três raças a se comporem na



mestiçagem;

b. a apresentação do principal resultado mestiçado, o mul to.

Como já sugerido anteriormente, cabe distinguir a mestiçagem, em sentido geral, em dois momentos: como categoria explicativa e como tipo humano. Como categoria, pode ser entendida enquanto matriz de formação de tipos humanos psicologicamente definidos, a partir do entrecruzamento de raças diversas. Como elemento empírico, refere-se aos indivíduos resultantes daquela formação miscigenadora, indivíduos que serão "mestiços" tanto moral como fisiologicamente. Quanto à mestiçagem moral, ela é mesmo anterior à mestiçagem biológica (C II, 49; DB, 54). Os dois momentos da mestiçagem ocorrem em Capistrano. A força explicativa de sua construção recai sobre a primeira acepção (conceitual), de teor psico-sociológico geral, mesmo quando o autor se refere diretamente aos indivíduos empíricos. Isso pela simples e explícita razão de que o autor, ao remontar ao "por quê" de tal ou qual característica do caso empírico apresentado, remete-se invariavelmente ao processo de fusão das influências psico-morais e fisiológicas da mestiçagem.

O interessante a notar neste Capítulo é que a mestiçagem, enquanto matriz de um determinado tipo psico-sociológico, responsável pelo ulterior desenvolvimento da história colonial, encontra aqui sua causa empírica, rápida e quase que indiretamente apresentada. Dissemos que não é neste Capítulo que Capistrano trata das pretensões ultramarinas. Com efeito. Mas é obrigado a citá-las fugazmente para coligar um fator demográfico a seus olhos essencial (a escassez populacional de Portugal) à futura mestiçagem como solução de povoamento da colônia.<sup>5</sup> Vale a pena transcrever a curtíssima passagem, que aparece com um certo ar casual, e no entanto tão taxativa ao indicar a causa do principal fator da brasilidade: "Com este pessoal tão exíguo, que não bastava para enché-lo, ia Portugal povoar o mundo. Como conseguiu-lo sem atirar-se à mestiçagem?" (53).

Já quanto ao resultado empírico predominante, é uma "eliz mestiçagem a de Capistrano, que retoma o benemérito Antonil: o Brasil é o "paraíso dos mulatos" (54). Pois que, ainda que provocassem "certa aversão", "com o tempo... souberam melhorar de posição e por fim impor-se à sociedade", alcançando altos lugares graças a uma misteriosa combinação de audácia, talento e boa sorte (id.)

### 3. Os Descobridores

"Pau-brasil, papagaios, escravos, mestiços, condensam a obra das primeiras décadas" (61).

Descobre-se o Brasil.<sup>6</sup> Aqui se reúnem as expectativas preparadas pelos Capítulos anteriores. Aqui começa a história. E o leitor nota que aqui começa a história. O primeiro Capítulo era geograficamente descritivo, entremeado de considerações e avaliações "historizadas".<sup>7</sup> O Capítulo 2 era uma exposição sociológica da organização social do Reino e do povo português (em termos psico-sociológicos), suplementada por pinceladas fisiopsicológicas acerca dos negros, cujo principal efeito foi o de captar, na fímbria dos traços do conjunto, o perfil humano dos futuros povoadores da colônia, por dos pontos vulneráveis da carga histórica lusitana. Ou seja, até então Capistrano não escrevera, segundo seus critérios, história. Ou apresentava geografia, ou apresentava sociologia e psicologia. Essa distinção torna-se nítida ao se observar o Capítulo 3.

Aqui é o relato historiográfico, no sentido que Capistrano outorga, em sua prática, à atividade do historiador. Sucessão de datas, nomes, lugares, ação que decorre a partir de uma decisão e se resolve através de mais ou menos peripécias: os eventos, os sucessos ocorridos, os fatos, enfim. Eis-nos chegados ao domínio do historiador. Aqui há movimento, gente viva em magotes, reis que decidem, padres rezando missa, povo nas festividades, comandantes, armadas e naus. O número de naves, de tripulantes, o local, a hora, o dia, o pincelado

das ações como se fossem elas, esgotadas em si mesmas, plenas de sentido, plenas do sentido histórico do momento. Que contraste com a exposição (Cap.2) sobre a sociedade portuguesa! Aqui as coisas se detalham, as "aspirações confusas" do infante Dom Henrique nos levam à figura mítica do Preste João, o leitor é convidado a seguir o "movimento descobridor" em seus ímpetus, alternados em maior e menor brilho, de "vida e calor". Da esperança, o leitor é levado à confiança e à certeza na descoberta do caminho das Índias. De Dom João II, o leitor prova a sabedoria e a providência, graças às quais, por nada ter deixado ao acaso, é possível ao sucessor Dom Manuel dedicar-se ao "simples trabalho de saborear o fruto sazoad" (57).

O quadro histórico da expansão ultramarina é composto agora por um, podemos considerar feliz ainda que moroso e pertinaz, acordo entre o destino português (55) - a vida marítima -, definido pela sua posição geográfica, e as iniciativas sucessivas dos monarcas lusitanos, estas compostas por uma mescla entre os desejos de expandir os limites do mundo conhecido e a esperança de derrotar os muçulmanos no domínio das rotas comerciais para o Oriente.

Há dois atores em meio à figuração: os reis e os navegantes. E são eles, azafamados, que estão a postos quando se inicia o relato da descoberta do Brasil. A partir de então, sucedem-se as expedições, cujas viagens são detalhadamente narradas. É o estilo que doravante deverá compor majoritariamente o texto dos Capítulos. Pois é afinal a história, na sua apreensibilidade empírica: estão aí os fatos, narrados, encadeados, provados com datas e nomes.

A frase posta em epígrafe neste item não foi escolhida no conjunto, entre outras, para ilustrar a síntese da interpretação de Capistrano. Ela própria é a síntese historiográfica. Curta, é ela todo um parágrafo, e este parágrafo de uma única frase é para Capistrano a história do Brasil deste período.<sup>8</sup> Uma, é ela, em si, fulgurante em sua secura, o sentido e o resultado do movimento de tantas na-

us, de tantos homens, de tantas disputas. Do relato à síntese. E a síntese, tão cerrada sobre si mesma, faz com que alguém se indague se a narração minuciosa que a antecede não parece se distanciar demasiadamente dos resultados das ações empreendidas. Indaga-se: entre o quase frenético movimento descrito e a obra resultante não há um pulo que só o historiador foi capaz de efetuar.

Esta é uma questão complexa: para Capistrano, a síntese efetiva dessas décadas, como veremos, é a definição dos tipos de colonos. Contudo, ao destacar a frase citada em epígrafe e chamá-la de "síntese historiográfica", quero realçar duas coisas:

- a. o relato historiográfico queda "resumido" em tal frase;
- b. o que é "síntese" em sentido forte para Capistrano difere, em natureza, do seu relato e do seu "resumo", e acrescenta-se como coroamento um tanto exterior à exposição historiográfica. Neste sentido, o corpo do texto não é tão simples, meramente descritivo. Gostaria de agora introduzir a armação interpretativa que reúne a exposição episódica e o coroamento supracircunstancial.

Como já disse, o Capítulo apresenta dois momentos: primeiramente, o "movimento descobridor" e as razões para a expansão ultramarina portuguesa; a seguir, a viagem de Pedr'Álvares e as sucessivas expedições e ocupação do Brasil. O interessante a notar é que a passagem de um momento ao outro - aliás, explícita ("Interessa-nos apenas Pedr'Álvares", 57) - é antecipada e acentuada por conclusões e generalizações que, se não completamente, pelo menos em enorme medida escapam ao tom fatural do relato.

Assim, marcando a separação entre o primeiro e o segundo momento do Capítulo, Capistrano apresenta já condensadas "duas correntes" históricas bem definidas no movimento descobridor, oriundas por diferentes iniciativas, compostas com variáveis graus de experiência e clareza de propósitos.<sup>9</sup> É que, no que pese à sua diversidade, ambas chegaram ao mesmo resultado: no mesmo ano, desembocaram no Brasil,

por meios e caminhos diversos. Este confluir de ações, cu a diferença Capistrano tratara de acentuar previamente, ultrapassa, ao nível do relato, a fatualidade descrita e parece apontar um movimento histórico até certo ponto independente dos atores, que os solidifica à sua revelia. Essa impressão é reforçada pelo final do segundo momento do Capítulo. Após descrever as expedições ao Brasil e ao rio da Prata, Capistrano retoma o plano de Colombo. Este plano fora apresentado anteriormente (56) como um evento a mais na sucessão episódica do movimento descobridor, mas agora inaugura a cadeia de conclusões do autor: "Assim se cumpriu o plano de Colombo: chegar ao Levante navegando sempre para o Ocidente" (61). É como se as ações individuais narradas, ainda que isoladamente fracassadas ou interrompidas, tomadas com "perspectiva histórica" pudessem emblematicamente se compor numa unidade com todas as outras ações individuais, realizadas subsequentemente sob a égide daquelas ações iniciais. É como se Fernão de Magalhães apenas corresse em 1520 o plano apresentado por Colombo nos idos de 1490 (169).

Isso no que diz respeito à síntese do primeiro momento do Capítulo. Ou seja, repetindo: o movimento descobridor corresponde a duas correntes históricas definidas que atingem o mesmo resultado.

Quanto ao segundo momento, há também uma mudança qualitativa, e a clivagem entre o relato das expedições e a cadeia de conclusões finais. Essa cadeia se compõe de três unidades sintéticas, das quais já apresentei duas:

a. a realização do plano de Colombo: o que importa nela, como já disse, é que a diversidade das iniciativas e das "correntes históricas" se resolva numa unidade final, cujo sentido agora pode remontar ao seu início "empírico";

b. "a obra das primeiras décadas": o que importa nela é que revela o alcance da síntese historiográfica em Capistrano. É um alcance restrito, limitado ao conteúdo empírico da obra realizada.

Explicar-me melhor: a síntese histórica tem sempre base e referencial material em Capistrano. Desde já se esboça o que será uma constante em sua obra: história é aquilo que se mostra feito. As ações e os movimentos estão em seu tempo fazendo história, mas não são história: assim, veremos que vários elementos e iniciativas não serão históricos, não terão entrada para a história de Capistrano, seja porque fracassaram, seja porque não há documentos a respeito, seja porque, já na intenção, não estavam capacitados a se tornar história. O exemplo mais típico e famoso desse "juridicismo" na instalação do tribunal da história é a Inconfidência Mineira, sistematicamente excluída das preocupações de Capistrano.<sup>10</sup> Não é o lugar, aqui, para nos determos sobre isso. O que importa ter em mente é a seguinte exigência de Capistrano, para que algo seja histórico: ter uma realidade positiva posterior à época e às circunstâncias de sua realização.

Isso nos remete ao problema central da obra historiográfica do autor e, por extensão, ao que será o problema principal desse estudo: em que se funda então o histórico? Qual será a base sobre a qual o histórico poderá se edificar? Como algumas iniciativas terão algum potencial histórico maior do que outras? Ou será um mero jogo infinitamente múltiplo de acasos que definirá do resultado final dos empreendimentos em questão? Sabemos que esta última hipótese está excluída para Capistrano, por evidências muito simples de que ele nos provê: em primeiro lugar, ele opera com material empírico selecionado; em segundo lugar, na sua narração se embatem elementos e atores diversos, sobre os quais o autor já nos dá indicações positivas ou negativas sobre sua capacidade de realização histórica. E são essas indicações, por conseguinte, que é preciso investigar, pois são elas que se mostram os parâmetros de julgamento do historiador. Quero, porém, precisar um pouco melhor essa última afirmação: seria mais adequado, com efeito, dizer parâmetros de pré-julgamento. Isso

porque o relato historiográfico de Capistrano, no sentido fatural e descritivo, é ele em geral contemporâneo aos eventos apresentados. Mas incorpora ao relato elementos que vão orientando o leitor, quanto ao desfecho final e à "síntese histórica" que daí advir. Tais elementos ocupam um lugar secundário em meio ao relato, mas secundário apenas quantitativamente, digamos. Na verdade, Capistrano emprega-os como o fio vermelho que dá inteligibilidade à seqüência exaustiva de fatos. Ora, e em que consistem tais elementos? Qual a chave de inteligibilidade que eles vêm fornecendo ao longo do relato?

Antecipo um pouco a resposta, embora indícios dela já estejam presentes desde o Capítulo inicial. É ela uma chave cifrada em termos psicológicos individuais. No entanto, e aqui entra um elemento complicador, esse perfil psicológico é ele uma chave já cifrada. Decifrá-la é buscar a complexidade que, a cada caso típico, compõe este e não outro perfil psicológico. Antes de prosseguir nessa decifragem, portanto, é conveniente irmos estabelecendo algumas balizas.

Em primeiro lugar, o histórico corresponde ao conjunto de resultados objetivos das ações. Capistrano, no Descobrimento do Brasil, estabelece que "o que há de fundamental é o fim e o resultado" (69). Distingue-os logo a seguir: o fim é o objetivo que os agentes se propõem para suas ações imediatas e particulares; o resultado são as conseqüências supra-individuais que redundam de tais ações. O âmbito dos resultados é o que adquire estabilidade, e passa a conter as novas ações de outros agentes, mesmo que sejam "inconscientes" de sua inserção naquele âmbito (*idem*).

Em segundo lugar, essa realização histórica objetiva é passível de ser pré-julgada (isto é, o historiador consegue fazer, ou melhor, narrar história) a partir de certos elementos que já lhe permitem uma hierarquização da enorme massa de fatos empíricos. Esses elementos corresponderiam às linhas-mestras que regem e dão sentido àquele âmbito histórico supra-individual em que se movem os agentes. O His-

toriador, no caso, trataria de destacar essas linhas de inteligibilidade do mundo histórico vivido pelos homens, e recomporia os momentos empíricos imediatos sob a ótica dos mesmos elementos mais gerais.

Em terceiro lugar, esses momentos empíricos em Capistrano, tal como ele os vai apresentando, vêm referidos à constituição psicológica dos indivíduos agrupados em tipos humanos. Mas imediatamente mostra-se que tais momentos não são simples, mas sim complexos, o que nos remete a um ponto que merece um comentário.

O momento empírico composto - no caso, o tipo psico-sociológico dos indivíduos - serve de suporte material e eficiente para o enorme painel a se tornar história. Esse momento composto apresenta internamente um entrecruzamento de elementos simples: o tipo humano específico é simultaneamente agente e suporte material da história e, ele mesmo, resultado de outros fatores. Tais fatores mais simples, já o vimos, são o elemento físico-geográfico, a própria matéria física dos indivíduos, e as relações de maior ou menor coesão que mantêm entre si. Por ora, até os Capítulos examinados, vejam-se 47-49, 53-54, 61-62.

Mas, por outro lado, sabemos (47-49, 54), e o autor repetirá explicitamente mais adiante, que a conjunção meio-raça-instituição (os três referidos fatores simples) pode ser natural ou histórica. Assim, o tipo psico-sociológico encarnado pelo índio é um tipo natural, em dependência frente à natureza, numa relação demasiado imediata para que possa desenvolver formas mais complexas de auto-organização. Nesse sentido, seria insuficiente construir uma história do Brasil com um esquema fundado na tripla interação de elementos simples, se de algum modo ele não apontasse para uma distinção mais fundamental. A clivagem entre natureza e história pode ser, segundo Capistrano, atravessada. Mas o trânsito é complexo, e justamente por isso surgem os momentos empíricos encarnados em tipos humanos  $x$  ou  $y$  a indicar os modos e formas de transição.



Como esses Capítulos são ainda relativamente introdutórios ao que consistirá propriamente a História do Brasil de Capistrano, o jogo interno de combinações dos três fatores mais simples ainda não aparece com movimento próprio. O tipo humano, nó de entrelaçamento ativo desses três fatores, foi-nos até agora apresentado de modo estático. A partir da construção da história brasileira, vão surgindo outras combinações, umas mais fortes e com "maior potencial histórico" do que outras. Contudo, veremos tal mecanismo ao longo de cada Capítulo em particular. Por ora, basta ressaltar o duplo aspecto, material e eficiente, desse complexo nó.

Após esse longo parêntese, retorno às unidades sintéticas que nos oferece esse Capítulo. A terceira unidade sintética visivelmente se distingue das anteriores. Não importa fundamentalmente a Capistrano que os resultados desse período inicial se computem pelo resgate de gatos, papagaios, macacos e escravos, ou pelo estabelecimento de feitorias na costa. Isso é o que historicamente se realizou: ponto, ponto final. O que não é ponto final, o que permitirá o encaminhamento da própria história do Brasil é o tipo de indivíduo que vai desde agora se formando. E aqui peço uma atenção paciente e atenta:

da segunda unidade sintética, Capistrano retira um elemento, justamente o elemento vivo que não se esgota na petrificação histórica: o mestiço. Agora é que começa o trabalho de síntese, que perdurará como pressuposto, implícito e explícito, nos próximos Capítulos. Cuidadosamente, Capistrano pinça a mestiçagem, tão de chofre explicada, e introduz-la no seu movimento de circunscrever o típico. Sigamos o autor: ele explica abrupta e claramente as razões imediatas da mestiçagem. Da parte das índias, é a ambição de terem filhos da raça superior; da parte dos brancos, é a escassez ou ausência de mulheres de seu sangue (61). Na configuração da síntese "humana", Capistrano retoma o esquema que já estabelecera em seu Descobrimiento do Brasil, e apresenta-nos três tipos: dois extremos e um in-

intermediário. Dentre os "dois tipos extremos: uns sucumbiram ao meio ...outros insurgiram-se contra ele e impuseram sua vontade" (61). Do tipo intermediário, é-nos apresentado apenas o exemplo, no caso Diogo Álvares.

Por ora, é o que basta a Capistrano. Como esses três tipos se adaptarão, sobreviverão ou desaparecerão, será sua tarefa nos Capítulos posteriores.<sup>12</sup> Mas, sem querer antecipar o que somente a história a trará, apenas esclareço o que eu quis dizer, ao afirmar que Capistrano pinça cuidadosamente a mestiçagem (segunda unidade sintética) e introdu-la implicitamente na sua definição de tipos humanos (terceira unidade). É que, conforme veremos (conforme mostrará a história ulterior) e conforme ele já nos sugerira no Descobrimento do Brasil, será o terceiro tipo, o "tipo intermediário", a que caberá a sobrevivência. É por que isso? Porque não se trata apenas de mestiçagem física, de intercâmbio de pigmentos. "Para resumir tudo em uma palavra: dentro de poucos anos um homem nestas condições ficava moralmente um mestiço. É claro que nesta mestiçagem moral devia haver diferentes gradações" (DB, 54). É esse trânsito, esse deslocamento da mestiçagem da síntese historiográfica para a síntese psicossociológica, esta propriamente histórica, que se opera no final do Capítulo Os Descobridores. O empírico transita para um plano que será conceitualizado e transformado em base constitutiva de toda ação subsequente.

#### 4. Primeiros Conflitos

Este Capítulo ocupa a função básica de ligação. Tematicamente recortado, apresenta-se como o elo causal que religa o descobrimento do Brasil e a sistematização das primeiras medidas para seu povoamento. Esse elo causal corresponde aos conflitos entre franceses e portugueses, que despertarão "finalmente a inércia real" (67) e levarão à criação das capitâneas, assunto dos dois próximos Capítulos.

O que interessa nos Conflitos, para este estudo, é menos a descrição das primeiras expedições exploradoras e mais a construção argumentativa de Capistrano de Abreu. Esta continua estruturada em torno de atores singulares: os exploradores e o rei. Se, conforme afirma J. H. Rodrigues, Capistrano nos Capítulos ocupa-se do povo caçado e recapado, sangrado e ressangrado (E, 32); se, conforme nos assegura Afrânio Coutinho, Capistrano "não põe em relevo um homem, porque, para ele, o autor da história do Brasil foram os homens, todos, comuns", "as massas de colonizadores anônimos" (77-78); se, conforme nos garante Vamirah Chacon, é ele "historiador do Povo" (112); não será aqui que encontraremos mostras de tal procedimento. A não ser, talvez, que essa "inclinação a valorizar...o obreiro anônimo da nossa história" (A.Coutinho, 77-78) esteja suficientemente expressa na notícia que Capistrano nos dá de que Martim Afonso "deu quarenta beateiros e quarenta espingardeiros" (65) a Francisco Chaves. No mais, são as decisões de cada personagem "de destaque". Este é o primeiro ponto que quero esmiuçar um pouco mais.

Chama a atenção que o movimento inicial de exploração e povoamento, a par de sua descrição, seja mostrado como resultado de motivações e decisões individuais, coloridas por emoções várias. Tal invocação de uma causalidade basicamente psicológica é tida como suficientemente dotada de força explicativa. Em outros termos, o que Capistrano apresenta como constatação dotada de força de evidência, a ele basta como atribuição causal capaz de fornecer inteligibilidade aos acontecimentos. Assim, por exemplo, ficamos sabendo que, por uma "questão de princípio: Portugal não admitia que os filhos de outra nação pusessem o pé em terras suas no além-mar" (63). Já o que funda essa questão de princípio, não nos é dado saber. Também podemos nos cientificar de que, a certa altura, agravada a situação da presença francesa nas costas brasileiras, "o rei de Portugal resolveu desforçar-se" (64). E ainda poderíamos partilhar da "indignação" de João

de Melo da Câmara ao ver "que até então a gente que vinha do Brasil" limitava-se a comer os alimentos da terra" (64). Somos, por outra, "informados de que a "propostas práticas e razoáveis" o rei "preferiu" manter um tom aguerrido nas expedições (64). Partilhemos de iniciativa de Cabot que, ao resolver buscar metais preciosos no Sul, "sabia que se triunfasse ninguém lhe lançaria em rosto o desvio", e por isso "não hesitou em transgredir as instruções mais restritas" (64).

Mas o interessante a se notar nesse tipo de argumentação é que ele se apresenta como auto-suficiente, dispensando-se de preencher "um requisito exigido por Capistrano a fatos que pretendam "dignidade" histórica. É este o segundo ponto que se apresenta como evidência neste Capítulo, e sobre o qual me debruçarei um pouco a seguir. Antes, porém, mais uma observação.

Mesmo as conexões causais não diretamente psicológicas ou morais encontram reforço nesse âmbito. Assim, por exemplo, a presença de franceses na costa brasileira, a par da "questão de princípio" de Portugal, representa para este uma ameaça devido à concorrência nos mercados europeus. E esta ameaça é, por sua vez, aumentada pelo carinho e pela lealdade que os índios brasileiros dedicariam ao franceses (63). Outro exemplo nos é dado a seguir: a localização geográfica das primeiras vilas fundadas (São Vicente e Piratininga) "explica-se pela proximidade das famosas riquezas" (65). Contudo, o que impele especificamente à escolha de tal proximidade são a cobiça individual, o deslumbramento pelas vantagens e os cálculos pouco providentes de Martim Afonso (65).

Quanto ao segundo ponto do Capítulo, começo fornecendo os indícios dessa exigência metodológica para que um "fato" aceda à história, perceptíveis no trecho em questão.

Um deles se apresenta quando Capistrano está a tratar da aliança entre Tupinambás e franceses, e entre Tupiniquins e portugueses. O porquê das respectivas alianças "não consta da história, mas o fa-

to é incontestável e foi importante" (63). Naturalmente, a primeira reação do leitor é se perguntar o que significa "não consta da história".<sup>13</sup>

Referi-me anteriormente à idéia do documento como era iz do fato. E há pouco, em extenso parênteses sobre algumas indicações acerca do que, para Capistrano, é história e é o histórico, aludi à realidade empírica imediata. Se essa realidade empírica imediata é passada e desaparecida, ela encontra nos documentos os seus sucedâneos. O raciocínio da historiografia dita "empirista" é simples, e nele por vezes duas diferentes acepções de história se recobrem parcialmente: a realidade empírica e seu sucedâneo igualmente empírico. Se seguirmos esse raciocínio, entendemos afinal o que quis Capistrano dizer com "não consta da história", ainda que incontestavelmente o fato tenha existido: não consta dos arquivos documentais de que se serve o historiador. E, num movimento inverso e recíproco, a realidade empírica é que se torna sucedânea dos seus registros documentais. Neste caso em particular, as alianças indígenas, escapou-se dessa aniquilação (pois que a ausência do documento geralmente significa para o historiador empirista a aniquilação da realidade empírica passada): o fato subsistiu, ainda que não conste da história. Nem sempre isso acontecerá, e então, sendo impossível eliminar a "história" e o "fato" na sua mútua dependência e reciprocidade, encontraremos o "segundo a tradição", "diz-se", etc.

Outro indício é um pouco mais difuso, mas, a meu ver, aponta na mesma direção. Trata-se do seguinte: uma entrada autorizada por Martin Afonso (a mesma dos oitenta obreiros anônimos da nossa história) parte em busca de escravos e prata(65). Sabemos sua composição, seu destino, a data de partida, o nome de seu chefe, como é usual em Capistrano. E novamente alguém se depara com uma de suas frases curtas, taxativas, luminosas. "Morreram às mãos dos índios, se e-se va-

gamente" (65). É difícil descrever o impacto que esta frase suscita. Ela se destaca apenas pelo forte contraste que estabelece com o ritmo conjunto do relato - assim como a frase-súmula d' Os Descobridores refulgia em sua escura. Pois a linguagem de Capistrano é geralmente prolixa, muitíssimo bem escrita, rica em detalhes, com frases raramente compostas por menos de duas orações, onde se facetam episódios em dois, três ângulos diversos. Há estilo. E nesse estilo as frases curtas e incisivas são lapidadas. A frase acima destacada é curta e incisiva pela quase trágica impossibilidade de o historiador franquear os limites impostos pela ausência de documento - e, por extensão, de historiar o episódio. Pelo rígido ofício de compor a história pelos contornos positivos dos documentos, Capistrano não pode relatar o que houve, mas não exclui de vez o fato: envolve-o então na vagueza e na incertitude, não comprometendo, com essa precaução, a realidade historiada, essa sim certa e positiva.

Esses indícios mostram dois aspectos. Um deles é a tênue divisaória entre realidade, seja empírica, seja histórica, e historiografia, para o próprio autor. O outro, já o indiquei, é que esses indícios em negativo apontam para a exigência positiva do material documental como evidência fatural. Esses dois aspectos compõem um único problema: sumariamente, o problema do documento histórico e a sua relação, polêmica e incerta, com a historiografia. É um ponto-chave da historiografia de Capistrano, e por ora fique apenas indicada a sua importância.

Até agora, vimos pois dois pontos:

- a. certas conexões causais primárias dispensam, para Capistrano, provas empíricas;
- b. as provas empíricas são, todavia, o requisito para o histórico.

Se há algum paradoxo, ele é essa própria história que se controla entre o estritamente fatural documentado, singularizado no tempo e no espaço, e uma psico-sociologia geral aplicada aos momentos para-

ticulares abordados pelo historiador.

### 5. Capitánias Hereditárias

Os Primeiros Conflitos "espancaram finalmente a inércia real" (67). O Capítulo anterior, elo de ligação, mostra seus efeitos logo à saída deste novo Capítulo.

Agora começa a se formar efetivamente o sistema de colonização do Brasil. Tem toda razão Alice Cannabrava, quando afirma que, na história de Capistrano, "como não elevou à consideração de princípio geral o sistema de colonização, este não se inclui como uma das categorias explicativas" (17).<sup>14</sup> Devemos por força nos afastar um pouco das interpretações mais modernas acerca do sistema colonial internacional, como regra de prudência para compreender a história do sistema de colonização de Capistrano.

O autor indica a natureza feudal do empreendimento, tal como ele se organiza em torno de capitánias hereditárias. Mas, por ora, ele não se detém a avaliar explicitamente o peso da feudalidade na colonização. É interessante notar que apenas indica a convicção de Dom João III, quanto à "necessidade dessa organização feudal" (69), passando a descrever o modo de organização das donatárias, seguindo os termos de D'Avezac. Abstém-se de julgar, nessas passagens, da adequação ou inadequação da natureza do sistema em implantação.

Concentra-se em apresentar os esforços de povoamento e fundação de vilas, em sua maioria fracassados. Assim, implicitamente, Capistrano vai construindo a rede de razões negativas que levarão à posterior transformação das capitánias, com a instalação de um governo-geral. Temporalmente, a narrativa acompanha as tentativas incipientes de colonização. Não vou antecipar os argumentos que o autor levantará no Capítulo seguinte, que para ele explicam a necessária derrota dessa iniciativa, mas apenas adianto que ela estava fadada a se mostrar inviável para os interesses da Coroa.

Com tal quadro geral implícito desde o Capítulo 5, Capistrano se detém com mais vagar sobre quatro capitânicas, pois afinal "a história do Brasil do Século XVI elaborou-se em trechos exíguos...situações nestas cento e noventa e cinco léguas de litoral" (71). Os esforços de povoamento nas outras áreas fracassaram ou enfrentaram obstáculos insuperáveis ("a mata virgem, os rios encachoeirados, as serranias invias", 70).

Ao tratar das capitânicas onde, em suas palavras, elaborou-se a história do Brasil no século 16, ressalta Capistrano duas causas determinantes de seu maior ou menor êxito, no interior dessa organização feudal inicial. Uma delas são os fatores naturais; outra é o perfil do donatário responsável pela capitania. Sabemos que não é um mero anedotário que ele compõe com os traços individuais, pelo cuidado que demonstra em manter a proporção e a escala dos temas tratados, excluindo alguns episódios da "história pátria" por considerá-los desproporcionais em relação ao conjunto elaborado.<sup>15</sup>

Os fatores naturais tanto podem contribuir para o êxito da empresa, como para o seu fracasso. Mas, aliadas aos recursos naturais, e prioritárias em relação a eles, colocam-se a vontade e a energia individuais. Dessa forma se contrapõem Duarte Coelho e Francisco Pereira Coutinho: um enérgico, capaz de conter a turbulência dos colonos, outro tendo que pedir socorro a Ilhéus para não perecer em meio às dificuldades. Francisco Pereira Coutinho não soube aproveitar os largos recursos naturais que tanto facilitavam sua obra, dando-lhe "situação vantajosa no centro das outras capitânicas". E pergunta Capistrano: "Por que não foi avante, com tudo isso...?" (72). E responde a seguir: o donatário "não soube dominar os elementos que importou, nem se impôs à índia das adjacências" (72).

O sistema de capitânicas hereditárias mostra para Capistrano de Abreu três possibilidades, conforme a combinação das duas causas determinantes citadas. O povoamento, premissa que articula qualquer



possibilidade de "impulsionar a história do Brasil", defrontou-se com:

a. condições naturais<sup>16</sup> que impossibilitaram ou dificultaram de tal forma o povoamento em várias capitâneas, que estas permaneceram à margem da história (70);

b. condições naturais mais favoráveis ao desenvolvimento das capitâneas, mas capazes de suplantar os esforços colonizadores, se combinadas com uma têmpera fraca e falta de energia do donat rio;

c. condi es naturais igualmente favoráveis, mas combinadas a características individuais do donat rio, capazes de catalizar aquelas em favor do desenvolvimento da capitânia.

  esse o núcleo do Capítulo.

Paralelamente, surgem três ordens de questões. A primeira delas, para a qual gostaria de chamar a aten o, diz respeito ao tipo de "generalidade" ou "lei" que Capistrano chega a explicitar no texto. Um exemplo nítido nos   dado quando ele trata de um conflito entre Pernambuco e Itamaracá. Aí retorna mais uma vez aquele tom enxuto já antes apontado (Cap.3 e 4), indicando que aquela enuncia o sucinta   para ele suficientemente significativa ou esclarecedora do tema em pauta no momento. No caso em questão, após apresentar o conflito entre as duas capit neas (ou melhor, entre seus dois donatários), Capistrano coloca conclusivamente: "a pequena distância gerou dissensões" (72). Essa fórmula legal aplicada para explicar o conflito, como sabemos,   comum em antropogeografia e em algumas vertentes funcionalistas da sociologia. Segundo ela, a distância geográfica entre grupos e coletividades determina o tipo e a forma de rela es entre eles, seu grau de coesão a nível de complexidade de suas associa es. Pode ser considerada uma lei de tipo mecânico, que Capistrano aplica reformulada como: "quanto menor a distância entre os grupos, maiores as possibilidades de conflito". Essa rela o só pode ser alterada, como veremos, se um poder maior e exterior aos grupos obri-

gá-los a entrar num sistema cooperativo, onde a distância geográfica perderá ou mesmo invertirá seu peso determinante na relação.

Ainda paralelamente, outra ordem de questões se refere a tópicos já antes levantados em Capítulos anteriores, que aqui são retomados na mesma orientação do autor. Um primeiro exemplo de questões é a forma de tratamento de certas "atualidades", em função do material documental que as comprova. Os termos mostram-se visível e radicalmente diversos do fluxo de afirmações positivas que compõem a trama da narrativa. É então que surgem as expressões: "consta que", "diz-se até que", "segundo a tradição" (67-72).

Essa forma de tratamento que independe do atestado documental direto nem por isso deixa de ser utilizada pelo historiador. Se nos lembrarmos do comentário de Capistrano acerca da "coleção de documentos" de Frei Vicente do Salvador, podemos retomar aquele nível "infra-histórico" referido: histórias não são História, o documento mesmo que seja o ersatz da realidade, não é a História. Assim, nesse terreno infra-histórico poderia caber a tradição e o documento indireto, a par do documento de primeira mão. Seriam, em fidedignidade, inferiores a ele, mas partilhariam de um solo comum que forneceria a matéria prima, a proto-história etc., para o edifício da História. Por outro lado, a dispensa de garantias documentais para a atribuição de motivações psicológicas aos agentes parece indicar que essas causas não chegariam propriamente a constituir uma esfera doadora de sentido: restringir-se-iam a fornecer uma linha de inteligibilidade das ações imediatas, sem chegarem a se converter em princípio mais geral de inteligibilidade e de sentido histórico.

Trata-se, neste último caso, das ações que repousam na figura do indivíduo psicológico e aí se esgotam, encontrando no próprio indivíduo razões suficientes que se explicam. Assim, o perigo erranca a inércia real, daí decorrendo as iniciativas em relação à coloni-

zação; só se entende como houve homens capazes de se lançar a uma empresa tão aleatória como a colonização em novas terras, se se levar em conta que os donatários eram pessoas afeitas ao viver largo da conquista, sentindo-se coagidas nas malhas apertadas da pragmática metropolitana; a forma e a organização das iniciativas colonizadoras derivavam do desejo e convicções de el-rei; pode-se entender o significado simbólico dos brasões de acordo com a esperança e o orgulho de seu possuidor (no caso, Duarte Coelho); um donatário pode abandonar compreensivelmente suas iniciativas pelo desgaste e cansaço provocado pelos fracassos, e retomá-las com novo hausto de esperança em outro momento, etc. (67-72). Elas coincidem com o momento inicial ou final da cadeia argumentativa do autor. E, explicitamente no caso da afirmação sobre os ânimos de Francisco Pereira Coutinho, a seqüência das emoções e disposições do donatário, que afinal levaram-no à morte por vingança às mãos dos índios, encerra o Capítulo e é retomada como cláusula inicial do Capítulo seguinte, como condensação exemplar de um estado de coisas que leva os senhores metropolitanos a reverem sua política de colonização (73).

Finalmente, surge uma terceira ordem de questões, air'a paralela em relação ao núcleo histórico central. Agora trata-se do pano de fundo que indica a direção em que se desloca a história da colonização para Capistrano. O tema será retomado pelo autor no Capítulo seguinte, de modo um pouco mais claro, mas vale a pena ser indicado desde já. É uma questão sutil, e se labrica numa perspectiva mais ampla e não estritamente empírica. Lembremo-nos que, ao tratar dos Factores Exóticos, Capistrano iniciava seu Capítulo com a situação geral de Portugal: o país "labutava na transição da idade média para a era moderna". Indicava ainda o problema do conflito entre as duas sociedades perfeitas, o clero e o Estado. Por outro lado, consideremos que, já neste Capítulo 5, Capistrano tem como suposto a encaminhã<sup>do</sup> su a narrativa a inadequação da organização feudal das capitãncias para uma colonização efetiva do Brasil - ainda que, por razões de construção historiográfica, as causas de tal inadequação só venham a ser a-

apresentadas no Capítulo 6. No presente Capítulo, Capistrano indica a presença daquela estrutura dual de poder, responsável por conflitos insolúveis, réplica da estrutura portuguesa de um período de transição da época medieval para a era moderna (68). Ainda que Dom João III tome medidas preventivas na organização das capitânias, de modo a evitar lutas como as que ocorreram na "história portuguesa da média idade" (69), nem por isso a organização feudal do sistema de colonização do Brasil deixa de mostrar traços tardo-medievais. Esses traços se expressam na ausência de relações entre os donatários e na presença simultânea das duas sociedades completas ("sempre el-rei ao lado do grão-mestre de Cristo", 68), concorrentes no interior do mesmo "organismo". Por ora, esses pontos são apenas aflorados por Capistrano. Passam a adquirir todo seu peso negativo a seguir, mas de já preparam o terreno para a transformação do sistema de capitânias e para a valorização profundamente positiva do papel dos jesuítas (justamente por escaparem ao âmbito da estrutura dual de poder em mãos das duas sociedades perfeitas). Por ora, é importante registrar, menos os aspectos concretos da questão - o que será feito logo a seguir -, mas uma concepção difusa sobre o conteúdo qualitativo de um fenômeno histórico em sua amplitude. Em outras palavras, para Capistrano, o sistema de colonização fundado nas Capitânias Hereditárias está em desconpasse com as labutas da transição para a era moderna, vividas em Portugal. Esse desconpasse não é apenas temporal, nem sequer apenas negativo: intrinsecamente adquire uma qualidade regressiva, no interior do fenômeno histórico mais amplo de transição para a "era moderna". Tal desconpasse qualitativo só vai poder ser parcialmente superado com a transformação da natureza das capitânias. A dispersão feudal é então substituída pela centralização sob um governo-geral, passando-se das Capitânias Hereditárias para as Capitânias da Coroa.

## 6. Capitãneas da Coroa

É aqui que se faz a avaliação "qualitativa" do tipo de organização das Capitãneas Hereditãrias. Surge a definiçãõ das característicãas desse "feudalismo" que as fadavam ao insucesso. Ainda que tal tipo de organizaçãõ satisfizesse "alguns dos primitivos intuitos que o inspiraram" (73), o sistema de colonizaçãõ implantado apresentava uma falha constitutiva que determinava o seu fracasso.

Qual seria esse "vício constitucional (que) minava o organismo" (73)? É um vício de dupla face, econômica e política: os recursos das donatãrias eram privados, de um lado; de outro, as capitãneas eram independentes entre si, sem nenhum vínculo político que as unisse diretamente no interior da colônia. De um lado, sendo os recursos privados, a possibilidade de sucesso da empresa dependia estritamente dos resultados obtidos já nos primeiros anos. De outro lado, a "arquia intercapitãnia" impossibilitava qualquer açãõ coletiva, com as capitãneas na condiçãõ recíproca de estados estrangeiros entre si (73). O governo-geral ("remédio preferido por D. João III", 73) aparece como soluçãõ para "garantir a ordem interna e estabelecer a concórdia entre os diversos centros de populaçãõ" (id.). Com isso, institui-se novo regime, "sem abolir de todo o sistema feudal" (74).

Os conflitos entre as capitãneas, na razãõ inversãõ de sua distância geogrãfica, poderiam entãõ ser sanados com a instituiçãõ de um poder externo e superior a elas, de modo a permitir uma açãõ incorporada. Já no Descobrimento do Brasil Capistrano indicava a necessidade de "estabelecer de donatãrio a donatãrio um princípio superior que elas escutassem" (DB, 77).

É este um tema muito interessante, que pode se formular nos seguintes termos: para a unidade da sociedade, é preci-

so uma centralização de poder, a encarnação de um controle dos conflitos sociais num "princípio superior". As atribuições desse princípio político são definidas e restritas: são as de manter a ordem pública, impedindo que conflitos que podem ser juridicamente resolvidos degenerem em conflitos sangrentos (DB, 77). Tal princípio político equivale ao Estado-polícia, em tradução livre do termo policey do liberalismo inglês, cuja principal função e instância máxima é a legislativa. Em outros termos, esse princípio passa a enfeixar todos os direitos individuais pré-políticos que permitam estabelecer os indivíduos em juizes em causa própria. O Estado torna-se a única instituição detentora de autoridade legal, e desde sua fundação autolegitimado por ter se instituído já sob forma legal. Contudo, estes contornos limítrofes da sociedade, ainda que fundamentais e indispensáveis, dão-lhe apenas uma unidade mecânica: Capistrano explica o Estado unitário como aplicação de uma força maior capaz de, pela sua autoridade, conter juridicamente as forças múltiplas, menores e particulares, do conjunto social (CMC, 73-74). É ele exterior e superior, mas não eixo estruturador da unidade orgânica da sociedade. A coesão interna - limitada pelo contorno estatal externo - exige o sentimento coletivo, o esforço pela unidade por parte dos grupos sociais. A contrapartida é a anarquia, o enfrentamento e o conflito dos interesses particulares de tipo individualista, impedindo o progresso geral. Como nenhuma instância, nestas condições, pode impedir que cada um se assumisse como seu próprio juiz, como nada refreia o recurso às armas para a consecução de fins individuais (CMC, 74-75, 130, 136-137, 145-146, 150, 156, 195), o conjunto social mostra-se um mero agregado de corpos menores que, ou são indiferentes entre si, ou se antedevoram mutuamente. O controle exterior re

presentado pelo Estado unitário não supre a função de fornecer organicidade interna da sociedade, pois ela depende de uma consciência comum, de um sentimento de dependência recíproca forjados na esfera pública dos interesses particulares.

A principal função do Estado unitário de Capistrano, porém, não é a de controle interno e de anulação das forças pela imposição de uma força maior. Sua importância reside basicamente na função de defesa militar e de segurança do território, isto é, na consolidação de uma força nacional que se define perante o exterior. Os corpos organizados de defesa podem canalizar e reforçar sentimentos coletivos da sociedade, revertendo-os em favor de idéias de unidade política. Como veremos adiante, boa parte dos Capítulos, depois da instituição de um governo-geral, concerne a expedições militares. É só indiretamente que um Estado pode se tornar uma instância doadora de sentido e finalidade à sociedade: em relação a ela, num primeiro patamar, é um aparato mecânico de controle; exteriormente, é também um aparato mecânico de defesa contra as forças representadas pelos interesses de outros Estados ou grupos estranhos a ele (no Brasil, os indígenas). Mas num segundo momento, o Estado enquanto aparato de defesa exterior pode encarnar a causa da sociedade sob a forma de nacionalismo. Na história de Capistrano, essa possibilidade surge transitoriamente, sem chegar a se desenvolver, sufocada pela reprodução ampliada de um aparato estatal falido. Retomemos o texto, para acompanhar o argumento do autor.

O "novo regime" que se implanta, ainda que centralizado, traz entretanto uma marca "medieval", isto é, "sem abolir de todo o sistema feudal". Essa marca feudal consistiu na manutenção de estrutura dual de poder, sendo o governo-geral dividido entre o poder civil e o poder eclesiástico (74-75). As-

sim, com a centralização simétrica do poder eclesiástico, a par do governo-geral, aplica-se o "único meio de trazer ao aprisco as ovelhas e conter os lobos": a criação do bispado como centro do poder espiritual (74). Mas, com isso, continuam a grassar os conflitos, pois as disputas interiores ao corpo político acabam por acarretar a divisão entre "a multidão ignorante", "como se meras questiúnculas de poderio representassem interesses vitais" (75). Tais conflitos só viriam a perder importância séculos mais tarde, "depois que as constituições modernas eliminaram os resíduos da concepção medieval das duas sociedades perfeitas" (id.).

Tal característica haverá de marcar profundamente sua história colonial, criando o que Capistrano considera a incompetência corrupta e venal de uma burocracia oportunista e clientelista (117, 124, 126, 132, 147, 156, 158, 163), que se sustentará até o Brasil-República. É preciso destacar o tom prometeico da concepção: a estrutura político-administrativa da colônia trava o avanço do país. O histórico é esse avanço, é o evoluir-se cada vez mais denso da sociedade.

Nessa perspectiva, Capistrano considera a implantação do governo-geral na colônia uma solução instrumental para o estado de coisas derivado da organização anteriormente vigente. Todavia, tal solução é, por sua vez, insuficiente porque carrega características anacrônicas e extemporâneas, já historicamente falida de um ponto de vista mais geral. Mostra-se incapaz de combater o mal maior da colônia: sua dispersão interna e a falta de coesão social. Além disso, reproduz por toda a sociedade a divisão interna de que é constituída. O que nela há de relevante é que, com a implantação do novo regime, surgem pela primeira vez em cena os atores cuja história é o fundamento para a história do Brasil.<sup>17</sup>



Como dito anteriormente, os dois grupos responsáveis pela constituição histórica efetiva do Brasil são os jesuítas e os bandeirantes. Agora, com as Capitanias de Coroa, momento inicial da presença jesuíta no Brasil, são-nos apontadas suas qualidades. E tais qualidades, que fazem dos jesuítas o grupo portador de uma missão histórica no Brasil, encarnam precisamente o que falta à política oficial de colonização: a obediência ao sentimento coletivo, o trabalho em prol da unidade da colônia, sua superioridade e distância em relação aos conflitos entre o poder civil e o poder eclesiástico (74-75).

Nesse período e nesse Capítulo, para além dos "feitos básicos" de Mem de Sá na sua luta contra os franceses (77), o que se distingue é a obra das missões. Estruturalmente montado em torno desses dois temas, a partir do momento em que se implanta o novo regime capitania, o Capítulo os trata de modos diversos. A um cabe o relato episódico e descritivo; e outro, considerações de ordem geral.

A obra missionária se destaca e orienta a história para novos rumos porque fundada em "outra concepção da natureza humana" (77). Contudo, o rápido desenvolvimento das missões logo decai, "sobretudo em consequência do fato, misterioso e até agora inexplicável, que condena ao desaparecimento os povos naturais postos em contato com os povos civilizados" (78). Em tal passagem, Capistrano apenas formula de modo explícito o que já vinha percorrendo todo o texto. O lugar natural dos índios, demarcado no primeiro Capítulo, continuara subsequentemente a desempenhar seu papel de elemento antropogeográfico, mais ou menos favorável, dependendo das circunstâncias, à tarefa histórica da civilização (em especial, nos quarto e quinto Capítulos). Agora se mostra a que ponto pode chegar o contato entre natureza e história: o limite é a destruição do

ponto terminal de natureza (78-79).

A colonização é, antes de mais, um projeto civilizador, no qual se engajam os homens de sociedades históricas. Tal engajamento, no entanto, não exclui a possibilidade de que homens mais frescos, mesmo que já "históricos", sucumbam ao meio e novamente se naturalizem. O projeto civilizador não exclui o fato de também vir carregado da história própria da sociedade colonizadora: já vimos como para Capistrano os portugueses trazem a marca de sua determinação natural no bojo de seu projeto histórico (Capítulo 2).

Todo o trecho sobre os fundamentos e a prática dos missionários jesuítas é muito ilustrativo (77-78). Capistrano encarna nos jesuítas a consciência de projeto civilizador, como fundamento e garantia indispensável para a efetivação empírica da "história". A concepção jesuítica de "natureza humana" investe o índio de uma humanidade que até então fora-lhe, e continuaria a ser, negada pelos colonos. Para os colonos, os índios se reduzem a fornecer "matéria-prima para a castiçagem e para os trabalhos servis, meras máquinas de prazer bastardo e de labute inoportável" (77). Para os jesuítas, ainda que "natural", o índio é homem: na tábuia rassa de sua inteligência é possível imprimir o bem através de educação, e o "amorfo da alma selvagem" pode adquirir uma forma racional (77).

Assim se esclarece mais um ponto na concepção histórica de Capistrano: no jesuíta portador da missão civilizadora, da la consciente, encarna-se o elemento voluntarista-racional, que é o que permite um encaminhamento mais sólido das ações humanas num sentido coletivo. Contudo, mesmo esse projeto histórico, capaz de amoldar pela educação e pela formação as almas amorfas, é passível de ser desmontado pela ação limítrofe de leis que operam para além dos desígnios humanos. Aqui, no

caso, é a lei de contato entre povos naturais e povos civilizados.

Conceitualmente, é possível entender as condições que então se impõem a um projeto civilizatório: mesmo que o selvagem partilhe com o civilizado da mesma humanidade, a natureza (lugar antropológico do índio) é uma fronteira de delicado e complexo trânsito à história (lugar antropológico do branco). Amorfo = natural; forma = história: o trabalho de formação assumido por um projeto civilizatório exige, para ser bem-sucedido, algumas condições especiais. Para Capistrano, essas condições se resumem no isolamento: apenas a radical segregação das reduções indígenas, longe da sanha dos mamalucos e da legislação instável acerca da liberdade dos índios, daria alguma viabilidade ao empreendimento (C II, 95; CMC, 160). Isolar o índio do colono: o trabalho de formação exige como que uma redoma para poupar a alma ingênua da destruição. A única e precaríssima outra saída era a incorporação individual do índio à cultura, com a extinção de todos os agregados (C II, idem). Excluída a possibilidade prática do isolamento, resta o "fato misterioso" do desaparecimento indígena.

Cabe aqui um comentário genérico: para o temário positivista, a ênfase sobre a educação encontra lugar na sua propaganda política reformadora, na defesa da educação popular, gratuita e obrigatória para todos. Mas essa ênfase sobre a educação, como tarefa de formação, encontra raízes no século 18, na missão esclarecedora das Luzes. Igualmente, a idéia de uma "receída na natureza" encontra-se no projeto ilustrado. A natureza é tida aí como um ponto desterrado da história humana, ao qual sempre há o risco de se retornar. O propósito de dominar o meio e submeter as forças naturais ao desígnio histórico-racional é o que subjaz ao projeto racionalista de mo-

do geral, ao subordinar abstratamente a natureza a um código legislado pela razão. As condições para que um domínio técnico prático se converta em domínio histórico escoram-se sobre um fator último, que, dito grosseiramente, é a força da vontade humana aliada ao seu entendimento.

Com essa reconstrução, explica-se também um outro ponto indicado anteriormente. Trata-se do lugar ocupado pelo índio e pelo negro na narração de Capistrano. Eles não recebem nenhum Capítulo em particular, não porque as raças não ocupem papel determinante na formação brasileira, mas porque entram na referida formação histórica como elementos naturais. Por isso é que lhes cabe menor peso nessa narrativa, cujo objetivo constante e pertinaz é escapar da natureza e aceder ao histórico. Os Capítulos são a corrida contra aqueles elementos tidos como naturais e inertes, em busca dos elementos que conduzem aos trilhos, muito estreitos e definidos, da história. Assim, ao negro e ao índio não cabem nenhum Capítulo em especial, pela sua naturalidade; mas à raça, cabem todos os Capítulos, cabe toda a história de Capistrano. Todavia, esse raça não é também a branca. O elemento racial, ponto de conexão ativa entre meio físico e instituições, lugar mais ou menos ativo da história, é em Capistrano o mestizo (moral e fisiológico), mescla das três raças, mescla entre natureza e história. É a mestiçagem onílica entre ambas, marcando para sempre a história nacional: "Punha-me sempre e sempre a dúvida: o brasileiro é povo em formação ou em dissolução?" (I, 182).

Aqui nas Capitanias da Coroa, com a ação civilizadora dos jesuítas, mostra-se claramente a imbricação da ação histórica sobre o mundo natural, com o fito de transformá-la (ou "formá-la") e fazê-la aceder à civilização. Contudo, como já se disse, essa tarefa pode ser bloqueada se se defronta com

leis que a transcendem: no caso, a "lei do contato", tal como a formulara Ratzel. Essa lei, inexplicável em termos empíricos para Capistrano, conceitualmente indica o ponto exato onde se torna insuperável a clivagem entre necessidade e liberdade.

Ainda que misteriosa, essa lei, no caso do Brasil, põe-se em movimento através da ação dos colonos, com sua cobiça, paixão indômita incapaz de se subordinar a um cálculo racional (78). Afinal os colonos se obstinavam em se apossar dos índios, ou simplesmente em massacrá-los e a sua roçaa, mesmo quando sua pouca valia se patenteava de modo cada vez menos equívoco (78-79)\*. E a obstinação dos colonos, por sua vez, devia-se a "um acheque ainda hoje observado a todos os momentos entre seus descendentes: a incapacidade de formar convicção firme sobre um assunto e por ele pautar seus atos" (79).

Por fim, o resultado daquela lei - o desaparecimento dos índios - gera então outro fenômeno: o incremento da importação africana (79). Destroçada a tarefa missionária, desmontado o projeto de trazer o índio à civilização, introduz-se agora o negro. Seu papel na narrativa é diminuto: pode ser considerado como "povo natural" suscetível de formação porque acede como máquina de trabalho, como instrumento físico da construção da história.

Paralelamente, surgem temas recorrentes. Basta indicá-los sucintamente:

- quanto menor o espaço, maior o conflito. A vigência dessa relação causal é que induz à introdução, já comentada, de um princípio unificador;

- esse bastidor que vem armar o tecido da história apresenta uma folga: é a manutenção do descompasso histórico entre os

esforços de transição para a era moderna e a estrutura política instituída. Esse desajuste mina na colônia a possibilidade de desenvolvimento coletivo no que este dependesse da solidariedade interna do aparato político.

Em ponto menor tece-se a narrativa com a apresentação das ações em termos psicológicos individuais e com a atribuição retrospectiva de um valor histórico futuro a determinadas questões.

Resumindo em poucas palavras, o núcleo central do Capítulo I reduz-se a dois pontos essenciais:

a. Para Capistrano, a característica social que atravessa todas as iniciativas e se conserva constante apesar das iniciativas em contrário, é a divisão, a falta de coesão interna. Se em algum momento o sistema da colônia adquire vezes de um princípio geral, é precisamente um princípio que encarna e reproduz "a divergência, o particularismo" (CAPB, 201). As tentativas de unificação política, de penetração pacífica, de criação de um sentimento coletivo fracassam ou se mostram insuficientes, seja em resultado de uma lei sociológica geral, seja pela continuada defesa de interesses particularistas, seja pela manutenção de uma estrutura político-administrativa anacrônica.

b. Até aqui, vem se constituindo, apesar de sua "fragilidade", a história do Brasil. Até este Capítulo, Capistrano apresentou:

- a base natural de instalação da história do país;
- os elementos históricos e naturais que a compõem;
- os traços gerais e os eventos que acompanham e compõem o sistema de colonização em seu projeto histórico.

Ele o dirá apenas no Capítulo seguinte, numa espécie de

balanço parcial, mas observemos desde já: até aqui, edifice--se o primeiro período da história do Brasil sob do início portu--guês.<sup>19</sup>

## 7. Franceses e Espanhóis

Aqui temos dois momentos, estrutural e tematicamente distintos, ambos correspondendo a preocupações de maior relevância para o autor. O primeiro deles diz respeito à expansão em direção ao Amazonas; o segundo é um balanço histórico-sociológico daquilo que Capistrano erige em primeiro período da história do Brasil.

O autor apenas situa de modo muito rápido a unificação de Portugal e Espanha, sob o domínio dos Habsburgos, para passar imediatamente às "primeiras conseqüências deste estado de coisas" (81). Diga-se de passagem que, entre esse "estado de coisas" e suas "primeiras conseqüências", há uma relação complexamente mediada pelas lutas e conflitos internos ao Brasil, em seqüência à situação colonial imediatamente anterior, isto é, sob domínio luso. Capistrano retoma o ritmo interno da história brasileira, conforme a vinha construindo, e para tal invoca como elo de conexão entre o estado de coisas (o domínio espanhol) e suas conseqüências o fator natural dos limites geográficos da colônia. O tema dos limites naturais do território brasileiro só surgira anteriormente com destaque específico no Capítulo inicial. Ao longo dos Capítulos seguintes, estava presente como pano de fundo para os diversos movimentos, e assume agora o papel principal no primeiro momento do Capítulo 7. Isso se torna compreensível se se considerar que tais limites definem um território cuja defesa militar é a principal função atribuída ao Estado. Estado contra Estado, mais do que colônia contra metrópole: o que está em causa é o solo.

mais do que a defesa de um senhor.

O Prata e o Amazonas são cuidadosamente, ainda que breves, distinguidos, e Capistrano apresenta a diferença de tratamento que dedicará a cada um deles: respectivamente geográfico e cronológico. Por "geográfico" ela entende a sucinta apresentação do prolongamento e consolidação de uma rede de ocupação territorial. No caso, parte do Sul e chega a Pernambuco, apontando a relativa continuidade no povoamento dessa regiões. Importa-lhe mais a expansão para o outro extremo, à qual dedicará o tratamento em "ordem cronológica". Cabe notar que o recorte temático, isto é, a eleição dos limites naturais como tema privilegiado dessa primeira parte do Capítulo, logo a seguir subdivide-se internamente, com uma hierarquia que lhe faz atribuir a ordem "geográfica" às regiões onde "o trabalho reduziu-se a mera consolidação, ao estreitamento de malhas"; e uma "ordem cronológica" ao queurgia senhorear, sob esforço concentrado em uma única direção (81). Adiante ela dará o critério dessa hierarquia, mas já o antecipo: a ordem geográfica segue a corrente de povoamento espontâneo, onde há um movimento natural das populações ao longo dos rios; a ordem cronológica segue a corrente de povoamento "voluntária, determinada por ação governativa, ambição de territórios ou vantagens estratégicas" (83). Móveis diversos, desígnios diversos, correntes diversas, ordens de tratamento diversas: tão diversos como a são entre si a espontaneidade e a vontade.

Da Paraíba, no último quartel do século 16, até o Pará, entre 1615 e 1616, Capistrano constrói o avanço das expedições contra os franceses. Nas lutas pela sua expulsão, sedimenta-se o histórico: a ocupação efetiva das regiões até então não ocupadas pelos colonizadores. A conquista ao norte, com a expulsão definitiva dos franceses e o aceno dos índios, "signifi-



ca, mais que isto, o encurtamento da distância ao Maranhão e Amazonas" (86). A real importância de derrocada final dos franceses e do avanço militar até o Pará consistia em se ter dado o primeiro passo para a ocupação da Amazônia (90-91, 94).

A exposição desses quarenta anos de conflitos armados e avanços territoriais procede de forma relativamente circunstanciada, ocupando a maior parte desse primeiro momento do Capítulo. Capistrano opera com o mesmo tipo de construção episódica, destacando nomes, datas e lugares. Não vou me estender sobre isso, bastando registrar a continuidade desse tipo de construção ao longo dos Capítulos, onde o recorte temático se distribui internamente por séries cronológicas.<sup>20</sup>

Repete-se o procedimento de indicar as causas particulares dos conflitos e dos eventos em geral nos perfis individualizados de um ou outro personagem. O "pevo capado e recapado" continua a aparecer como figurante massivo, sob denominação genérica, a agir como a matéria que executa a determinação causal encarnada nos líderes e chefes. E, por fim, a história se sedimenta a posteriori, pelo que resulta para além dos propósitos e ações de seus agentes. "As causas ocupam o segundo plano: o primeiro cabe aos efeitos", tirada circunstancial de Capistrano que parece poder se aplicar aqui (C I, 225, carta a M. Alencar, 18-1-1911).

Nessa história, por ora predominantemente litorânea, cabe destacar um ponto, secundário no Capítulo, relevante na obra: o papel dos rios.

Como frisado em relação ao primeiro Capítulo, o rio é uma figura de destaque na composição geográfica do autor. Porém, se é de destaque, não o é sempre nem necessariamente do ponto de vista da integração territorial. Pelo contrário, apresenta-se muitas vezes como obstáculo. Aqui, com esse duplo

caráter, os rios dão a marca visível da ocupação das terras, numa forte imagem sintética: "pelos vãos pode-se traçar a borda da primitiva ocupação litorânea" (82).

Retomando a estrutura geral do Capítulo, passo agora ao segundo momento, dedicado ao balanço desses cento e poucos anos, desde Os Descobridores.

É com "um rápido lancear do país, aí pelos anos de 1618" (91) que Capistrano apresenta a primeira síntese geral de sua história. Compõe um painel abrangente da sociedade brasileira caracterizada com fortes traços.<sup>21</sup> Evidentemente, é descabido buscar aí uma tipificação em termos de classes sociais, ou mesmo de dependência em relação à metrópole. O tom geral é o de uma síntese que busca no interior da colônia os elementos que formam sua história. As referências à metrópole surgem antes como filamentos ou finos apêndices impossíveis de ser evitados.

O painel apresenta quatro itens: a estratificação social, a vida econômica, a composição psico-racial e o aparato administrativo. Segundo Capistrano, numa reconstrução em ordem direta, tais elementos compõem um "organismo social" dominado, no caso, por forças dissolventes e centrífugas, resultantes da ausência de uma ação incorporada, pela natural desafeição pela terra, pela irredutibilidade das raças entre si e pelo desafeto inter- e intra-racial (92-93). A mistura racial,<sup>22</sup> a mestiçagem é por ora fonte de diferenças irreconciliáveis. No estado de dispersão geral do organismo social, não há consciência de unidade, apenas percepção da multiplicidade (93). O sentimento de inferioridade do português nascido no Brasil em comparação com o reinol, e sentimento de desgosto pela terra compõem o estreito primário, que impede uma fixação integrada e dedicada à obra colonizadora. Com isso, constitui-se o

perfil "transoceânico" do colonizador, que pela cobiça quer a qui apenas fazer fortuna e voltar para a Europa.

A rede psico-racial unifica firme e sutilmente os quatro itens alinhados na exposição. O transoceanismo compõe para Capistrano o primeiro período da história brasileira. Não é casual que sua denominação e caracterização sejam derivadas do perfil de apenas uma das raças. Retorna aí o tema do predomínio da vontade sobre os condicionamentos físicos e naturais. Em outras palavras, sendo o índio e o negro antes elemento antropogeográfico e instrumento físico de labuta do que histórico-culturais, quem dá a tonalidade própria do período é o portador do projeto civilizatório. Contudo, desde logo tornando-se "moralmente mestiço", sua vontade se dobra às injunções do meio e à insatisfação que o acabrunha, não sendo capaz de levar avante e consolidar uma obra de coesão orgânica. Daí a dispersão do transoceanismo.

Para melhor destacar a clareza e a especificidade dessa síntese realizada em bases psico-raciais, invoco um parâmetro de comparação. Tal síntese, que praticamente encerra a primeira parte do livro, contrasta singularmente com a conclusão final do seu Descobrimento do Brasil, escrito mais de 20 anos antes. Capistrano então ainda não estabelecera uma periodização da história brasileira. Seu século 16 se consumava, numa curtíssima Conclusão, com uma aneddotazinha, de qual o autor se servia como ilustração, para as considerações finais.

"Verdadeiramente, disse o bispo, que nesta terra andam as coisas trocadas, porque ali toda não é república, sendo-o' cada casa.

"Isto, em outros termos, é o que a história tem a dizer sobre o século XVI." (DB, 87)

O tema da economia naturalista - oikos e não res publica -

é muito importante em Capiatrans. No Descobrimento serve-lhe' como exemplo, prova ilustrativa de que o Brasil ex

"Organismo de pouca massa, de estrutura rudimentar, em que cada órgão representava mais de uma função, em que não havia um órgão especial para cada função: faltava-se o consenso profundo, a interdependência fundamental, a ação incorporada, o que o tornaria uma república, na frase do bispo, um estado, na frase moderna" (DB, 87-88).

Essa linguagem no jargão positivista é muito própria de várias passagens de Descobrimento. Não é o lugar de proceder à análise circunstanciada dessa obra: lembraria apenas que, pelo menos em relação ao estado, o termo não é de modo algum evidente nesta passagem. Resulta um tanto difícil conciliar a sociedade-orgânica-que-se-transforme-em-estado com a especificação das atribuições de um Estado (75-77), reduzindo-o a uma instância controladora dos conflitos por via jurídica. A questão se mantém em aberto. O que quero destacar, com essa passagem, é que a invocação da economia naturista no Descobrimento não se apresenta como base de síntese do estado de coisas na época. Vejamos.

A economia naturista ressurge nos Capítulos como o tipo de atividade econômica predominante no país. Não é ela exclusiva característica do primeiro período. Neste Capítulo, ela corresponde a um item. A base da síntese que aqui se opera (transoceanismo) invoca elementos raciais e psicológicos. Porém, apesar da sensível diferença entre a função ilustrativa e o lugar de item da economia naturista, da sensível diferença entre a ausência e a presença de uma base para a síntese histórica, há uma preocupação comum que reaproxima o exemplo econômico de um e a síntese de outro. Ambos apontam, ainda que com consistências diversas, para o mesmo fenômeno, qual

seja, a falta de unidade e o predomínio de "forças centrífugas". O que é profundamente diverso é o momento exemplar que ou ilustra (DB) ou funda (CHC) tal dispersão. Parece-me um ponto crucial a busca de uma base unificadora: é ela mesmo indispensável para que o historiador apresente a síntese histórica. ~~Apesar~~ quando estabelecer um lugar de articulação das características sociais, é que lhe será possível estabelecer, igualmente, períodos. Com isso quero dizer que construir uma história corresponde de algum modo a trabalhar com variáveis mais ou menos constantes e independentes. Retoma-se assim uma questão antes levantada: e de que uma história teria de demandar um eixo articulador. Não me parece casual que Capistrano, em DB, não tenha apresentado nenhuma intermediação entre a constatação empírica imediata da economia doméstica e o puro e abstrato modelo metafórico da mesa social. Parece-me que o contraste comparativo que apresentei - no Capítulo log, o lugar articulador sobre o qual se edificam os períodos da história brasileira é ocupado pelo momento psico-racial da sociedade - quando menos - indica a presença de tal eixo quando se trata de periodizar.<sup>23</sup>

O estado de dissociação geral em que se encontra, e que caracteriza, a colônia só virá a ser alterado pela intervenção de uma força externa - o "invasor holandês", que aproximará os grupos e subgrupos étnicos entre si, "apesar de todas as diferenças flagrantes e irredutíveis" (93). Só assim se encerraria o primeiro período da história brasileira, com um inimigo comum a fornecer exogenamente uma identidade "natriótica" aos por ora desgarrados.

## 8. Guerras Flamengas

Eu indicaria neste Capítulo o ponto de cruzamento de maior complexidade da obra. Se até o Capítulo 6 edificara-se o primeiro período da história do Brasil, se no sétimo Capítulo essa edificação nos é apresentada, já não como construção, mas como síntese, o Capítulo 8 carrega como marca e peso a função de reconstituir pela narrativa historiográfica a passagem de um e outro período históricos. É o Capítulo de transição, é Capítulo e transição. Isso significa que se torna explícito o arcabouço em que se monta a visão de Capistrano, se indicar as vigas mestras que ordenam os vários patamares dessa realidade como história. A transformação e os acontecimentos que conduziram a tal transformação - inauguradora de um novum a ponto de constituir a baliza que demarca um outro período - são o tema deste Capítulo.

Nas Guerras Flamengas, não se poderiam indicar dois ou mais momentos distintos de estruturação; não se poderiam designar os pontos de passagem de uma narração mais, digamos, empírica para uma interpretação mais conceitualizada, tal como usei fazer até o momento. Nelas, a própria narração já se apresenta intencionalmente conceitualizada. A reconstrução depara-se com pequenas explicações que iluminam fortemente o sentido do andamento conjunto do texto, sem contudo dele se destacarem.

Tentarei inicialmente situá-lo em sua função geral. Em primeiro lugar, como se dá sua conexão com o Capítulo antecedente? Em segundo lugar, e mais fundamentalmente, como se dá sua conexão com os Capítulos anteriores e posteriores?

Franceses e Espanhóis oferece uma clivagem interna, sendo que seu segundo momento corresponde estrita e explicitamente a um balanço do primeiro período da história brasileira.

Contudo, por que esses cento e tal anos constituem um período, é uma pergunta que o autor deixara em aberto. Havia já uma breve antecipação da resposta (93), mas não se apresentara ainda o momento de esboçá-la concretamente. Ora, como já sabemos, há para Capistrano uma diferença entre os resultados históricos que compõem uma síntese e os acontecimentos que levam a tais resultados. A diferença postulada é de natureza, e o texto adere a tal diferença, seja respectivamente invocando o funcionamento de um determinado princípio causal, seja mantendo-se num ritmo descritivo de tipo fático.

O que há aqui a se notar é que é precisamente no momento conceitual do Capítulo (91-94) que o autor antecipa a resposta ao porquê de tal, e não qual, periodização. Lembremo-nos: a dispersão geral daquele organismo (o Brasil até cerca de .. 1618) só cederia, "apesar de todas as diferenças flagrantes e irredutíveis", com as invasões holandesas. Mas, e aí surge a tenuidade do texto, não é sinteticamente que tais invasões são abordadas, e nem é prioritariamente em seus resultados que nos serão relatadas. Ora, como passar de modo inteligível de uma antecipação histórica de tipo conceitual para uma narrativa temporalmente articulada com o desenrolar próprio dos acontecimentos? E isso levando em conta ainda que esse desenrolar empírico é ele mesmo o momento de transição, isto é, em si teria de ser capaz de se comprovar como o momento propício para a periodização: na narrativa, mais que nunca o pressuposto da síntese.

A questão não é trivial, penso, e tampouco preciosa. A ela se deve, a meu ver, a até agora inédita estrutura una, homogênea e intrincada do oitavo Capítulo. Nele, já o disse, o autor se recusa a estabelecer momentos diferenciados no texto, e tudo flui já internamente articulado, como se oferecer uma

simultaneidade da empiria e conceito, história e síntese. Mas como Capistrano chega a este Capítulo?

Pode-se tentar procurar o elo no final do Capítulo anterior, que se mostra ambíguo, se não obscuro: "E agora vistas as vantagens do domínio espanhol..., vejamos o reverso da medalha, nas guerras flamengas dele originadas" (94). O leitor fica um tanto perplexo por, pelo menos, dois motivos. Um deles, e mais evidente, é a aparente desconexão com o texto antecedente: pois não se estavam a examinar as referidas vantagens. Estava-se era a fazer o "rápido lancear do país", que, como vimos, era "rápido" apenas na acepção de "breve" (o que nem é tão exato, dada a famosa escala da obra), mas de modo algum de "ligeiro" ou "superficial". O segundo motivo deve-se à contraposição, sugerida pela expressão "o reverso da medalha" às vantagens do domínio espanhol. Pois o autor não afirmara um pouco antes que as invasões holandesas trariam um princípio unificador à dispersão reinante? E, segundo sua perspectiva até agora, um princípio de unidade não seria qualitativamente superior, em termos históricos genéricos, a uma dispersão social? Se assim for, por que as Guerras Flamengas são introduzidas sob signo negativo?

Não me atrevo a uma resposta precisa, nem creio que seja este um problema crucial. Parece-me antes que esta primeira conexão particular entre os dois Capítulos é um elo imediato, um recurso discursivo em si não muito significativo. O que há de significativo é o fato de Capistrano ter usado tal recurso. O significativo, a meu ver, é a necessidade enfrentada de se deslocar do âmbito conceitual ocupado pela síntese histórica e periodizadora em que se movia o autor, para o âmbito empírico da narrativa historiográfica que lhe fornece as razões da periodização (ulterior na ordem das coisas, mas antecipada aqui na ordem das matérias).



O recurso, então, para escapar ao virtual deslocamento de uma ordem em relação a outra, foi remontar ao primeiro momento do Capítulo, sem se importar propriamente com o atropelo de seqüência estabelecida, para lá retomar o andamento dos acontecimentos - ou seja, as razões de periodização -, como se a periodização ainda não tivesse sido feita. O que importa, em suma, é que se mantenha a conexão geral com a história como ele a concebe e postula: mas agora, por força do recobrimento de "período" (conceito) e "transição" (empíria), já se enlaçando, como veremos a seguir, numa trama conceitual difícil de ser desalindada do campo dos acontecimentos. É esta, repetindo, é a característica forte deste Capítulo, que o torna o mais complexo da obra: a ganga torna-se matéria entranhada.

Por que só a essas alturas ocorre essa fusão, no texto, entre ordem empírica e ordem conceitual, é algo que espero poder responder mais concretamente ao longo da reconstrução das Guerras.

Não reproduzo aqui o passo circunstanciado do Capítulo. Basta indicar a permanência de procedimentos a que já nos acostumamos:

- quanto ao perfil geral, a passagem do geral para o particular, da situação internacional mais abrangente para "os feitos ocorridos em nossa terra" (95-96; 96-112);
- quanto aos episódios, a sua localização precisa, data, circunstâncias imediatas, nome dos líderes, número de combatentes etc.
- quanto à motivação dos agentes, os desencantados alvitres, a frieza de reações dos aliados, a evidez e curiosidade do povo por questões de poder, o fervor e a energia indomável dos combatentes, o alheamento de chefes à sua responsabilidade pessoal, a nobreza de sacrifício de alguns militares, os atos

de heroísmo de parte a parte etc. (95-108).

No que respeita ao que importa particularmente no Capítulo, como se dá o mencionado entranhamento da ganga conceitual na matéria dos acontecimentos?

Em primeiro lugar, e à primeira vista, dá-se pelo tom heróico coletivo do campo de ação. Há, continue a haver, o destaque individual dos chefes e dos líderes, a heroicização particular (Matias de Albuquerque, Caleber, Luiz Barbalho, Fernandes Vieira). Mas - esse é o ponto - a epopéia funda-se num lastro histórico que os também heróicos antecessores não possuíam. Se a motivação particular do indivíduo psicológico é u uma referência causal recorrente em Capistrano, aqui seu papel se aplica numa tarefa coletiva que não mais se confunde com os interesses da Coroa, com o espírito aventureiro, com a cobiça pelas riquezas. Os interesses individuais e particulares fundem-se numa vertente única, "deixadas de parte rivalidades mesquinhas", que provém de um passado e de um presente comuns, e se encaminha para um futuro também em comum. Quando menos, o que os liga é o território e a língua, dando aos grupos diversos uma base coletiva. Essa base coletiva, espécie de pré-cidadania, rege-se por, e simultaneamente alimenta, uma convicção interiorizada pelos agentes: a nacionalidade, o "espírito nacional", como a chama Capistrano. Esse espírito, forjado em século e meio de colonização, agora se encontra num ponto nevrálgico, a enfrentar uma prova de resistência.

Tal prova de resistência é quase que um combate singular: "Holanda e Olinda representavam o mercantilismo e o nacionalismo" (111). O que está em jogo, por parte do espírito nacional, é todo o trabalho de colonização até então efetuado. É u ma prova de morte, no sentido de que uma possível vitória dos

holandeses significaria a total derrota do projeto e da obra colonial. Daí a ênfase de Capistrano sobre a emblemática *têmpera* indomável de Matias de Albuquerque: inicialmente derrotado, inferior em recursos, "substituiu o socorro do primeiro momento pelo desejo de lutar e desprezo de morrer: a dominação holandesa era um fato; não era, nunca seria um fato consagrado" (99). Pois o que está posto em causa é o próprio sentido - ainda virtual ou irrevelado - desses 130 anos de esforço humano: tornar-se-ão história ou desaparecerão? E o que mais importa é o prêmio dessa prova de resistência: se o inimigo for vencido, se os agentes atuais de mostrarem suficientemente fortes e capazes de defender a secular faina de colonização, esse mesmo passado se confirmará e se consagrará como história, como material vivido e sedimentado dotado de resistência frente a ameaças de destruição. Pelo contrário, se o inimigo vencer, tal material terá se mostrado com insuficiente potencial histórico, com baixo índice de resistência, e por extensão incapaz de se solidificar como passado comum a alimentar um povo presente. Que se lembre aqui a ênfase de Capistrano sobre o resultado, o efeito, a efetividade objetiva como domínio do propriamente histórico. Assim, a prova de resistência - até mesmo como metáfora mecânica literal, a de "resistência dos materiais", ou como metáfora biológica aproximada, a de struggle for life - envolve não só o presente e o destino futuro da terra e das gentes, mas a própria qualificação do seu passado, e sua própria historicidade.

O ponto nevrálgico daquela situação particular, tão definitivo no que punha em jogo, era tanto mais crítico na medida em que a matéria empírica dos acontecimentos movia-se em meio à dispersão geral, já apontada em tantos Capítulos anteriores. O que era informe e confuso, na dispersão dos particularismos,

das diferenças irreduzíveis em raça, espírito, interesses, vê-se confrontado por uma ameaça exterior. Tal é o catalizador histórico que fará surgir um início de consciência coletiva: essa consciência reconhece no seu passado em comum um fator capaz de reduzir as diferenças étnicas entre si, frente a uma irreduzibilidade maior. "Sob a pressão externa operou-se uma solda, superficial, imperfeita, mas um princípio de solda, entre os diversos elementos étnicos" (111). Que esta solda deva ele ser interna, não apenas resultante física de pressão externa aplicada aos elementos étnicos, é uma exigência contemporânea aos próprios agentes: se "mestiços de todos os matizes combateram unânimes", não o foi apenas como um movimento observado de fora, em relação ao qual poder-se-ia atribuir uma sincronia de gestos, um ordenamento de formas regulados pela mecânica dos corpos. A unanimidade das ações em combate da corria da causa esposada, a saber, a defesa da "liberdade de consciência" (108, 111). As Guerras Flamengas são assim o pretexto e o contexto da interiorização coletiva de uma historicidade própria. O pincel do autor não matiza heroicamente apenas o papel exterior e material de cada agente, e a própria heroicização passa a integrar aquela consciência coletiva como momento indispensável da integração nacional. É mais: se "os combatentes de Pernambuco sentiam-se um povo, e um povo de heróis", se "nesta convicção os confirmaram os testemunhos do reconhecimento oficial" (111), isso se devia não só à coesão obtida frente ao inimigo, mas à derrota imposta a um inimigo até então invicto mesmo pelas forças metropolitanas.

Assim, se o período primeiro da história do Brasil, Ce--pistrano o caracterizava como transoceânico, tecido por um sentimento de inferioridade frente ao reino, as Guerras Flamengas fornecem, em seu desenrolar e em seu desfecho, as ra-

ções para se considerar superado o transoceanismo. Pois quando "os reinos quiseram reassumir a sua atitude de superioridade e proteção", já não havia a base de convicções interiores fundadas numa inferioridade. A prova de resistência fora bem-sucedida perante os colonos e suficiente - o que é o mais importante na periodização de Capistrano - para se assegurar de sua superioridade frente ao senhor metropolitano. "Data daí a irreparável e irreprimível separação entre pernambucanos e portugueses" (112), agora tecida de desdém e desprezo pelo reino.

A meu ver, para além do assunto específico do Capítulo, que fá-lo aparecer como tal no conjunto da obra, é precisamente esse novo sentimento de unidade e coletividade interiorizado pelos agentes que permite o tratamento inédito da matéria: o historiador aqui não mais precisa se apresentar como critério ordenador exterior. É-lhe possível, a partir desse "início de solda", buscar na própria matéria dos acontecimentos o princípio geral que os une, aos olhos de seus agentes contemporâneos. Se a ganga se une à matéria empírica, é porque tal procedimento é facultado ao historiador na medida em que se torna desnecessário o seu olhar extemporâneo: a história passe a adquirir um sentido para os agentes que a vivem, transcendendo a imediata esfera privatista dos interesses individuais. O lestro histórico, até então ignorado como tal, permite a convergência de posições outrora irreduzíveis, ao perceberem os agentes, sob ameaça externa, que afinal havia algo mais geral a uni-los. E nas novas convicções que então se forjam, o historiador encontra o fio de inteligibilidade que por ora vinha apenas atribuindo exteriormente ao conjunto dos acontecimentos. Assim, as Guerras Flamengas não só marcam um novo período na história do Brasil, agora auto-reconhecida como his-

tórica, como demarcam um âmbito narrativo igualmente novo, sem distinção explícita entre a atribuição conceitual do historiador e o regime unificado (simbólico, ideológico, imaginário ou o que for) das motivações dos indivíduos e grupos.

Isso no que concerne à estruturação geral e ao teor predominante do Capítulo. Outras questões, mais específicas, surgem para a análise.

Ainda que nesse marco periodizador dê-se a celebração do "espírito patriótico", Capistrano não perde de vista os elementos de fragilidade que o compõem e que continuarão a ameaçar aquela solda superficial e imperfeita. Em outros termos, se há um novum histórico, substantivamente original, a sua qualificação adjetiva, igualmente histórica, será composta de um antigo legado e uma velha tradição, cuja gênese o autor aponta na formação étnica da população.

Paralelamente, o famoso "povo sangrado e ressangrado" continua a ser negligenciável enquanto força produtora de história. A base coletiva, o espírito nacional forjam-se em outras instâncias que não a população indistinta: forjam-se especialmente nas forças militarmente organizadas.<sup>24</sup> Já essa população indiferenciada, aglomerada na designação genérica de "classes baixas" e "povo", mantinha-se "sempre ávid(a) de questões entre os potentados" (96), suscetível a reproduzir entre si as dissensões internas do poder. Igualmente dariam fácil a desão aos inimigos: daí a precaução estratégica adotada na ofensiva contra os holandeses, qual seja, a de cercá-los na cidade, impedindo o contato com a população local (97).

Isso nos dá alguns subsídios acerca dos efetivos responsáveis pelo momento de constituição de uma identidade nacional: são os heróis particulares, providos de um projeto geral. O "povo" é canalizado para esse amplo projeto, que o inclui

como massa e matéria viva, mas não como agente real. O povo, diz-nos Capistrano a esclarecer esse ponto, oscila segundo os poderosos e é indiferente à mudança dos seus senhores, porque seu cativoiro é um dado invariável (96-97). O resgate do passado como lastro histórico permanece atribuição dos grupos já anteriormente investidos da missão histórica e do projeto civilizador. O que há de novo, assim, são as bases dessa missão e desse projeto, que agora se descobrem empiricamente radicadas no solo brasileiro. São os colonizadores e os jesuítas, e ainda eles, mas já providos de uma herança concreta a ser defendida, de frutos a serem preservados. Não casualmente, indaga-se Capistrano acerca de D. Luís, espanhol recém-chegado no palco dos eventos em andamento em Pernambuco: "teria forças para continuar as tradições...?" (103). Paralelamente, o projeto civilizador da catequese jesuítica, por tanto tempo estéril e fadado ao fracasso, devido à sua carga desproporcionalmente "civilizada" frente às condições empíricas que se lhe antepunham, encontra nas Guerras Flamengas o ponto de identidade e comunhão com a missão dos colonizadores. Na condução da luta patriota e militarmente organizada contra os invasores, "Confiavam-se a índios os postos de maior perigo! Precisam de outra justificativa os esforços de Nóbrega?" (102).

O papel dos jesuítas é complexo na história de Capistrano. Vindos com um ideário grandioso de edificação de uma nova sociedade racional-voluntarista, fundada em povos ingênuos formados sob valores da catequese cristã, haviam se defrontado com a estrutura oficial e a "sanha dos mamalucos", e inviabilizaram a possibilidade prática do trabalho missionário. Não à-toa, diz Capistrano que a única hipótese em que seus esforços vingariam seria a do isolamento radical das missões, para aí criar e desenvolver o homem novo ideado: utópica hipó

tese que, pela sua impraticabilidade, não pôde evitar a expulsão dos jesuítas e a erradicação dos frutos de seu trabalho. Capistrano continuamente resgata o seu papel, e o fato de não oferecerem resultados duradouros e efetivos parece se compensar largamente com a grandiosidade dos seus desígnios. Mas nas Guerras Flamengas, momento épico de constituição nacional, é possível a rápida convergência entre colonização oficial e trabalho missionário, na medida em que o saldo histórico do momento é ele concordante com um dos pontos do ideário jesuítico, também defendido pela perspectiva do historiador: a coesão social em defesa de interesses autônomos não-egoístas.<sup>25</sup> Mas é de se registrar que é esta a única, literalmente única, passagem em que o historiador reúne os dois projetos entre si.

Ainda mais algumas questões específicas, agrupadas em dois parágrafos. O primeiro par, que não será retomado pelo autor, alude a uma lei sociológica interessante. Dala não mais Capistrano lançará mão, pois não seria aplicável à história brasileira, predominantemente dividida entre rivalidades de pequeno porte.

Vem ela expressa quando o autor se refere à proliferação de iniciativas comerciais marítimas entre os holandeses, e afirma: "A emulação salutar ameaçava degenerar em rivalidade pernicioso" (95). Tal afirmação pode ser reconstruída como: uma sociedade é movida e renovada por um determinado grau de competição entre particulares, para além do qual ela se torna vulnerável a danos e lesões que prejudicariam sua estabilidade e integridade. Trata-se então de se pôr em funcionamento um mecanismo de regulação que impeça tal fator de instabilidade e recomponha o equilíbrio entre as partes. Seria um exemplo típico de lei dinâmica fundada num mecanismo retroativo sobre as causas.



Tal mecanismo, tal como é engenhado na aplicação dessa lei no caso holandês, como a faz Capistrano, é decomponível em causas contingentes, que se encontram em outra passagem complementar. A futura solução que viria a remediar a ameaça, ainda não aguda, de degeneração perniciosa pelo excesso de conflitos, começa por ser expressa numa brevíssima alusão de Capistrano à primeira viagem dos holandeses ao Oceano Índico: "viagem demorada, de pouco proveito imediato, mas fecundíssima em conseqüências" (95). A fecundidade de tais conseqüências vem a significar, em suma, a posterior fundação da Companhia das Índias Orientais. A viagem provava que o domínio ibérico naquelas regiões era frágil, e essa certeza mais tarde abriria portas para a solução da rivalidade exacerbada entre os particulares: as pretensões divergentes foram finalmente conciliadas, num efeito retroativo em toda a estrutura ameaçada, com a criação oficial da Companhia (96).

Vemos aí a transformação de fins em meios para outros fins mais abrangentes, a subordinação de pequenas causas contingentes a uma causalidade maior, sendo que a articulação temporal não assegura por si só o funcionamento conjunto de meios e fins dinamicamente reelaborados entre si, e tampouco a determinação causal é imediatamente visível em seus efeitos empíricos imediatos.

Outro par de questões de específicas é suscitado por uma observação singular: uma única vez nos Capítulos Capistrano se refere exteriormente ao seu texto. Isso ocorre ao comentar o perfil individual de Matias de Albuquerque, o personagem mais típico das Guerras Flamengas, pelo que reúne em si de traços psicológicos dedicados à causa coletiva. E diz o autor: "Esta atividade fervorosa...ver-se-é melhor no decurso da narrativa" (97). Penso que não é casual que aqui o retrato esbo-

çado ao longo de um parágrafo a ele dedicado parece insuficiente ao autor, no que tange à compreensão dos acontecimentos, direta e indiretamente vinculados a ele. Isso porque tal retrato encarna o tipo humano que conjuga em si a mescla complexa de realização simultâneas do particular e do universal, do indivíduo e do coletivo. Dessa forma, por exemplo, o pensamento de Matias de Albuquerque pode transpor anos e páginas e reaparecer como frase-súmula a guiar as posições de seus sucessores: é a convicção de que "a conquista nunca seria fato consumado" (104).

Em contraponto complementar, surge o retrato de Calabar, herói em negativo. Secundariamente, ele nos lembra o argumento invocado para a famosa e polêmica exclusão, já comentada, de Tiradentes e de todo o episódio da Conjuração Mineira: "Nos Capítulos, dada a escala, não entrou porque não cabia". E nos prova que interpretar esse argumento como mostra de uma visão anti-heróica da história levanta, no mínimo, outras perguntas sobre as figuras que, dada a escala, neles entraram porque cabiam. Primariamente, então, o que há é a escala: Calabar aparece como herói em negativo (101, 103, 107), como traidor do espírito patriótico, pelo que representa de predomínio dos interesses pessoais sobre os problemas mais gerais postos pelas Guerras Flamengas. Como diz Capistrano, seu porte individual compete com o porte positivo de outro indivíduo: "Era o único homem capaz de se medir com Matias de Albuquerque" (101). Ambos típicos: se, num, o sentimento de fracasso fora abandonado em favor de uma resistência indomável das terras brasileiras, noutro o móvel de traição pode ser aventado na ambição cerreirista ou, como exato contraste, no desânimo gerado pela convicção da vitória certa e fácil do invasor (id.).

Concluindo, mais uma observação: curiosamente, com as

Guerras Flamengas encerra-se a história litorânea do Brasil.' Acresce-se assim mais uma peculiaridade a este Capítulo. Além de definir um princípio de identidade nacional, balizar dois períodos da história brasileira, apresenta-se como o ponto terminal dos acontecimentos da costa. Isso, por si só, indica de saída duas questões:

- o interior não só como local, mas como unidade;
- o período inaugurado pela história costeira transcorre rá n' O Sertão.

## 9. O Sertão

Como já anteriormente dito, este é o mais longo Capítulo, ocupando mais de 1/3 da obra. Isso se deve, em primeiro lugar, ao fato de que, nele, Capistrano remonta temporalmente aos inícios do século 16. Toda a história desde então se referá pela ótica centrada no interior do território. Por outro lado, se, na história costeira, avançáramos com o autor até meados do século 17 e víramos a edificação de um primeiro e fundante período da história brasileira, n'O Sertão somos informados de que, na verdade, as Guerras Flamengas, catalizadoras da nacionalidade, não passam de "mero episódio da ocupação da costa" (113). O tom épico com que nos relatara a superação, pelo menos transitória, dos particularismos étnicos é de choque resfriado pelo que será, a partir de agora, o tema por excelência de Capistrano: "O povoamento do sertão...uma corrente interior, mais volumosa e mais fertilizante que o tênue fio litorâneo" (id.).

Como se explica esse súbito desprezo aparente pela história que arduamente o autor vinha reconstituindo em seus acontecimentos e resultados? Tenho algumas sugestões.

A primeira delas é que sempre, desde as alusões explíci-

tas no primeiro Capítulo até Franceses e Espanhóis, Capistrano manteve sua opção em dar primazia e prioridade ao sertão, ao povoamento e expansão interiores. Teríamos então que, até o momento, se o autor não havia se dedicado ao tema sertanejo, é porque estava muito simplesmente a seguir a ordem que ele estabelecera nos Antecedentes Indígenas. Partir do litoral em direção ao interior corresponderia, pois, a um ordenamento da matéria consoante com uma ordem das coisas segundo sua importância crescente. Quando afinal se esgota a matéria principal pertinente ao primeiro passo (o litoral), ele trata então de retomar todo o movimento colonizador, para isso recuando no tempo, agora já dentro do segundo passo estabelecido (o interior). Deixando de lado os dois primeiros Capítulos, pontos extra-históricos de partida para a história do Brasil, teríamos algo aproximado, com sua sobreposição temporal, a:

litoral	1500	—————	1650 (Cap. 3-8)
		1º período	
interior	1530	————— // —————	1760 (C.9)
		1º período      2º período	

A outra sugestão concerne à escala valorativa de Capistrano frente às várias situações com que se deparam os homens e os grupos sociais. Lembremos o predomínio do esquema meio-raça-instituição na base da vida social dos homens. A trílogia, dependendo da relação de subordinação ou domínio entre meio físico e raça, poderá ter vigência tanto no âmbito natural quanto no âmbito propriamente histórico: em outros termos, tanto os "povos naturais" como os "povos civilizados" organizam-se internamente conforme combinações específicas entre o meio, a raça e as instituições.

Até o Capítulo 8, vimos vendo como essa relação tripla vinha se combinando nas terras investidas pelos projetos de colonos e jesuítas: a multiplicidade étnica, a mestiçagem mo-

ral, e dispersão dos elementos humanos mostram-se mais fortes do que um poder político unitário e projetos sociais alternativos. Em resumo, pode-se dizer que, até as Guerras Flamengas (exclusivo), Capistrano trata da mestiçagem e da inabilidade das tentativas de uma coesão social como combinação já resultante da relação entre raça e instituição. Nesse ponto de vista, os Capítulos anteriores abordariam essa combinação em seu modo de funcionamento, rodeada externamente pelo aparato de defesa militar do território e internamente pelo controle jurídico dos conflitos, e em si mesma centrada em suas atividades de subsistência e vida social.

É como se a relação com a natureza ficasse circunscrita a episódios circunstanciais ou a limites comprovadamente insuperáveis no momento: não vemos ao longo desses Capítulos uma luta primordial, ainda viva, entre homem e natureza. Esta, de certa forma, aparece como, eventualmente, uma inimiga já conhecida a quem os colonos já sabem como tratar ou evitar. É como se, de algum modo, a história, mais ou menos precariamente, já tivesse se instalado no corpo mesmo da natureza, parecendo desde a primeira vinda com armas e bagagens (Cap. 2 e 3), se impor aos Antecedentes naturais. Evidentemente, a fragilidade das iniciativas sociais, e precariedade do corpo social vêm tingidas das marcas primárias imprimidas no momento da combinação inicial, e reforçadas pelo modo de funcionamento da combinação resultante. É assim que Capistrano reitera a característica dispersiva da mestiçagem, pelo fato, precisamente, de nessa mescla interétnica combinarem-se raças que ou pertenciam ao âmbito da estrita naturalidade ou portavam uma historicidade decadente. Mas de certa forma a mestiçagem - como resultado - já se lhe apresenta como dado histórico.

Aqui no Sertão, em contraste, o que se verá é a retoma-

da dos primórdios dessa luta, ainda não decidida em favor da história, entre homens e natureza. No Sertão, as leis e condições causais de que Capistrano lança mão são unívocas: referem-se a relações de força, como se se tratasse de dois campos em contato por uma tensão de tipo mecânico. Aliás, é por onde começa o autor: a história do interior se inaugura - como possibilidade, e não já como efetividade - em 1530, com "o estabelecimento de Piratininga, na borda do campo, (e) significa uma vitória ganha sem combate sobre a mata" (113). Acrescente que essa vitória, tão fácil no caso de São Vicente, "reclamou alhures o esforço de várias gerações".

A facilidade inicial, esse quase que imediato domínio do homem sobre seu meio, é o que distingue a capitania no conjunto das terras brasileiras, pois "deste avanço procede o desenvolvimento peculiar de São Paulo" (id.). Nessa região, a natureza é suscetível, pelo menos aparentemente, de mais fácil subordinação: mesmo as florestas, ainda que extensas, eram "incepazes de sustar o movimento expansivo por sua descontinuidade". Além disso, a expansão da população era coadjuvada pela sua independência frente às autoridades do litoral, isolada como podia se manter graças às asperezas da serra e às massas vegetais. A hostilidade dos acidentes naturais em torno da região paulista converte-se em elemento auxiliar para a autonomia e a orientação cada vez mais interior de seus movimentos. Contudo, essas peculiaridades naturais não significavam um incentivo à fixação e povoamento das terras. "Ao contrário, o meio agiu como evaporador: os paulistas lançaram-se e bandeirantes" (113). Por que não ocorreria a fixação, a condensação? Capistrano não responde senão indiretamente à questão; de início, ele registra, apenas, os impulsos de deslocamento e expansão.

Tomemos por ora o tema da expansão. Sabemos por passagens anteriores que, para Capistrano, a história do Brasil só é impulsionada, e adquire a partir desse impulso uma dinâmica, quando os colonos vencem os obstáculos naturais (entre outros, 70). Assim, a expansão é signo de um domínio crescente, obtido com maior ou menor esforço, sobre a inospitalidade do meio. Significa a subordinação do meio à vontade humana. Contudo - e aqui proponho uma leitura dupla do tema "expansão" -, essa relação entre meio e ação humana expressa nos movimentos populacionais nem sempre comprova uma expansão de - por assim dizer - tipo histórico, isto é, regida por uma combinação entre continuidade e transformação em função de projetos humanos de médio e longo alcance. Tal relação pode, pelo contrário, assumir os traços de uma expansão cega, ela mesma mecânica e regida por impulsos de curto alcance, não dirigidos à construção e solidificação de formas sociais. Creio poder sustentar esse duplo caráter do tema "expansão" na distinção que faz Capistrano entre os movimentos bandeirantes e as missões jesuíticas. Um traz consigo a devastação e a destruição; outro uma e cria novos núcleos populacionais. Assim, "forem-se alongando os raios de despovoamento e depredação, característico essencial e inseparável das bandeiras" (115); quanto aos jesuítas, lutaram contra a dispersão natural dos índios, e "os reduziram (no sentido de colocar em reduções, DGB) a diligência dos padres a povoações grandes e a vida política e humana" (id.).

Assim, se a expansão pode ser cega, mecanicamente impelida avante, sem se dedicar ao povoamento, preservação e ampliação da vida social, ela se qualifica como movimento não-histórico, como prática subordinada a uma relação de força. No caso paulista, seria uma relação de forças favorável aos homens, contra a natureza e o meio físico. Em trágica monotonia (a ex

pressiva imagem de Capistrano), os bandeirantes exterminam não só a natureza física, mas os povos naturais. Por outro lado, a concepção humanista dos jesuítas guia-os a outros propósitos, como já anunciou Capistrano nas Capitanias da Coroa. A expansão da capitania de São Vicente vem composta da presença atuante dessas duas forças, uma destruidora, outra criadora, ao longo de mais de dois séculos: algo como Deus e o Diabo na Terra do Sol.

É à luz dessa tensão entre dois grupos qualitativamente diferenciados, um guiado por interesses e paixões imediatos (cobiça, ambição, aventureirismo, busca do fácil enriquecimento), outro por uma aristotélica espécie de "vontade sem paixões" e por um ideário racionalista de longo alcance (educação, formação, cristianização, vida "política" e "humana") , que surge a pergunta de Capistrano acerca da "barbárie" paulista: "Compensará tais horrores a consideração de que por favor dos bandeirantes pertencem agora ao Brasil as terras devastadas?" (116). Naturalmente, embutido na pergunta está implícito o patetismo inevitável de um paradoxo das consequências, de uma desproporcionalidade dos resultados históricos em vista dos fins postulados pelos agentes, ainda mais acentuada se o historiador - como no caso presente - constata e/ou defende a existência de outra ordem de ações que, desde o início e como desígnio próprio, colocava como finalidade genérica aquilo a que afinal se chegou. O patetismo da questão reside em que, frente a tal paradoxo, é-se induzido ou a relevar a brutalidade dos meios vistos os resultados finais, ou a resgatar utopicamente os princípios da ação empírica malograda na prática.

Com esse longo excursão, podemos voltar à questão inicial. A expansão poderia ser vista, então, resumidamente, como um



movimento espacial de deslocamento, ou como um movimento espacial de fixação e povoamento. A expansão pode passar, deixando como rastro a devastação, ou pode se fixar e avançar, deixando atrás de si núcleos estabelecidos. Com essa distinção, retomemos a afirmação: "o meio agiu como evaporador: os paulistas lançaram-se a bandeirantes". A expansão bandeirante é o autor a nos dizer - é em si um fruto da ação do meio sobre os homens. Se, na relação imediata entre homens e natureza, há um predomínio dos primeiros sobre a segunda, nem por isso está atestada a "historicidade" da ação humana imediata: poder-se-ia dizer antes que a "natureza foi - ou é - favorável aos homens". É ainda uma relação dominada por uma causalidade física, sem conteúdo intrínseco especificamente humano. A história é impulsionada quando os homens dominam os obstáculos naturais, diz o autor, mas a afirmação não é unívoca como poderia parecer à primeira vista: poder-se-ia dizer que o sucesso dos homens no âmbito histórico - enquanto também prática e consciência, e não apenas como resultado posterior - é facilitado, mas não assegurado por condições naturais flexíveis a uma subordinação.

Assim se poderia entender como "o meio agiu como evaporador": a natureza não-indepassável permite a ação humana de expansão e deslocamento espacial. Mas, por outro lado, em certo sentido, a ação evaporada é mais primária, mais "natural" do que o seria se se concentrasse em núcleos estáveis. Em outros termos, um sedentarismo agrícola seria, como vida social, mais elaborado do que o aventureirismo nômade. Diz-lo o autor: "Sob aquela latitude, naquela altitude, fora possível uma lavoura semi-européia de alguns, senão todos, os cereais e frutos da península" (113). Isto é, em termos naturais e em condições físicas, era objetivamente possível a fixação à terra,

a concentração de esforços em núcleos de povoamento. Mas não: daí a invocação da lei mais primária do meio como agente evaporador.<sup>26</sup> Assim se delinea a ironia da história para Capistrano: é a "monotonia trágica" (114) das sangrentas bandeiras, a encarnar o grande pioneirismo no interior, que afinal dará os contornos definitivos do território, pelo menos a sul, oeste e norte. A seu par antitético, a "catequese grandiosa", animada por uma "consciência heróica", pouco resta: "Tudo perdido" (115, 117).

Na relação tensíssima entre os dois grupos se arma toda a seção paulista do Capítulo. Há nela uma tessitura simultânea de empiria e conceito, em certa medida similar à das Guerras Flamengas. Mas nota-se um relativo predomínio conceitual, penso que devido ao predomínio dado ao modelo da luta básica entre homem e meio. O interessante a observar é que, quando as bandeiras se encontram um tanto afastadas do seu oponente e rival jesuíta, poderão prestar "melhores serviços" (117-118).

Vejamos esses serviços. Chamadas ao Nordeste para lutar contra vários grupos indígenas e Palmares, as entradas dedicadas à guerra finalmente "de bandeirantes, isto é, despovoadores, passaram a conquistadores, formando estabelecimentos fixos" (118). A afirmação se esclarece um pouco ao lembrarmos que, para Capistrano, seguindo Ratzel, é a prática da defesa militar a instituição inicial de um povo histórico. Mesmo a passagem do âmbito natural para o âmbito civilizado dá-se basicamente pela constituição de sistemas organizados de defesa e segurança do grupo social em seu território (Antropogeografia, 89-91). No caso, sem pretender aprofundar essa aproximação possível entre a teoria ratzeliana da transição natureza-história e a transformação dos bandeirantes paulistas em povo

adores, é de se notar que, quando "passaram a conquistadores" não se deteve por aí a sua transformação. A seguir, "preferiram a vida de grandes proprietários nas terras adquiridas por suas armas" (118). Ou seja, completou-se, por meio da prática bélica organizada, a transição para outra forma de vida social.

É como se no interior de um amplo arcabouço coubessem diferentes correntes particulares, providas de dinâmica e lógica próprias, que não se confundem em mútua equivalência indiferenciada. Assim, os bandeirantes são apresentados como uma micro-sociedade sujeita primariamente à ação evaporadora do meio, levada a uma expansão cega e mecânica, posta em confronto com outra micro-sociedade a ela oposta em propósitos e práticas, confronto este que impede o livre funcionamento de lógica particular de cada uma delas. Apenas quando parte da micro-sociedade bandeirante se encontra em campo aberto e dedica-se a empreendimentos militares, pode finalmente chegar a uma autotransformação. Toda essa trajetória vem simultaneamente embutida no bojo de um conjunto mais amplo e complexo, cujas determinações sobre aquela micro-sociedade são indiretas, proporcionando-lha diretamente apenas os meios circunstanciais e materiais para a autotransformação, a qual se opera ainda conforme a lógica particular do grupo. É assim que a estrutura política, econômica e administrativa mais ampla aparece para os bandeirantes como apelo e chamada para o engajamento militar voluntário.

Em contraste, O Sertão ao norte (Maranhão, Pará, Amazonas) constrói-se diferentemente. Presentes estão entradas e missões, mas não simultaneamente. A ênfase inicial já incide sobre a esfera organizada do governo capitaniais e da vida ecg

nômica da população: os nexos institucionais já estão constituídos oficialmente, ainda que com enormes dificuldades. Temos o relato das lutas e alianças entre o poder político e os índios; dos problemas de mão-de-obra escrava e produtividade dos engenhos; das hostilidades intercapitaniais, e ainda dos combates aos ingleses e holandeses até meados do século 17.

Até essa altura, os eventos decorrem em traços rápidos, nomeando, datando e localizando alguns deles, no que concerne à condução política dos assuntos capitaniais (121-123). De certo ponto em diante, mudam os temas e sua condução. E não casualmente: os elementos que então se introduzem são capitais para Capistrano. Um deles corresponde à aceleração da penetração no Amazonas; o outro coincide com o "fato notável" de nova leva de jesuítas (123-128).

O aprofundamento nas regiões amazônicas, para além do que significaria como ocupação e povoamento territorial, combinou-se ainda com a presença dos holandeses naquelas paragens. A situação adquire maior relevância, pois que aí se iniciou um movimento de resistência e uma "obra libertadora" até certo ponto independentes dos eventos costeiros. Pois em Pernambuco "a população calava-se e parecia mesmo disposta a não reagir" (124), sendo que o domínio holandês podia se apoiar sobre a "cobiça e a venalidade já correntes" (id.). Neste sentido, o Sertão partilha das Guerras Flamengas com iniciativa própria: é assim que "O exemplo do Maranhão (a glória de restaurar São Luís - DGB)...produziu impressão em Pernambuco, e alentou os ânimos patrióticos ainda desconexos, apontando um exemplo a seguir" (125).

Quanto às missões, desencantadas em seus esforços até a segunda metade do século 17 (121, 125), agora reaparecem com novo vigor. São tratadas de dois modos nessa passagem (125-..

128). De um lado, narra ele o movimento de expansão pela Amazônia liderado por jesuítas espanhóis, carmelitas e franciscanos portugueses, estes dois grupos empenhados em dividir o trabalho missionário conforme o rumo político das disputas entre Portugal e Espanha, numa clara mostra de falta de patriotismo local. Nesse relato, os padres ocupam um lugar semelhante ao de qualquer outro grupo, colono, bandeirante, soldado, em suas lides práticas. Diversemente se dá quando Capistrano se detém sobre os jesuítas, na figura de Antônio Vieira. Retorna o tema da alma elevada movida por ambições missionárias. Com ele, "afinal chegavam defensores aos índios" (125).

É novamente a história da luta inglória da catequese em favor da formação humanista do indígena? O "jesuitofilismo" de Capistrano não é tão ingênuo: à luta inglória não cabe defesa senão dos seus princípios, e o autor dispensa a repetição do relato desses episódios, pois não passam de "historietas" (126)... São "tumultos trágicos e burlescos; lutas contra os colonos cobiçosos, contra os governadores venais, contra padres e frades simoníacos, contra os legisladores incoerentes e a legislação inatável" (125-126). "Para que narrar esta história?" Mas se nos lembrarmos que tais "historietas", em outros lugares e capítulos, construíam uma história, a que vem a ser o "fato notável" representado pela vinda de Vieira ao Brasil?

É, resumindo, a valente dissecação do organismo do Estado feita pelo jesuíta "em uma página memorável, ainda palpitante no pálido resumo aqui feito" (126). E então o autor deixa falar em seu nome o padre, compartilhando dos pontos de vista apresentados em sua "vívida descrição". São eles elucidativos: Vieira apresenta um Estado pobre, precário, violento, disperso, viciado, arbitrário, desperdiçador (126-127). Sua

principal debilidade deve-se à generalizada economia naturalista, onde "cada família vem a ser uma república" (126). Essa fragilidade econômica e política, já apresentada como conclusão ilustrativa do Descobrimento do Brasil e anteriormente comentada, incapaz de garantir uma coesão social interna, só se sustenta pelo papel do Estado, a operar como instância extrínseca de contenção da dispersão. Por sua vez, o corpo administrativo do Estado, sendo corrupto, reproduz regras heterônomas e se impõe pela violência. A fundação mesma desse Estado é sanguinária e débil: "Os alicerces assentaram sobre sangue, com sangue se foi amassando e ligando o edifício e as pedras se desfazem, separam e arruinam" (126). Esse edifício, finalmente, revela o ponto articulador da deterioração: sua sustentação econômica, a cargo da sociedade, não vinga pois "toda a riqueza e remédio dos moradores" depende dos braços dos índios, os quais por sua vez, "por sua natural fraqueza e pelo ócio, descanso e liberdade em que se criam, não são capazes de sustentar por muito tempo o trabalho" (126-127).<sup>27</sup>

Da vívida descrição de Vieira, Capistrano retorna adiante à base de todo o problema, invocando para isso outro jesuíta, Antonil. Suas extensas passagens sobre Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas (135-136; 157-159) se resumem em uma frase: "o livro ensinava o segredo do Brasil aos brasileiros" (159). Esse segredo dizia respeito à pujança e à grandeza naturais da terra; seu caráter subversivo e as razões do seu confisco residiam nas propostas de uma reforma política geral do Estado (158-159). A crítica de Vieira, e as propostas de Andreoni apontavam para uma prática. Vai buscá-la Capistrano em Manuel de Nóbrega, num sucessivo recuo temporal, até atingir o momento de formulação de um programa prático: a criação das reduções, que seria a forma de se conseguir "re--

sultado útil e duradouro", mantendo a segurança pessoal e a economia autônoma dos grupos indígenas (160). A par desse projeto, Capistrano defende a insubmissão dos jesuítas frente ao bispado paraense (161), já empenhados na implementação prática do programa de Nóbrega. Esse trabalho interno nas reduções, unido a uma resistência externa, configura a obra missionária como uma espécie de contra-estado: "Com o tempo as aldeias (missionadas - DGB) tornaram-se não só um estado no estado como uma igreja na igreja" (161).

Tanta importância atribuída aos jesuítas se explica com o comentário do governador-geral do Pará, ao visitar uma aldeia missionada: "Deles se pode fazer uma nação como qualquer outra..." (161). É este sempre o ponto: a constituição de uma nação. Por vias jesuíticas, para Capistrano, suas bases seriam mais sólidas, e poderia haver coesão espontânea e ação incorporada, garantidas por regras autônomas. Curioso notar que um dos raros momentos irônicos dos Capítulos se encontra no relato da alteração do regime dos aldeamentos indígenas. Vale a pena transcrevê-lo:

"Mendonça parece não ter tido idéia clara desta situação, e todos os embaraços fatais, decorrentes da natureza das coisas, atribuiu às intrigas, à malevolência e perfídia dos jesuítas, criminosos obstinados e relapsos de uma monstruosidade sem nome: não terem domesticado as leis demográficas e econômicas às impaciências do irmão de Pombal. Para castigar tão nefando crime, reuniram-se as duas sociedades perfeitas; só uma expiação bastaria: extinguir a igreja na igreja, o estado no estado, que realmente era e não podia deixar de ser o regime dos aldeamentos" (162).

Retomando o andamento do Capítulo, temos então duas se-

ções geograficamente delimitadas e tratadas de modo mais ou menos semelhante: a região paulista, com a expansão bandeirante e o aldeamento missionário; a região nortista, tratada cronologicamente em seus sucessos até o advento da expansão amazônica conjugada a um movimento patriótico e do ressurgimento da obra jesuítica. Antecipei algumas passagens da seção final, dedicada a um histórico da Companhia de Jesus no Brasil e completada por uma listagem das aldeias missionadas, com o que se encerra o Capítulo (157-171). Entre estas, inserem-se duas outras seções: uma que agrupa a pecuária e a mineração (131 - 149), outra que reúne as guerras dos Emboabas e dos Mascates (149-157).

A ocupação do interior passa agora a ser apresentada por um viés basicamente econômico. É interessante como o autor nos introduz nessa nova ordem de problemas: parte da insuficiência da economia naturalista agrícola para sustentar a vida econômica das regiões interiores. Lembra que uma relativa prosperidade só pôde existir em São Paulo devido à "caçada humana e desumana", e na Amazônia devido à coleta e extração de produtos vegetais valiosos. E conclui que, para todas as outras zonas interiores, "A solução foi o gado vacum" (131).

A pecuária compõe um quadro amplo e disperso, apresentado em traços eminentemente sociológicos, muito genéricos e de grande amplitude temporal. São largas pinceladas sobre a fixação de grupos e o povoamento de diversas regiões.

Três elementos compõem essa ocupação interior: o gado, os rios e os caminhos. Dispensam-se referências, exceto eventuais mais marcantes, a nomes, datas, locais, e o quadro geral apresenta uma relativa estabilidade e adequação entre atividade humana e condições naturais. Ao deslocamento do gado, a compasso lento, corresponde a penetração humana por to-



do o sertão central, a abrir novas passagens que vinham a construir uma rede duradoura de comunicação e integração (131, 133, 135). Tal penetração, criando núcleos de povoamento estáveis, era seguida por uma fixação populacional de densidade até então inaudita no Brasil (134). Com a corrente espontânea de povoamento, conjugam-se a grande extensão territorial ocupada pela pecuária e uma relativa prosperidade econômica (135 ..), inexistente em outras regiões brasileiras. <sup>28</sup>

Contudo, nem por isso se pensa que havia neste quadro algum princípio organizador especificamente humano. Capistrano antes alude a um tipo de adequação econômica às condições naturais existentes. É pela boca do "maravilhoso Antonil-Andreoni", a falar por Capistrano (134-135), que se revela o predomínio da natureza sobre os homens. As boiadas e vaqueiros a regerem o ritmo da vida sertaneja existiam entregues a si mesmos. Era a anarquia, donde redundava que, "com a economia naturalista dominante, custava pouco ajuntar valentões e facinorosos, desafiando as autoridades e as leis" (137). É um quadro "sem figura de ordem nem de organização", uma "massa amorfa" na qual só na virada para o século 18 se tentará "introduzir alguma ordem" (136). Essa organização se daria, então, pela institucionalização pública das relações, com a criação de normas jurídicas e nomeação de instâncias legais e policiais, assim regulamentando limites, propriedades e direitos (136). Mas a esse estado de "guerra entregue a si mesma" nem a força da lei se contraporía eficazmente, restando apenas "dois recursos: a astúcia ou auxílio dos vizinhos" (137).

A sociedade pecuária encontra-se, em suma, apresentada como modo natural de vida social, promissor e estável, capaz de desencadear uma tendência de estruturação sócio-econômica legislada, mas ao fim estrita à sua dinâmica interna de reso-

lução direta e sangrenta dos conflitos. Dels resulta "um efeito, que repercutiu longamente" (137), qual seja, a descoberta das minas.

A passagem à mineração tem um ponto em comum e conectá-la com a pecuária: a atuação do meio como condensador populacional. No caso, é o rio São Francisco que desempenha esse papel (138). Por outro lado, a narrativa abandona o tom sociológico empregado no sertão vaqueiro, e retoma o andamento episódico, a especificação em detalhe das descobertas de jazidas preciosas. Esse tom mais "historiográfico" é acompanhado pelo retorno à esfera oficial, como matriz reguladora dos empreendimentos exploradores. Estado --> grupos particulares --> caminhos --> descobertas de jazidas, especificadas uma a uma, em contraponto com a massa viva genericamente pintada em movimentos coletivos da pecuária. Aqui transposto para o Estado está o princípio regulador histórico.

Com isso Capistrano monta o fenômeno da mineração no Sertão: de um lado, uma organização, sim, mas ineficaz, corrupta, incapaz (em esp., 146-147); de outro lado, as potencialidades naturais, "o segredo do Brasil", tão mal-exploradas. A causa da decadência da mineração, mais do que no possível esgotamento das minas, deve ser buscada no sistema oficial de exploração das jazidas e de tributação fiscal (148).

Ainda que historicamente precária, todos esses movimentos se reúnem com grandiosidade. Na penúltima seção, a história avulta por sobre os ombros dos colonos, que interiorizam uma nova forma de consciência e auto-imagem. Os eventos desde as Guerras Flamenegas até as descobertas auríferas, passando pelas proezas bandeirantes, pela abundância do gado na imensidão dos sertões, pela riqueza auferida pelas tributações,

deixam de se mostrar corruptos, sangrentos, injustos e se condensam psicologicamente como patrimônio individual de cada brasileiro. O segundo período abre-se com a Guerra dos Emboabas, "a primeira manifestação pública" dessa transfiguração "da psicologia dos colonos", não mais auto-inferiorizada perante o reino (149). A periodização de Capistrano adquire força de cidadania na "realidade empírica" d'O Sertão, com a eclosão desta guerra. Animada por um espírito de nativismo, nela se contrapõem os paulistas espoliados e os emboabas oprimidos. Suas linhas gerais são significativas: o conflito se origina de uma situação de predomínio dos paulistas, a praticar excessos e a impor leis próprias pela força bruta (149). Instaurado inevitável conflito, surge uma figura típica: ainda que não fosse ele um nativista, e sim um emboaba, foi quem "sopou a anarquia reinante", criando legislação e instâncias jurídicas. "Sua obra foi benéfica e depois dela percebe-se o arrefecimento da barbárie universal" (150). Talvez não casualmente, as simpatias ilustradas de Capistrano fazem-no valorizar as leituras cultas e iniciativas letradas de Nunes Viana.

A Guerra dos Emboabas é importante para Capistrano pelo que traz de típico espírito nativista. Ao contrário, os conflitos em Minas Gerais ("desordens", chama-os o autor) dispõem sua atenção pois que não inspirados pela nova forma de consciência nacional, "e sua importância é meramente provincial" (151).<sup>29</sup> Já a Guerra dos Mascates é historiada pelo que representou enquanto "manifestação análoga" à dos Emboabas. E, também de modo análogo, a figura típica entre os Mascates é a do homem público possuidor de "espírito bem orientado, disposto a colocar-se sobranceiro às facções que se digladiavam" (156).

Note-se que, assim como a solução dos Emboabas é considerada "singular" pelo historiador, pelo que traz de irrisória, mas decisiva intervenção da Corte, do mesmo modo e dos Mascates não apresenta nenhuma "maneira de chegar a qualquer conciliação entre os combatentes, ou de arredar a questão fundamental" (156). É novamente a distância entre as convicções nutridas pelos colonos e direções imprimidas por lideranças de espírito bem-orientado, em relação ao encaminhamento coletivo e objetivo de suas ações: as circunstâncias os ultrapassam. E as ultrapassam no calor do momento, quando se desvela a real formação psico-sociológica dos grupos. É assim que temos: "Até hoje só têm triunfado no Brasil movimentos improvisados, que dispensam longas combinações e prodigalidades cerebrais" (154). Ou ainda, quando de um episódio na perseguição aos jesuítas no Maranhão: "Nota-se agora o caso repetido tantas vezes em nossa história: depois do triunfo, obtido antes por desídia ou pusilanimidade do atacado que por habilidade ou fortaleza do atacante, e só depois do triunfo comprado tão barato, compreende-se que o fato importa consequências, e começa-se a indagação de quais poderão ser" (128-129). Essa "mandri-ice intelectual" (129) de que fala Capistrano será apresentada Três Séculos Depois como o principal traço da brasilidade' (200). Parece-me o exemplo mais típico de um pressuposto de tipo finalista, como condição necessária para um encaminhamento consequente, racional, positivo das ações: única forma de, senão eliminar, pelo menos diminuir ou prever aquele paradoxo das consequências a que se aludia anteriormente.

Concluindo este Capítulo, apenas um sucinto resumo da análise: é n'0 Sertão que melhor se mostra a convivência de uma causalidade segundo a natureza e uma causalidade segundo a liberdade. Tal convivência apresenta aspectos fortemente nega

tivos e à primeira vista paradoxais, em larga medida derivados da pressão dominante daquela primeira causalidade e à fragilidade da segunda, composta como é, segundo o autor, por um fosso entre as convicções e a responsabilidade pelas consequências, no âmbito dos movimentos sociais e da política. Daí o tom trágico dessa história brasileira de Capistrano. <sup>30</sup>

## 10. Formação dos Limites

Este e o próximo Capítulos são, em certo sentido, análogos aos dois Capítulos iniciais: um tanto exteriores, mas por outras razões, em relação ao movimento interno da terra brasileira. Se dos Capítulos iniciais dirigíamo-nos à história, dos Capítulos finais resulta-nos o painel dessa história. E resulta-nos de duas formas: uma externa, internacional, juridicamente reconhecida, "historiograficamente" relatada (Cap. 10); outra interna, nacional, informal, sociologicamente descrita (Cap. 11).

O Capítulo décimo ocorre em tom "historiográfico", com relato circunstanciado dos tratados de demarcação das fronteiras e das comissões encarregadas da demarcação in loco. O território de fronteiras não muito bem definidas, continuamente disputadas a sangue, onde se formara até inícios do século 19 um organismo social de precária historicidade, vem a ser agora demarcado mais ou menos definitivamente.

A Formação dos Limites é, no sentido literal, antes uma formação do que uma demarcação. O que, ao final, resulta como delimitação das fronteiras vinha se constituindo de duas formas. Internamente, como trabalho humano, espontâneo ou voluntário, de ocupação, expansão, povoamento e consolidação da rede social e econômica. Externamente, como disputas - resolvidas por acordos, tratados, convênios - entre as potências

colonizadoras europeias, desde o final do século 15.

A formação interna desse território é a História do Brasil de Capistrano. A formação externa é um Capítulo dessa história, que a ela se reúne apenas na medida em que daí redundou a demarcação final do território, a nível internacional.

O texto nada tem de épico: parece deliberadamente reproduzir o enfado e a inanidade das discussões que historia, como que a acentuar a distância entre os interesses da Coroa e a vida concreta das gentes brasileiras.

A disputa das fronteiras, principalmente na região sul, entre Portugal e Espanha vem permeada de episódios, sendo um dos principais a fundação, no final do século 17, da colônia do Sacramento. Como episódio, mostrava-se importante pelo lugar estratégico que ocupava a colônia, à margem norte do Prata. Como momento, adquire relevância na exata medida em que, a posteriori, mostrou-se imprescindível para a formação efetiva dos contornos sul do território. Mas, ainda que imprescindível para essa história, nem por isso é um momento desprovido de barbárie: Sacramento, no caso, "foi talvez o berço de uma prole sinistra, os gaúchos..., ainda não assimilados em toda a civilização" (173).

Outro episódio que adquire traços de marco memorável (.. 175-177) é o da cessão dos direitos sobre as sete missões do Uruguai, feita por Espanha e Portugal: a expulsão dos moradores, este ultraje à humanidade que reporta à cruzada dos assírios (176), contare com o apoio inicial dos jesuítas. E aqui, outra vez, desvata-se o teor das missões que interessava a Capistrano: a revolta indígena, contra sua expulsão e contra os jesuítas, prova que "a catequese não fora mera domesticação e a vida interior vibrava-lhes na consciência" (id.). Essa revolta, a desmentir o acesso da fraqueza e vaidade que acometia

Te os missionários, quando concordarem com a transferência dos aldeamentos, na verdade engrandecia o projeto jesuítico. Pelo que revelava de iniciativa consciente dos índios em defesa de seus direitos humanos naturais. Esse levante, porém, ainda que prenhe de grandeza, na prática pouca resistência podia oferecer contra os exércitos coloniais. O resultado foi a chacina: "dir-se-ia que, como os primitivos, estes mamelucos' costumes tinham por móvel único a destruição" (176-7).

Já ao norte, a tarefa de demarcação das fronteiras encontrava empecilhos e dificuldades devido ao burocratismo das iniciativas oficiais (179). Predominava a estreiteza dos funcionários coloniais, buscando ostentar zelo e adiantar sua carreira, presos à letra dos errôneos mapas trazidos do Reino. Esses "seres heterônomos" contrastam com as rebeliões dos índios do sul, e até hoje sua memória alimenta, nos manuais escolares, "paixões inferiores de colonos fossilizados", propagando entre os vizinhos latino-americanos o ódio ao Brasil (180).

Mas o principal do Capítulo são as conjunturas internacionais, a alterar ao longo de três séculos os tratados entre as metrópoles (Tordesilhas, Utrecht, Madri, Paris, Santo Ildefonso) (169-182).

Os "debates inanes" das demarcações abriram espaço para a consolidação do direito estribado no uti possidetis. Na época, segundo o tratado de Madri e posteriormente o de Santo Ildefonso, Portugal obtinha resultados vantajosos com tal solução, graças à superioridade relativa de suas posições nas zonas litigiosas (178): a ocupação e o povoamento de fato garantiam-lhe superioridade de direito sobre os espanhóis, quanto às pretensões sobre o território brasileiro.

## 11. Três Séculos Depois

"Cinco grupos etnográficos, ligados pela comunidade ativa de língua e passiva de religião, moldados pelas condições ambientes de cinco regiões diversas, tendo pelas riquezas naturais da terra um entusiasmo estrepitoso, sentindo pelo português aversão ou desprezo, não se prezando, porém, uns aos outros de modo particular - eis em suma ao que se reduziu a obra de três séculos" (200).

Com este parágrafo, encerra Capistrano Capítulos de História Colonial: 1500-1800. Antecedem-no, no conjunto, três séculos e, no Capítulo, quase vinte páginas em estilo eloquentemente sociológico.

Quem lê Raízes do Brasil ou Casa Grande & Senzala não consegue evitar um paralelo espontâneo com esse quadro de dimensões grandiosas. José Line do Rego comentava de Gilberto Freyre que ele iniciava a obra que Capistrano não quis concluir (xxxi). Com efeito, embora a envergadura, o propósito, o esquema conceitual, a abordagem e a perspectiva da obra dos dois autores sejam muitíssimo diversos, há uma espantosa semelhança temática no painel sociológico sistemático que os interessa. A construção do caráter nacional, o bosquejo da brasilidade seguem trilhas de certa parecença.

Aqui, pronto, está concluída a tarefa. Tudo se reúne, condensado ao longo dos dez Capítulos anteriores. Dessa massa histórica condensada, o que fazer, senão uma descrição pictórica de cenas e costumes? Daí tantos relatos de viajantes.

Tal descrição enquadra-a Capistrano na moldura geográfica do território: eis a distribuição da população pela superfície, nela radicada como que de empréstimo, pois que reclama da como sua pela metrópole. Esse geografia precariamente geopolítica aponta para a questão que funda e transcende a estrita brasilidade: a colônia em si, por ser colônia, teria sem--



pre e necessariamente a figura do particularismo, pois que o centro ficava além mar (CAPP, 263). O que alteraria esse estado ultrapassa a história colonial, e inaugura o terceiro período de Capistrano: a transferência da Corte para o Brasil e a ulterior independência. Os Capítulos vivem por definição a marca da divergência, e além não avançam.

A distribuição geográfica recompõe sumariamente a trajetória litorânea e interiorana dos povoadores. A desconexão dos núcleos populacionais pertence à corrente voluntária de povoamento; a continuidade, à espontânea (183). As três raças irredutíveis, compelidas à convivência forçada, diversificavam a composição da mestiçagem conforme as localidades (id.).

E segue-se sua vida: as atividades extrativa, pecuária, mineradora, agrícola; a alimentação, as épocas de alegre convivência, a casa-grande, a cordialidade, as festividades; a arquitetura, os gastos em consumo supérfluo, as atividades de lazer, a tradição cultural popular; os tipos regionais; ordens e irmandades, agremiações e pessoas morais; escravidão, serviço doméstico, o papel da mulher, jogos infantis, boas maneiras e etiqueta convencional; misticismo, maçonaria, comércio, artesanato urbano, operariado; ruas, limpeza pública, saneamento; participação política e interesse em questões públicas. O que se puder imaginar de um clássico temário sociológico brasileiro compece no Capítulo.

Não há o que dizer ou comentar: pois se o autor nos viere conduzindo pelos meandros que desembocariam neste quadro! É completa-o, para que não pareça sólido, mas antes inerte no seu peso, a dúvida: "É mesmo duvidoso se sentiam, não uma consciência nacional, mas ao menos capitania!" (199). As iniciativas individuais não lograriam continuidade, e todo o trabalho se perderia com a morte ou a ausência do empreendedor.

Anos se passariam, até que outro retomasse a empresa, colhendo ao final os mesmos efêmeros resultados. Essa impossibilidade de se escapar do nível imediato devia-se à inexistência de uma esfera social articulada: e "entre o Estado e a família não se interpunham coordenadores e energia, formadores de tradição" (199). Não havia, em suma, "progressos definitivos". O Estado não ultrapassava, assim, seu mero papel exterior: não se projetava nele uma consciência coletiva comum que só poderia se forjar num âmbito social capaz de unir e solidificar como causa geral o que, no âmbito estritamente privado da família, não ultrapassava a divergência atomizada da população.

Tão avessa era a índole do povo a questões práticas e concretas que, mesmo em relação à independência do país, preferiam cultivar a mesma mandrância intelectual de Bequimão e dos Mascates, esquivando-se da responsabilidade política e confiando em um modo qualquer, em uma série de acontecimentos imprevistos que lá desembocariam, "como afinal sucedeu" (200).

Provavelmente, não é casual a calorosa admiração de Capistrano por Raul Pompéia, uma das "vocações literárias mais vigorosas e mais brilhantes" (C I, 124), e em especial pelo Ateneu, "o mais forte livro de nossa literatura" (C II, 49). O discurso de Dr. Cláudio, a encarnar a visão pessoal do escritor, apresenta um pathos semelhante ao da história de Capistrano: ele "representava a nação como um cerco de vinte províncias estagnadas na moderna peludosa da mais desgraçada indiferença...E não é o teto de brasa dos estios tropicais que nos oprime. Ah! como é profundo o céu do nosso clima material! Que irradiação de escapadas para o pensamento a direção dos nossos astros! O pântano das almas é a fábrica imensa de um grande empresário, organização de artifício, tão longamente elaborada, que dir-se-ia o empenho madreporico de muitos

séculos, dissorrendo em vez de construir" (130-131).

Em termos mais próximos aos de Capistrano, são três séculos de uma história a fracatear no exuberante corpo da natureza, verdadeiro segredo do Brasil.

### Notas

1. "A história do Brasil aparece como panorama geográfico, apresentado como um palco - em geral sob a forma de introdução obrigatória - no qual se desenrolam os acontecimentos históricos, (e) é considerado elemento essencial para a compreensão do processo histórico" (E.V. Costa, 5). A imagem é perfeita.
  2. No conjunto dos Capítulos, é este critério que explica a posição de O Sertão - posterior e mais importante -, em relação à história litorânea (Cap. 3-8).
  3. O "ilimitado utilitarismo intelectual", de que nos fala N. Sevcenko a propósito da geração dos "mosqueteiros intelectuais" (80), converte-se aqui em critério de avaliação histórica. A propósito, mutatis mutandis, ver também o "pragmatismo" de Alberto Torres (Marson, 105-114). As ligações desse utilitarismo com as "exigências sociais" da época encontram alguns argumentos convincentes em Graham (em esp. 241-243).
  4. Um paralelo interessante encontra-se na obra de Euclides da Cunha, tal como comentada em N. Sevcenko (em esp. 138-139). Quanto ao tom otimista com que se arvoram os rios em elos privilegiados da integração territorial, ver S.B. Holanda (M, 24-26). Partilha da posição de Alfredo Ellis Jr., a quem atribui "o mérito de ter sido o primeiro a mostrar o quanto é ilusória a crença de que as vias fluviais tiveram uma ação decisiva sobre esse movimento (das bandeiras)" (24). Porém, a causa que o próprio S.B. Holanda indica para o sub-roveitamento das vias fluviais, "talvez, certa incapacidade dos povos de origem ibérica" (24), não é muito esclarecedora.
- Em Capistrano, encontramos a tipificação do rio, mas de duas formas muito diferentes entre seu Descobrimento do Brasil e os Capítulos. No primeiro, há efetivamente o elogio incondicional ao Tietê; no segundo, é a consagração do São Francisco, mas pelo que ilustra também de barreiras, obstáculos, cachoeiras, torrentes pedregosas etc.
5. É curioso observar dois tipos de procedimento argumentativo de Capistrano. Num deles, o autor guarda suas conclusões e sínteses para o final da argumentação. É como se tratasse de uma "fenomenologia" da história relatada, onde o que "realmente" se sedimentou em termos históricos só será visto posteriormente. No outro, Capistrano não retém os argumentos e dados futuros, numa espécie de intervenção extemporânea do "nós" do historiador. Como já observado em relação ao primeiro Capítulo, mesmo sob pena de algumas passagens parecerem um tanto avulsas, o autor já lança o julgamento do "valor histórico" de tal ou tal questão.

6. Note-se que, nos Capítulos, Capistrano distancia-se sensivelmente de seu Descobrimento do Brasil, no que respeita ao taes interpretativo da análise fatural. No que concerne a um debate aceso da época - o acaso ou a intencionalidade da descoberta do Brasil -, Capistrano assume no Descobrimento a postura non-chalante de considerá-la uma questão ociosa. Nos Capítulos, o acaso funciona como elemento circunstancial da elaboração de um resultado final, que - ao que o autor indica - adviria através de outro ator qualquer. Neste sentido, não chega a desempenhar papel relevante. Mas, em termos empírico-documentais, diz ele: "serei excomungado pelos que juram ser proposital o descobrimento do Brasil!" (C I, 333, carta a Afonso Taunay, 1923).

7. Digo "historicizadas" para acentuar a distinção já antes indicada: há lá, como em outras passagens tornará a haver, uma apreciação anacrônica do valor histórico futuro que tais e quais elementos virão a mostrar. É uma distinção passível de se fazer entre a abordagem historiográfica e o juízo de valor histórico. A distinção fica patente em especial no primeiro Capítulo, onde se atribuíra valor histórico a elementos geográficos descritos não-historiograficamente, segundo o próprio autor.

8. O leitor deve ter notado que o estilo dos Capítulo<sup>(s)</sup> se arma em longas frases e extensos parágrafos. O contraste com as frases breves e secas, que surgirão esporádica mas não casualmente, não poderia ser maior.

9. Para o debate sobre as correntes históricas, igualmente aceso na época, ver ainda DBP, 115-125. O que importa ressaltar é a envergadura histórica das correntes, que ultrapassa o plano empírico e os desígnios dos agentes dados.

10. Sobre o juridicismo nos estudos históricos e geográficos dessa geração, ver G.Freyre (116-7). Quanto ao episódio Tiradentes, lembro o caso marginalmente. Em 1878, Capistrano criticara a severidade e a prevenção de Varnhagen em relação aos "pródromos de nossa emancipação política, (a)os ensaios de afirmação nacional" (HGB). Criticava seu juridicismo e o fato de Varnhagen considerar a conjuração mineira "uma cabeçada e um conluio" (idem). Anos depois, porém, afirmava que a conjuração nunca passara de conversa ociosa, e que nunca escrevera sobre ela (C I, 241, carta a M.Alencar, 9-9-1915). Como se explica essa mudança de avaliação? Segundo Afrânio Coutinho, "a tal ponto é válida a doutrina (socialista) na concepção capistraniana anti-heróica da história que ele não dá importância a Tiradentes. Tem havido um grande alarido em tórno dessa sua recusa a reconhecer o papel de Tiradentes. Mas ela se explica perfeitamente se compreendermos suas premissas teóricas. Capistrano sim-

plamente não dava importância a Tiradentes, como a qualquer outro herói individual, porque sua concepção da história era anti-heróica, anti-individualista, social" (77-78). É este um argumento praticamente insustentável: além de individualizada nos chefes e líderes, sua história, como veremos a partir das Guerras Flamengas, é heróizante. Como observei antes, nem toda reação intelectual da época à historiografia romântica será anti-individualista, como por exemplo aquela assumida pelo positivismo inglês. E a própria ênfase nas bases psicológicas dos atores "é ainda resíduo de uma concepção individualista da história", como lembra E.O.França (RH, 7, 120).

Para Wilson Martins, com a atmosfera republicana, "a Inconfidência Mineira, como, de resto, todas as demais revoltas coloniais, passaram a ser vistas como movimento<sup>s</sup> deliberadamente e doutrinariamente republicanos", e a atitude de Capistrano em excluir a inconfidência de sua história seria uma reação antimitificadora (IV, 358).

J.H.Rodrigues, por sua vez, parece-me pegar um ponto relevante. "A Inconfidência não foi um fato, um acontecimento: foi um pensamento quase sem ação...Capistrano nunca foi subjetivista para considerar a história não como o que realmente aconteceu, mas o que uma minoria intelectual pensou ou sentiu quando a história estava in statu nascendi" (E, 35). O ponto em questão é o da história como resultado objetivo posterior. História é efeito, não ação. Calabar merecerá um lugar relativamente destacado na história de Capistrano pelos mesmos motivos, simetricamente inversos.

11. Ainda que nos Capítulos ele não proceda a esse esclarecimento como o fizera no Descobrimento, parece-me plausível sustentar que ele aqui continua a utilizar essa distinção conceitual. É assim, por exemplo, que me parece possível interpretar a afirmação, à primeira vista obscura, acerca das duas correntes históricas diversas, quanto aos descobrimentos, que chegam a um mesmo resultado. A história, dessa perspectiva, é o domínio relativamente estável derivado das incessantes atividades humanas, e que as transcende em amplitude e objetividade.

12. No Descobrimento do Brasil, Capistrano detém-se um pouco mais longamente sobre a definição de cada um dos tipos (54). Voltaremos à comparação do tema racial, mas lembro desde já duas questões importantes:

- a. "A mestiçagem deu-se moralmente antes de D.Manuel; a mestiçagem fisiológica veio depois" (C, II, 49, carta a J.L.Azevedo, 6-6-1917).
- b. A mestiçagem como mescla propriamente pertence aos Capítulos. No Descobrimento do Brasil, tratava-se antes de competição entre os atributos de cada raça. Tratava-se de "um caso de paralelograma das forças" (DE, 80).

13. Note-se que Alexander Marchant retoma, com referência, essa mesma observação: "Os tupinambás escolheram os franceses para amigos e aliados e os tupiniquins, os portugueses. A razão da escolha está longe de ser compreensível..." (54). O interessante a observar é que o "não consta da história" de Capistrano transforma-se aqui em signo de ininteligibilidade.

14. Como já comentei, Capistrano trabalha constantemente com a noção de "instituição". Contudo, o sistema colonial não é tratado como instituição, nem elevado a um princípio geral. Isso, a meu ver, não prova que Capistrano não trabalha a nível da noção "instituição", mas simplesmente que ele não considera o sistema colonial uma instituição. O ônus da prova histórica recai sobre o primeiro, e não sobre a segunda.

15. Quanto ao problema de estabelecer tal escala, ver em especial as cartas<sup>(18)</sup> a Guilherme Studart (C, I, 171-178, 1906-1907).

16. Não se deve esquecer que, entre as condições naturais, contam-se os índios, fator antropogeográfico apresentado nos Antecedentes Indígenas. São considerados a partir de sua maior ou menor resistência, suas alianças e confrontos com os portugueses.

17. Para as posições de Capistrano em favor dos jesuítas, ver especialmente sua correspondência com João Lúcio de Azevedo (C, II, 9-385).

Cruz Costa, para defender a importância de uma história dos jesuítas no Brasil, invoca a defesa jesuítica de Capistrano. "Não é possível estudar a história das idéias no Brasil, até mesmo a que se refere ao século XX, sem atender para a importantíssima contribuição que a Companhia de Jesus trouxe para a formação nacional... Já observa va Capistrano de Abreu que antes de uma história dos jesuítas, 'será presunçoso quem quiser escrever a do Brasil'" (RH, 19, 187). Ver também, num tom um pouco mais moderado, sua CHIB (21). Para crítica ao "jesuitofiliismo" de Capistrano, ver Alfredo Ellis Jr., na sua Queda do Bandeirismo de Apresamento (RH, 3, 201-207).

18. Tal "fato" fora estabelecido como lei por Hatzel, em sua Antropogeografia. Ver, como curiosidade, a transcrição de Capistrano de uma passagem de Franz Boas no seu exemplar particular (cit., CHC, 201).

19. Uma das contribuições específicas frequentemente atribuídas a Capistrano é a sua periodização da história do Brasil, primeira periodização sistemática desenvolvida na historiografia brasileira. Dentro de uma "história da historiografia", como já dissemos, introduz uma nova tarefa para o historiador, ao lado da exigência de crítica às fontes. Como os Capítulos cobrem até o início do século 19, pré-independência, eles apresentam apenas dois períodos: o que vai da descoberta aos inícios do século 17, e o do século 17 até inícios do século

19. Neste Capítulo 6, Capistrano começa a encerrar o relato descritivo da história do Brasil em seu primeiro período. A cifração interpretativa, Capistrano a realizará no Capítulo 7. Primeiro os fatos, depois a interpretação, máxima cara ao autor, do corpo menor para o corpo maior da obra.

20. O "fatalismo" de Capistrano difere, como já notamos, das "contas do rosário de Frei Vicente do Salvador": ele obedece a um ordenamento serial de aglomerados temporais. Não é o relato sucessivo em sentido estrito: seu recorte temático é que hierarquiza intrinsecamente os blocos temporais que lhe interessa descrever fatalmente.

21. Ver seus ecos no Povoamento de Caio Prado Jr. (35-115) e nas Forças Centrífugas e Centrípetas de Celso Furtado (39-41). Ver sua reprodução retumbante em P.Prado (RB).

22. Uma observação marginal: quando Capistrano aponta a existência de três raças irreduzíveis, utiliza ao final do parágrafo a expressão "peles de qualquer aviação" (93). O termo "aviação" suscita um breve comentário em nota de J.H.Rodrigues: "É estranho o emprego da palavra aviação (coloração?) que aparece já neste primeiro artigo e na primeira edição" (93). Quer me parecer que a palavra neste emprego é o substantivo do verbo "aviar", no sentido de preparar uma receita qualquer, de acordo com certas proporções. Isso, aliás, condiria com as metáforas utilizadas no parágrafo de Capistrano: "Proporção instável quanto à receita da pele e dosagem do sangue...medidas e pesadas com uma precisão", "dinamizações do sangue em qualquer ordinal" etc. A peles de qualquer aviação seriam então todas as peles possíveis de se obter com a mistura de proporções diversas dos elementos raciais em contato.

23. J.H.Rodrigues dilui o problema do eixo articulador da periodização em Capistrano, ao afirmar que é "nas circunstâncias geográficas e naturais e nas suas transformações e continuações em cada período, que nasce a verdadeira periodização de Capistrano de Abreu" (THB, 134). Duas páginas adiante, afirma que Capistrano busca a categoria explicativa de um período "não só nos fundamentos sócio-econômicos ou nos subfundamentos naturais e antropológicos, mas também nos sentimentos e nos ideais" (THB, 136). Porém, entre elementos tão distintos, "nada de subordinação e hierarquia; às vezes é o fato psicológico desdém que caracteriza toda uma época; outras é a substituição do sentimento de inferioridade pela consciência da superioridade que define o traço essencial de um período" (idem). Ora, é evidente que "desdém" e "consciência de superioridade" pertencem à mesma ordem conceitual. Não é "às vezes" que o desdém pela terra caracteriza uma época: é um dos componentes indissociáveis do transoceanismo do primeiro período colonial. Já a consciência de superioridade (que é igualmente um "fato



psicológico") faz parte intrínseca e essencial das "outras vezes", isto é, do segundo período da história brasileira.

24. Sobre o militarismo de Capistrano, só comparável ao seu jesuitofilismo (esses soldados de Cristo), para além da inspição ratzeliana, ver sua Correspondência: é a luta política, ao encarnar uma causa, o melhor agente de coesão social. Numa época difícil, em plena 1ª Guerra Mundial, afirmava ele: dizia Macaulay "que o homem faz por seu partido o que nunca faria por seu interesse pessoal. A guerra não o está mostrando?" Quanto ao seu germanismo, sua Correspondência também é esclarecedora. (Cit. C II, 51, carta a João Lúcio de Azevedo, 6-12 junho de 1917)

25. O patriotismo do jesuíta tinha a vantagem de se exercer in loco: "a pátria não era onde nascera, mas onde trabalhava" (C II, 64).

26. Complementarmente, ainda quanto à ação predominante do meio sobre a população paulista, na zona do Paraíba, a mais densamente povoada, o efeito condensador deve-se à estreiteza do vale comprimido em ambas as margens pelos flancos montanhosos da serra do Mar e da Mantiqueira (120).

27. A imagem de Vieira é-lhe cara. Uma semana depois, ainda escrevia a um amigo: "A História do Brasil dá a idéia de uma casa edificada na areia. É uma pessoa encostar-se numa parede, por mais reforçada que pareça, e lá vem abaixo toda a gramíola" (C II, 161).

28. Manuel Correia de Andrade retoma a descrição dessa "civilização do couro" num capítulo, ao que parece, com uma certa ressonância dos Capítulos (em esp., 161-178). É também nesta seção do Capítulo que se encontra a distinção entre o sertão interior e o sertão exterior, apenas abreviadamente retomados na conclusão (Caio Prado Jr., 62-63).

29. Parece-me ser essa a real razão da exclusão da Inconfidência Mineira dos Capítulos: não só historicamente malograda, mas principalmente por não vir imbuída do espírito nativista, e que se refere Capistrano. Encarnaria antes o separatismo, aprofundando as divisões internas que tanto responsabiliza Capistrano pela miséria nacional.

30. Seria interessante investigar como seu pessimismo em relação à política nacional encontraria ressonâncias em figuras posteriores e certo pathos presente no modernismo de 22, através da conexão comum fornecida por Paulo Prado, o mais apaixonado epígono de Capistrano e mentor, se não intelectual, pelo

menos material da Semana de 22. Como curiosidade, ver o prefácio de Paulo Prado à 1ª edição (1924) de Pau-Brasil de Oswald de Andrade, onde o elogio do nacionalismo, o apelo ao jacobinismo militarizado e a crítica da burocracia soam um tanto familiarmente.

\* No texto consta "cada vez menos inequívoco". A não ser por um até então insuspeito gosto pelo paradoxo, a passagem em questão torna-se incompreensível se não supusermos um erro ou um descuido na revisão tipográfica. Parece-me a única hipótese plausível, embora tal hipotético descuido tenha sido cuidadosamente preservado ao longo de 70 anos. Cf. as 5 outras edições, respectivamente de 1907 (CIB, Grosco), 1928 (SCA, Leuzinger), 1934 (SCA, Briguier), 1954 (SCA, Briguier) e 1976 (Civilização Brasileira). Porém, um veredito mais esclarecedor deve ficar a cargo de conhecedores igualmente mais abalizados da obra de Cipriano de Abreu.

### Conclusão

Evidentemente, o que permitiu a proposta deste estudo foi uma crença minha acerca de uma relativa autonomia do conceito em relação ao objeto empírico a que ele se aplica. Essa autonomia, ao meu ver, é de segundo grau, frente a uma intenção primária de conhecimento. Tal intenção primária porta uma simultânea intenção, inicialmente informal, de verdade.

Frente a um autor, seu comentador deve tomar em consideração a sua intenção de verdade em particular. Ela não é necessariamente, em termos lógicos, contemporânea ao arcabouço social e "ideológico" em que se situa o autor. Essa transtemporalidade, relativa, limitada e abstrata, contida numa qualquer intenção de verdade é que permite que obras seculares ou milenares sejam lidas e comentadas segundo alguns supostos critérios de objetividade. Tal trânsito temporal de idéias e conceitos reforça, por sua vez, a idéia inicial daquela intenção primária de conhecimento, segundo a qual há um objeto do qual se poderia falar, cuja identidade poder-se-ia definir, cuja verdade, enfim, poderia ser dita pelos conceitos. Assim, a ênfase da valoração do autor, a sua intenção de verdade, desloca-se, graças à maior transtemporalidade lógica do conceito, para o objeto. Este, agora também transtemporalmente recriado pelo voo do conceito, está preparado para ser submetido ao crivo de uma intenção (agora acidental) de verdade.

A coisa mesma, a que se dirigia a intenção primária de conhecimento na forma da pergunta espontânea "o que foi que aconteceu", desde que transformada em objeto passa a obedecer a certos critérios de formalização racionalmente controlados. A conceitualização com pretensões de rigor científico é o procedimento por excelência a que recorre o estudioso na busca da

resposta às questões postas ao e/ou pelo objeto.

Contudo, é usual que ocorra uma minimização do papel puramente instrumental abstrato do conceito, e que sua transtemporalidade lógica seja atribuída, como já disse, ao objeto, passando-se assim a uma espécie de transtemporalidade ontológica.

No caso da historiografia, a questão dessa transferência de atributos lógicos para uma substância ontológica reveste-se muitas vezes do caráter de "realidade empírica passada passível de reconstrução historiográfica". Mas como um conceito, para que seja conceito, obrigatoriamente porta um determinado grau de generalidade, para que aquela reconstrução postulada por um historiador hipotético seja exequível é preciso que algum objeto ou momento de tal reconstrução apresente algum nível de generalidade sobre o qual possa se aplicar o conceito. É nesse sentido que a primeira questão levantada na análise específica dos Capítulos indaga da necessidade de um eixo estruturador de uma história. Esse eixo, que pode ser dinâmico, processual, dialético, autotransformador, rodeia-se de massas episódicas historiograficamente trabalhadas.

Em Capistrano, o modelo virtual - que fracassa historicamente no caso brasileiro - é o de uma unidade encarnada na nação (entendida como consciência viva geral dos grupos sociais), sustentada por um saber de tipo racional-voluntarista e garantida por forças militares e normas jurídicas. A constituição dessa unidade se dá por mecanismos de interação entre fatores físicos, raciais e institucionais, os quais forjam tipos humanos com maior ou menor potencial capaz de conduzir a tal constituição. Esse maior ou menor potencial atesta de respectivo maior ou menor potencial de historicidade daqueles tipos: apenas a conjugação consciente de razão e vontade é que permite

aos grupos e coletividades postular a importância da defesa de sua comunidade e de seu território, a importância da defesa mútua contra as ameaças do atomismo social e a importância agregadora dos interesses coletivos em prol do seu autofortalecimento como sociedade com identidade própria.

Em sua historiografia, o nacionalismo, o militarismo, o jesuitofilismo aparecem como nucleações conceituais e sustentar um modelo de cuja aplicação resultaram juízos históricos largamente negativos. A extrema tensão entre o modelo apenas virtualmente positivo e a "realidade empírica" ajuizada negativa adquire uma certa flexibilidade ao ser projetada para um invocado arcabouço supracircunstancial, este "efetivamente histórico". Tal arcabouço, rede de cruzamento entre conceito e singularidade, entre modelo e "fato", a partir do qual se estabelecem os juízos comparativos do historiador, apresenta o elemento psico-sociológico orgânico, o elemento militar e o elemento racional-voluntarista como chaves capazes de atualizar as tendências virtuais contidas no modelo formal, dentro do quadro de relativa previsibilidade por ele oferecido.

Talvez essas considerações sejam um tanto redundantes para o historiador e para o epistemólogo das ciências humanas. Insisto sobre elas, do ponto de vista de uma análise interna da obra de um autor, para lembrar um ponto, a meu ver crucial, por parte de uma crítica exterior mais geral. Sucintamente, é ele o seguinte: a constituição da historiografia como disciplina com pretensões científicas vem subordinada a um amplo projeto moderno de racionalidade cujo principal traço consiste na edificação de um sujeito intelectual abstrato a manipular a natureza e o mundo humano como objetos de conhecimento científico e de investimento histórico-racional.

A história do Brasil de Capistrano é, antes de mais, a

narrativa desse investimento histórico-racional aqui em larga medida fracassado.

A grande questão que assim se levanta é a do paradoxal sentido do conceito estritamente moderno de cultura, que entende as sociedades "históricas" como uma articulação entre o saber racional, o poder das armas e o patriotismo. É dessa perspectiva que as nucleações conceituais do modelo apresentado revelam limpidamente o seu caráter de relais, para usar a expressão de Paul Ricoeur: conectam o puro artefato ao mundo, amplificando o desiderato baconiano "saber é poder", e transformando-o em nossa "appertenance participante".

## Referências Bibliográficas

- ABREU, João Capistrano de. Obras (7 v.). 2ª ed., RJ, Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1976-77.
- \_\_\_\_\_. Capítulos de História Colonial: 1500-1800 & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil. Brasília, UnB, 1982.
- ANDRADE, Manuel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste. 4ª ed., SP, LECH, 1980.
- ANTONIL, André João. Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas. SP, Melhoramentos; Brasília, INL, 1976.
- BALDUS, Herbert. Bibliografia Crítica de Etnologia Brasileira. V. 1. SP, 1954. Kraus Reprint, Nendeln-Liechtenstein, Germany, 1970.
- BANDECCHI, Brasil. Notas e Perfis: Capistrano - de estudante vadio e orientador de mestres. Col. Museu Paulista, Série de História, v. 9, SP, 1980.
- BROCA, Brito. A Vida Literária no Brasil - 1900. RJ, José Olympio, 1975.
- CANNABRAVA, Alice. "Roteiro Sucinto do Desenvolvimento da Historiografia Brasileira", in Anais do Encontro Internacional de Estudos Brasileiros. V. II, IEB, USP, 1972. Aqui citado cf. separate, UNICAMP, mimeo, 1978.
- CHACON, Vamireh. História das Idéias Sociológicas no Brasil. SP, Grijalbo, EDUSP, 1977.
- COMTE, Auguste. Cours de Philosophie Positive. Anthropos, Paris, 1830-42, reimpr. 1968-69.
- \_\_\_\_\_. Oeuvres Choieses. Paris, Aubier, s/d.
- COSTA, Emília Viotti de. "Anotações à margem do relatório de História", in Anais..., cit. cf. separate mimeo, UNICAMP, 1978.
- COSTA, João Cruz. Contribuição à História das Idéias no Brasil. 2ª ed., RJ, Civilização Brasileira, 1967.
- \_\_\_\_\_. "Augusto Comte e as origens do Positivismo" II, in Revista de História I, 4, out.-dez. 1950 (527-46).
- \_\_\_\_\_. "Esboço duma História das Idéias no Brasil" na primeira metade do século XX" (I), in Revista de História



- ria V, 19, jul-set. 1954, SP, USP (179-94).
- COSTA, João Cruz. "Correspondência de Capistrano de Abreu", in Revista de História VI, 21-22, jan-jun 1955, SP, USP (541-543).
- COUTINHO, Afrânio. Euclides, Capistrano e Araxipe. RJ, Ed.ouro, 1967.
- CUNHA, Euclides da. Um Paraíso Perdido, Reunião dos Ensaios Amazônicos. Petrópolis, Vozes; Brasília, INL, 1976.
- ELLIS, J. Alfredo. "A queda do bandeirismo de apresamento" in Revista de História I, 3, 1950, SP, USP (201-7).
- FIGUEIRA, Pedro de Alcântara. Historiografia Brasileira: 1900-1930. Tese, SP, mimeo, 1973.
- FOURIER, Jean Baptiste Joseph. Analytical Theory of Heat. Great Books 45, Enc. Brit., W. Benton, England, USA, s/d.
- FRANÇA, Eduardo d'Oliveira. "A Teoria Geral da História - Considerações a propósito de um livro recente" in Revista de História II, 7, jul-set. 1951, SP, USP (111-42).
- FREYRE, Gilberto. Nós e a Europa Germânica. RJ, Grifo; Brasília, INL, 1971.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica de América Latina. RJ, LIA, 1969.
- GRAHAM, Richard. Grã-Bretanha e o Início da Modernização no Brasil. SP, Brasiliense, 1973.
- GRANGER, Gilles Gaston. "L'explication dans les sciences sociales", in Inform. sci. soc. 10(2), separate s/d (31-44).
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Monções. 2ª ed., SP, Alfa-Ômega, 1976.
- 
- \_\_\_\_\_. Raízes do Brasil, 16ª ed., RJ, José Olympio, 1983.
- 
- \_\_\_\_\_. Visão do Paraíso. 2ª ed., SP, Nacional, 1969.
- LAPA, José Roberto do Amaral. A História em Questão. Petrópolis, Vozes, 1976.
- MARCHANT, Alexander. Do Escambo à Escravidão. 2ª ed., SP, Nacional; Brasília, INL, 1980.
- MARSON, Adalberto. A Ideologia Nacionalista de Alberto Torres. SP, Duas Cidades, 1979.

- MARTINS, Wilson. História de Inteligência Brasileira. V. IV-VI. SP, Cultrix, EDUSP, 1977-78.
- MATOS, Pedro Gomes de. Capistrano de Abreu. Fortaleza, Batista Fontinele, 1953.
- MENEZES, Raimundo de. Capistrano de Abreu. Um homem que estudou. SP, Melhoramentos, s/d.
- MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da Cultura Brasileira. 3ª ed., SP, Ática, 1977.
- NOVAIS, Fernando. "Caio Prado Jr. Historiador" in Novos Estudos Cebrep. SP, v.2, 2, jul. 1983 (66-70).
- PAIVA, T. de Barros. Bibliographia Capistraneana. Annes do Museu Paulista, T. IV. SP, Diario Oficial, 1931.
- POMPÉIA, Raul. O Atheneu. RJ, Francisco Alves, s/d.
- PRADO, Paulo. Província & Nação. Paulística. Retrato do Brasil. RJ, José Olympio, 1972.
- \_\_\_\_\_. Retrato do Brasil. Ensaio sobre a Tristeza Brasileira. 2ª ed., SP, IBRASA; Brasília, INL, 1981.
- \_\_\_\_\_. "Capistrano". Estado de São Paulo, 26-9-1928.
- \_\_\_\_\_. "Prefácio". In ANDRADE, Oswald de. Do Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias. RJ, Civilização Brasileira, 1978, 5ª ed.
- PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. 16ª ed., SP, Brasiliense, 1979.
- RANKE, Leopold von. "The Ideal of Universal History". In STERN, F. (ed.). The Varieties of History. 9ª ed., Cleveland: Meridian Books, 1963.
- RATZEL, Friedrich. Geografia dell'Uomo. Turim, Fratelli Bocca, 1914. Cit. cf. trad. Fátima Mured, SP, Ática, no prelo.
- REGO, José Lins do. "O Próximo Livro de Gilberto Freyre". In FREYRE, Gilberto. Casa-Grande e Senzala. 22ª ed., RJ, José Olympio, 1983 (xxix-xxxi).
- RODRIGUES, José Honório. A Pesquisa Histórica no Brasil. 3ª ed., SP, Nacional; Brasília, INL, 1978.
- \_\_\_\_\_. Teoria da História do Brasil. 5ª ed., SP, Nacional; Brasília, INL, 1978.
- \_\_\_\_\_. "Introdução" e "Explicação". In ABREU, J.C., Capítulos, op.cit. (3-14; 17-37).

- ROMERO, Sílvio. História da Literatura Brasileira. 3ª ed., RJ, José Olympio, 1943.
- SCHUMPETER, Joseph A. História da Análise Econômica (3 v). RJ Ed. Fundo de Cultura, 1964. Em esp. vol. 2 (cap. 3-4) e 3 (cap. 3-4).
- SEVCENKO, Nicolau. Literatura como Missão. SP, Brasiliense, 1983.
- SPENCER, Herbert. The Man Versus the State. London, Watts & Co., 1940.
- STRAUSS, Leo. Meditación sobre Maquiavelo. Madrid, Instituto de Estudios Políticos, 1964.
- VARNHAGEN, F. Adolfo de (Visc. Porto Seguro). História Geral do Brasil (5 v.). SP, Melhoramentos; Brasília, INL, 1975.
- VIANA, Hélio. Capistrano de Abreu. Ensaio Bio-Bibliográfico. RJ, MEC, Serv. Documentação, 1955.
- VIANA, Francisco José de Oliveira. Populações Meridionais do Brasil. SP, Monteiro Lobato, 1922.
- WRIGHT, Georg Henrik von. Explicación y Comprensión. Madrid, Alianza, 1979.